



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

SANDRO GARCIA

**PROPOSTA DE UMA PRÁXIS EDUCATIVO-COLETIVA NA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO POETA MÁRIO VIEIRA DA SILVA
NO SÍTIO CAMARÁ EM MATINHAS-PB**

**CAMPINA GRANDE – PB
2019**

SANDRO GARCIA

**PROPOSTA DE UMA PRÁXIS EDUCATIVO-COLETIVA NA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO POETA MÁRIO VIEIRA DA SILVA
NO SÍTIO CAMARÁ EM MATINHAS-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores, da Universidade Estadual da Paraíba, *campus* I, como parte das exigências para a obtenção do grau de Mestre em Formação de Professores.

Linha de Pesquisa: Ciências, Tecnologias e Formação Docente

Orientador: Prof. Dr. Antonio Roberto Faustino da Costa

**CAMPINA GRANDE - PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

G216p Garcia, Sandro.
Proposta de uma práxis educativo-coletiva na escola estadual de ensino fundamental e médio Poeta Mário Vieira da Silva no sítio Camará em Matinhas-PB [manuscrito] / Sandro Garcia. - 2019.
157 p. : il. colorido.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Profissional em Formação de Professores) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2019.
"Orientação : Prof. Dr. Antonio Roberto Faustino da Costa, UEPB - Universidade Estadual da Paraíba ."
1. Educação do campo. 2. Ensino de História. 3. Práxis educativo-coletivo. I. Título

21. ed. CDD 371.207

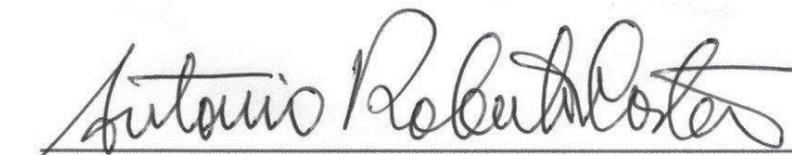
SANDRO GARCIA

**PROPOSTA DE UMA PRÁXIS EDUCATIVO-COLETIVA NA ESCOLA ESTADUAL
DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO POETA MÁRIO VIEIRA DA SILVA
NO SÍTIO CAMARÁ EM MATINHAS-PB**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores, da Universidade Estadual da Paraíba, *campus* I, como parte das exigências para a obtenção do grau de Mestre em Formação de Professores.

Linha de Pesquisa: Ciências, Tecnologias e Formação Docente

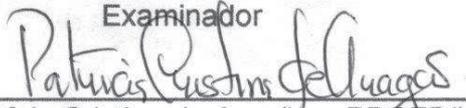
Aprovada em 22/11/2019.



Prof. Dr. Antonio Roberto Faustino da Costa – PPGFP/UEPB
Orientador



Prof. Dr. Paulo Cesar Oliveira Diniz – PROFSOCIO/UFCG
Examinador



Profª Drª Patricia Cristina de Aragão – PPGFP/UEPB
Examinadora

RESUMO

A práxis educativo-coletiva tem por objetivo propor uma educação que valorize o lugar de vivência dos atores envolvidos, aliando escola e comunidade na tarefa de educar para o desenvolvimento local, apontando bases curriculares para uma escola que alie qualidade e objetividade, tornando os estudantes produtores de conhecimento. Em se tratando de desenvolvimento, vários aspectos devem ser considerados, tais como, a capacidade de investimento e capitalização dos governos e das pessoas, planejamento e execução de qualidade e condições tecnológica para a execução dos projetos. De todo o modo, a experiência histórica pelo mundo demonstra que todas essas ações estarão fadadas ao insucesso caso a educação da população não atenda as necessidades que uma sociedade precisa para se desenvolver. Nesse país, os índices de educação estão entre os mais baixos do mundo, aliado à concentração de renda e a falta de investimentos em infraestrutura social e produtiva, a estrutura governamental é promotora do agravamento das desigualdades entre seu próprio povo. Esta pesquisa teve por objetivo problematizar nas aulas de história os antecedentes dessa sociedade que historicamente concentrou terra e renda, direcionada a uma Escola do Campo, para isso foi apresentada a discussão da práxis por intermédio dessa pesquisa, onde foram selecionados 15 estudantes da Escola Estadual Poeta Mário Vieira da Silva, localizada na zona rural do Município de Matinhas-PB, sendo eles todos filhos e filhas de famílias de agricultores familiares. Metodologicamente, foram usadas as fichas onde o estudante escreve aquilo que achou de mais fundamental na aula que acabara de participar. A atividade de pesquisa, tendo como pano de fundo a práxis educativo-coletiva demonstrou que é possível propor uma escola que envolva a comunidade de tal maneira que condiciona uma nova escola do campo, onde o desenvolvimento da comunidade é matéria de ensino e de produção de conteúdo na sala de aula.

Palavras-chave: Educação do Campo. Ensino de História. Práxis Educativo-Coletiva.

ABSTRACT

The collective-educational praxis aims to propose an education that values the place of experience of the actors involved, combining school and community in the task of educating for local development, pointing curricular bases for a school that combines quality and objectivity, making students producers of knowledge. When it comes to development, several aspects should be considered, such as the investment and capitalization capacity of governments and people, quality planning and execution, and technological conditions for project execution. In any case, historical experience around the world shows that all these actions will be doomed to failure if the education of the population does not meet the needs a society needs to develop. In this country, education rates are among the lowest in the world, combined with income concentration and lack of investments in social and productive infrastructure, the government structure promotes the widening of inequalities among its own people. This research aimed to problematize in history classes the antecedents of this society that historically concentrated land and income, directed to a School of the Field, for this it was presented the discussion of praxis through this research, where 15 students from Poeta State School were selected. Mário Vieira da Silva, located in the rural area of the municipality of Matinhas-PB, being all sons and daughters of family farmers. Methodologically, the files were used where the student writes what he found most fundamental in the class he had just attended. The research activity, against the background of the educative-collective praxis, demonstrated that it is possible to propose a school that involves the community in such a way as to condition a new school in the countryside, where community development is a matter of teaching and producing content in the classroom.

Keywords: Rural Education. History teaching. Educational-Collective Praxis.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
2	O PROJETO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO.....	16
3	A VOCAÇÃO AGRÁRIA NÃO EVITA ISOLAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL.....	38
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	57
4.1	O método de pesquisa que estimula a ação e a produção.....	62
4.2	O contexto da realidade em questão.....	65
4.3	Os sujeitos da pesquisa-ação.....	68
4.4	A amostra.....	70
4.5	Instrumentos de pesquisa.....	72
4.6	Análise dos dados.....	76
5	CURRÍCULO E PRODUÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO.....	78
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
	REFERÊNCIAS.....	119
	APÊNDICE –	125
	ANEXO –	127

1 INTRODUÇÃO

A educação, talvez, seja a área que mais sofre com a dependência econômica, pois uma estrutura de escolas com bons professores, laboratórios e ensino de qualidade custa caro e, para isso, é preciso grandes somas para financiá-la. Por outro lado, pensar uma educação para as pessoas que vivem aqui também depende da forma de desenvolvimento humano que se queira trabalhar. Mas a falta de independência nesse caso acaba por aceitar formas de educar vindas de fora, atendendo a interesses de capitalistas internacionais, a escola passa então, a estar a serviço de seus financiadores.

Dentro do processo de colocar o país inteiro para trabalhar em prol de um grupo seletivo de capitalistas, os planejamentos de educação que se sucederam no Brasil sempre tiveram o intuito de promover os interesses de grandes corporações, nesse sentido, o Estado brasileiro seria apenas um agente de implantação de projetos já estipulados por essas organizações. Um exemplo marcante, e ainda vigente na educação nacional, é o tecnicismo, arranjo que facilita o enquadramento dos operários nos moldes que as empresas já estão ajustadas, tornando o trabalhador apenas mais uma peça na engrenagem do sistema produtivo imposto pelo oligopólio financeiro multinacional:

Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 2013, p. 381).

Ao se credenciar nas condições de neutralidade, o método tecnicista tenta passar a ideia de que as técnicas ou ciência não traz consigo nenhuma condição que requeira criticidade, dando a entender que as práticas de trabalho já estão postas como se fossem atividades naturais, ou inerentes a uma sociedade devidamente organizada e capaz de produzir de maneira eficaz.

Essa é uma forma de enquadrar os sujeitos em um formato para que produzam de maneira sistemática, sem questionar as condições de trabalho, as fugas internacionais de capital, a política salarial e outros aspectos que requeiram

capacidade de pensamento e articulação social, é uma maneira moderna de docilizar as pessoas para a devida aceitação desse modelo.

Dessa forma, a pedagogia se restringe a uma forma de comportamento que se assemelha a uma fábrica, pensando exclusivamente na operacionalidade, onde somente importa a produção econômica de produtos ligados aos bens e serviços com grandes lucros para o proprietário da fábrica. Essa ação deixa claro que esse projeto de educação não tem interesse de emancipar sujeitos, ou fazer com que ele tenha condições de viver com mais dignidade. Esse modelo apenas prevê a excelência na reprodução de operários padrões para serviços pré-estabelecidos.

A crise da sociedade capitalista que eclodiu na década de 1970 conduziu à reestruturação dos processos produtivos, revolucionando a base técnica da produção e conduzindo à substituição do fordismo pelo toyotismo. O modelo fordista apoiava-se na instalação de grandes fábricas operando com tecnologia pesada de base fixa, incorporando os métodos taylorista de racionalização do trabalho (SAVIANI, 2013, p. 429).

O fordismo tinha a ideia imperialista de interferir na educação do mundo todo criando através dos planos educacionais das nações, com forte presença da área técnica, interferindo assim na maneira de ensinar. Como as contradições capitalistas exigem que o sistema entre em crise de tempos em tempos, e elas variam em sua intensidade, a de 1970 criou um cisma considerável nesse sistema, mas a capacidade de se regenerar, e cumprindo a condição desse modelo, que exige o crescimento econômico de forma constante, sendo assim, o fordismo deixou de influenciar hegemonicamente as formas de educação.

Para a substituição desse modelo, veio outro, e cumprindo a saga de país dependente em seus planos para o desenvolvimento, o novo projeto é também estrangeiro, veio já preparado para ser imposto à sociedade, não só brasileira, mas de vários outros países. Apoiando-se em uma tecnologia de microeletrônica leve e sem bases fixas, portanto mais flexíveis, o modelo toyotista precisa agora de trabalhadores mais polivalentes, para elevar ainda mais a produtividade em busca dos nichos de mercado, colocando os trabalhadores em uma ferrenha disputa entre si (SAVIANI, 2013, p. 429).

O Brasil tem uma tradição agrária. Desde a sua criação, com a chegada dos portugueses, este país teve essa vocação bem definida, primeiro pela exploração com a retirada do pau-brasil, mas logo em seguida as plantações de cana tomaram

o cenário nacional. Logo no início, também, houve as distribuições de terras por parte da Coroa Portuguesa, destinando generosas glebas para portugueses exclusivamente, deixando de fora os nativos da terra que foram deslocados e, os negros, que haveriam de chegar na condição de escravos:

O problema agrário do Brasil é uma herança do período colonial, com a Coroa Portuguesa, precisamente em 1530, criando as capitanias hereditárias e sesmarias. Através dessa política de aquisição de terras, inicia-se o processo de concentração de terras e a criação de latifúndios, uma vez que na maior parte das extensas propriedades havia baixíssima ou nenhuma produção (MACIEL, 2007, p. 8).

Como é possível perceber, inicia-se aí a concentração de terras que até hoje não foi corrigido por nenhuma intervenção pública, ou mesmo, por uma forma liberal de crescimento econômico da população, a ponto de essa adquirir terras para mudar essa mazela social. Os latifúndios sempre causaram grandes celeumas sociais em toda a sociedade brasileira, no início predominantemente agrária e, por fim, por tornar esses camponeses pobres e sem-terra em residentes nos centros urbanos, relegados às periferias, a condições péssimas de habitação, ao analfabetismo e ao desemprego.

Devido à pouca produção nas grandes extensões de terras, a população rural tornou-se pobre, o país também continuou a ser exportador de produtos primários sem agregação de valor e, por isso, com pouco poder comercial. A elite agrária brasileira promoveu dessa forma um decisivo atraso econômico para o país, deixando resquícios desse retrocesso até aos dias de hoje, com solos degradados e famílias ainda herdeiras desses latifúndios, perpetuando esse modelo agrário falido.

Mas, enfim, houve uma modernização na agricultura do Brasil, e para não fugir à regra, foi mais um modelo sumariamente importado de fora do país. Um projeto que não interessava necessariamente às populações presentes no espaço físico em questão, mas a multinacionais que produzem máquinas, implementos, fertilizantes e defensivos. Esses modelos de desenvolvimentos que estão sempre ligados às cifras, e desconectados dos seres humanos presentes nos locais de sua atuação, não se importam com as questões sociais presentes no local, deixando as pessoas mais uma vez à deriva:

A modernização da agricultura brasileira trouxe vários resultados negativos, como a exclusão social, o êxodo rural e a degradação do meio ambiente, uma vez que o uso da terra ocorreu de forma extensiva, em especial, a prática da pecuária. Nesse processo, houve a valorização do grande capital em detrimento da produção familiar rural. Além disso, houve substituição de mão de obra humana por máquinas. Deu-se pouca importância para os principais componentes da questão agrária: as relações sociais no campo e a estrutura fundiária (MACIEL, 2007, p. 9)

A produção agrícola, historicamente, sofreu com as baixas produções por falta de produtividade, devido às técnicas atrasadas de exploração do solo. Com o advento das novas tecnologias importadas de outros países, o problema continuou, pois a agressão ao meio ambiente prosseguiu com a monocultura agrícola e também com a pecuária extensiva. Devido à industrialização tardia promovida pelo governo Vargas, nas décadas de 1930 e 1940, nos anos posteriores a forma de incentivo à urbanização, aliada ao abandono de políticas que valorizassem a permanência das famílias no campo, provocou um êxodo rural decisivo para os destinos do Brasil.

Enquanto nas cidades o processo de crescimento era desordenado, evidenciando a falta de estrutura dos centros urbanos para receberem milhares de camponeses, criando assim os bolsões de miséria, o campo passou a ser espaço de acomodação do grande capital, deixando de lado os agricultores que viviam trabalhando na terra em regime de mão-de-obra familiar. Por outro lado, os empregos nas grandes unidades agrícolas de produção foram substituídos pela mecanização, aumentando o desemprego no meio rural que, aliado à questão fundiária, inviabilizava a permanência das famílias nessas localidades, obrigadas a abandonar o seu meio social e residirem em ambientes estranhos a sua cultura.

Diante dessa realidade imposta pela escolha econômica do país, a educação do campo não existia oficialmente, pois os camponeses não faziam parte de nenhum projeto econômico para o país, a menos que se tornassem operários urbanos. Nesse sentido, uma educação para essas famílias também não era nenhuma prioridade, tendo em vista que, segundo o modelo imposto, não havia necessidade de preparar ou educar pessoas para permanecer no campo.

O Estado brasileiro não só negligenciou esse ensino, como incentivou uma escola de características urbanas, inclusive, quando implantadas no meio rural: “A gênese do termo educação do campo é oriunda da luta dos movimentos sociais por uma educação específica que leva em consideração a cultura e os conhecimentos

do homem e da mulher do campo. Substitui o que é denominado de educação rural.” (SANTOS, 2013, p. 56)

Em 1812, valendo-se de ideias europeias, D. João VI instituiu o que seria a educação rural que objetivava ensinar questões agrícolas, tais como tipos de solo, com parâmetros definidos pelos colonizadores. Em 1930, consolidou-se o que se chamou de ruralismo pedagógico (SANTOS, 2013, p. 57). Essa educação para o campo, como todos os projetos impostos, não atendia às necessidades dos sujeitos presentes naquele lugar.

Foram os movimentos sociais que, com luta e envolvimento com as populações do campo, proporão e, de forma não oficial, até implantaram um projeto popular de educação dos povos camponeses. Essa proposta tende a valorizar o modo de vida, os aspectos culturais do meio rural, entendendo que as famílias usufruem de um conhecimento tradicional, oriundo da experiência de vida dessas pessoas no decorrer do tempo e repassado através das gerações.

A tarefa principal da educação do campo é, ao tempo em que ensina os camponeses, também valorizar as raízes de um grupo social rico em cultura e que tem muito a preservar e ensinar. Desta maneira, cria também, junto às famílias de agricultores, uma maneira de valorizar o seu modo de vida, para que não pensem que são de menor importância para a sociedade, entendendo que são essenciais na construção de uma sociedade mais justa e socialmente inclusiva:

A proposta da educação do campo tem como objetivo a fixação do homem no campo, valorizando os seus saberes. A expressão quando se diz educação do/no campo, está querendo dizer que a educação é pensada para e com os sujeitos do campo, e não que é uma educação pensada para cidade, sendo também implementada no campo; reporta-se aos direitos dos povos do campo em estudar no espaço onde vivem, sem precisar sair para a cidade. (SANTOS, 2013, p. 60)

Dentre as prioridades defendidas pela proposta da educação do campo está o combate direto e efetivo ao êxodo rural, considerando que isso traz grandes transtornos, não apenas a quem vive nesse meio mas a todo o país. Uma das tarefas desse modo de ensinar tem a ver com a inclusão econômica dessa população que, ao contrário de não ter participação na produção comercial, possa com conhecimento tecnológico e respeito ao meio ambiente incluir excedentes a sua produção, garantindo com isso emprego e renda no meio rural.

O enfrentamento do êxodo rural deve ter, então, como carro chefe a produção, que ocorrerá por meio de um modelo próprio, atendendo às necessidades de quem produz e às carências do país. Essa é uma forma emancipadora de tratar de tal educação, pois ela promove autonomia econômica e intelectual, já que a maneira de se educar e produzir é decidida pelos próprios componentes da localidade. O que implica em um projeto independente, criado e mantido pelos próprios educandos, garantindo que os sujeitos locais se coloquem como protagonistas do desenvolvimento econômico, como também humano e social.

Ter liberdade para pensar seu próprio desenvolvimento, de produzir com apoio da educação o modelo de crescimento como sociedade, é uma tarefa gigantesca da educação, mas somente deste modo é possível desenvolver com autonomia as pessoas e comunidades locais. Reconhecendo que o campo não é apenas um sequeiro verde, mas que é também lugar de viver, construir uma cultura e até produzir intelectualmente, coloca esse meio e essa população a serviço do desenvolvimento humano e econômico.

A própria produção agropecuária passará a ter mais viabilidade, ao ser planejada por aqueles que a conhecem de perto. O local de produzir gêneros alimentícios passará, também, a criar maneiras de se relacionar com as técnicas agrícolas e conhecimento em outras áreas, por meio do compartilhamento com outras culturas, inclusive, urbanas, pois o que se propõe não é o isolamento, mas sim a inclusão do trabalhador rural:

Não se supõem que essa modalidade de educação seja isolada do contexto da educação nacional, mas que seja consolidada uma educação que reconheça na constituição do campesinato um modo de relação social e de organização espacial e cultural diferente do que se passou a denominar urbano, mas que não é antagônico a ele (COUTINHO, 2009, p. 47).

Por isso, compreende-se que a educação do campo deve ser diferente da urbana, não distanciada ou antagonizada com esta. Deve atender às particularidades que esse meio requer, construindo uma proposta pedagógica que contemple as questões inerentes aos produtores rurais e suas organizações. Enfatizando que o meio rural, a exemplo do meio urbano, é um local não só de trabalho e produção, mas de vivências que deve ser respeitado como tal, entendendo que as pessoas que vivem nesse meio são sujeitos com capacidade de dirigir o seu próprio destino.

Essa ação para com a educação desses povos só pode acontecer com a mudança do paradigma de desenvolvimento, pois o que está vigente no país atende a interesses externos, sempre colocando o Brasil como produtor de matéria-prima, obedecendo a uma divisão mundial da produção, onde quem dita as regras são os concentram capitais. Oriundo das bases, a proposta de educação do campo compreende que os camponeses devem promover, através da produção econômica e intelectual, a sua independência, com capacidade de ler a conjuntura política ao seu redor, perceber e exercer o seu lugar em sociedade.

Nesse contexto, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Poeta Mário Vieira da Silva, localizada no Sítio Camará, no município de Matinhas-PB, a mais de 100 quilômetros da capital João Pessoa, representa um exemplo prático dessa situação. Além de constituir uma instituição plantada no meio rural, ainda faz divisa com mais dois municípios também marcadamente rurais - Alagoa Nova e Lagoa de Roça. Não obstante, essa escola não trata de educação do campo, ensina seus alunos da mesma maneira que ensinaria caso eles residissem na capital do Estado, ou mesmo, em outros locais urbanos do país, ensinado aquilo que está distante da realidade das famílias que ali residem e que colocam seus filhos naquele estabelecimento.

A escola que recebe estudantes dos três municípios mencionados, todos filhos de agricultores, exerce uma centralidade naquele lugar, pois é a presença do Governo do Estado que mais interfere na vida daquelas famílias, até mesmo pela ausência de outras estruturas governamentais naquela localidade. Apesar de a maioria daqueles estudantes pretender no futuro ir para as cidades, muitos deles acabam ficando por falta de opção, aglomerando-se na minúscula propriedade que mal proporciona o sustento de seus pais, evidenciando o grave problema agrário existente naquelas comunidades.

Ao observar tal realidade, o pesquisador considerou aquilo que a comunidade escolar já vinha temendo, o fechamento da instituição, devido ao fato de a escola se de Ensino fundamental e no meio rural, o primeiro caso é que essa escola, prevista por lei, passarão a ser de responsabilidade dos municípios. E o fato de ter três municípios com ensino médio na região, tornaria a escola dispensável para o estado e para a comunidade, já que o currículo era uma repetição dos que estão presente em outras escolas.

É nesse contexto que o pesquisador se propôs a compreender um processo de formulação de um novo currículo, que compreendesse as necessidades da comunidade, estabelecendo um parâmetro entre a tradição da comunidade e as novas tecnologias. Levando em consideração que os direitos humanos e a produção comunitária devem ser os eixos motrizes dessa discussão, é aí que a ideia de formular uma possibilidade de currículo e uma proposta pedagógica se formou o corpo dessa pesquisa.

Entende-se que a tarefa de mudar a realidade dessa escola está nas mãos dos educadores, pois são eles a influência principal e que, mais rapidamente, podem transformar tais condições, ao iniciar um pensar e um agir francos sobre o papel da escola inserida naquela localidade. Por isso, usando como ferramenta a pesquisa-ação, o presente estudo pretende contribuir nesse sentido, apresentando uma maneira de valorizar a produção tanto econômica quanto intelectual no ambiente escolar e em toda a comunidade, propondo uma possibilidade de os sujeitos envolvidos se relacionarem mais sistematicamente com a realidade local:

Estas representações se constituem em um complexo de saberes sobre os princípios de fundo do avanço do processo cultural e civilizatório ou da história da própria humanidade. Por isso, estes princípios adentram compreensividade que é generalizável, universalizável ou possivelmente comum, tornando-se objeto de uma economia propedêutica e interdisciplinar, assim como de uma educação propriamente universitária, ou mais precisamente, de uma educação dos próprios educadores. É objeto imprescindível, ou natural-institucional, pois as implicações de ignorá-lo têm sido fatais a dignidade humana (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016, p. 283).

Para tanto, a proposta de implantação e desenvolvimento de uma Práxis Educativo-Coletiva, baseada em uma Economia Propedêutica e Interdisciplinar (ECO-PI) e em uma “Mina de Saberes”, pode contribuir na realidade a que se refere, pois se trata de uma referencial-fundamentalidade que tem por intuito ensinar maneiras básicas e essenciais de se relacionar com a economia e a cultura, tendo a educação como promotora deste estudo. No caso específico, a agricultura e a pecuária seriam atividades que permeariam a proposta educacional a ser promovida naquela escola, principalmente, a agricultura com base na mão-de-obra familiar e, a produção de tangerinas, a principal atividade econômico-cultural da região.

Além de emancipatória, essa proposta para a educação tem por objetivo criar condições para que as pessoas vivam com dignidade, tendo a produção de

alimentos como objetivo a perpetuação das famílias, especialmente, de crianças e jovens que ainda não produzem para seu próprio sustento. Essa é uma realidade que já está presente na comunidade, mas não é tratada de forma adequada pelos seus membros, precisando ser elucidada para que se construa uma estrutura de conhecimento que influencie na vida real dos habitantes deste lugar.

Para que seja possível essa mudança no ensino, é preciso que a educação produza um conhecimento específico para ela, que trate de maneira direta o que esta deve fazer para propor a mudança ou o reconhecimento de determinada realidade. As necessidades urgentes e estruturais para as pessoas e suas organizações nem sempre estão claras para os componentes de determinado agrupamento humano, é preciso que esse “alerta” para o que é essencial ou indispensável seja reconhecido, venha pelo processo educativo:

Nesta peculiar perspectiva, coloca-se a necessidade de mudar, antes de tudo o mais, o processo educacional. Trata-se de mudança no sentido de que sua necessidade se torne convincente por força de um determinado e próprio objeto de ensino, este a ser seguido por docentes e operado por instituições cujos dirigentes previnam confusão entre religiosidade e magia, de forma que, apoiados na incontinuidade por entre as respectivas idealizações, promovam desenvolvimentos humano e material (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016, p. 277).

Quando a educação é promotora do desenvolvimento humano, as soluções para problemas e a identificação das necessidades das comunidades sairá da própria organização que se reconhece capaz de se comportar como promotora de seu próprio crescimento social, que passa a romper as barreiras do econômico e se apresenta um promotora de melhores condições devida para o ser humano. Tal capacidade resulta em um ciclo virtuoso, em que a identificação das realidades e dificuldades resulta na solução de possíveis problemas, gerando assim acúmulo de conhecimento que servirá para os próprios participantes em futuras ocasiões e para outros sujeitos em situações semelhantes.

Para que isso aconteça, é preciso que a escola habitue seus mestres e aprendizes a produzirem o conhecimento. Essa produção deve ser autêntica, oriunda das vivências locais e das soluções encontradas para as nuances cotidianas dos mesmos que identificam ao passarem pelas peripécias diárias da vivência na comunidade. Essa capacidade vem da prática em ter acesso ao conhecimento por meio da compreensão. Nesse sentido, a produção de textos é uma atividade

essencial na promoção dessa proposta de ensino, pois a principal atitude de quem aprende seria a tarefa de produzir o conhecimento que acessou por meio da escrita, capacitando assim os educandos à tarefa de perpetuar o conhecimento através da criação, não somente da reprodução ou apropriação de outras ciências.

Essa dissertação pretende problematizar as questões sociais e econômicas do Brasil, e da região da Paraíba onde o Município de Matinhas está inserido, propondo a partir dessas realidades, uma nova concepção de educação emancipadora. Nesse sentido, os capítulos ficaram distribuídos da seguinte maneira: capítulo 1. O Projeto de Brasil e seus impactos sobre a educação do campo; capítulo 2. Vocação agrária não evita o isolamento da popula o rural; capítulo 3: Procedimentos metodológicos; e capítulo 4. Currículo e produ o na constru o do conhecimento.

2 O PROJETO BRASIL E SEUS IMPACTOS SOBRE A EDUCAÇÃO DO CAMPO

Ao se estudar a História do Brasil, já nas séries iniciais, depara-se com a expressão “descobrimto” que, à primeira vista, parece desconsiderar a presença dos aborígenes nessa parte das terras americanas, de forma a parecer que se está desdenhando dos habitantes já presentes no local. Mas, quando se observa o pensamento do europeu que aqui se aventurou, percebe-se que, para os propósitos e crenças dos habitantes do velho mundo, essa expressão é bastante coerente. Visto apenas pelo olhar dos que se estabeleceram nestas paragens, esse lugar era uma descoberta perfeita para os seus propósitos.

Apesar de parecer que os portugueses que se estabeleceram no território que hoje se compreende por Brasil tinham uma maneira branda ou menos violenta de subjugar ou colonizar não só a terra, mas também os que aqui habitavam, não é o que se percebe ao olhar com mais afinco para a forma lusitana de fazer essa intervenção, pois essa não deixou de ser violenta e extremamente desrespeitosa para com os que aqui já viviam. Ao impor uma sociedade diferente do sistema produtivo, político, religioso, social e cultural dos indígenas, configurou-se uma violência, alterando de forma gradativa o modo de vida dos nativos:

A colonização portuguesa no Brasil teve como principais características: civilizar, exterminar, explorar, povoar, conquistar e dominar. Sabemos que os termos civilizar, explorar, exterminar, conquistar e dominar estão diretamente ligados às relações de poder de uma determinada civilização sobre outra, ou seja, os portugueses submetendo ao domínio e conquista os indígenas. Já os termos explorar, povoar remetem-se à exploração e povoamento do novo território (CARVALHO, 2018).

Nas palavras de Carvalho (2018), observa-se que os portugueses que aqui se estabeleceram tinham ideias bastante efêmeras para o lugar que haviam acabado de se instalar. O fato de civilizar os indígenas carrega consigo uma mensagem subliminar de desrespeito à forma de vida que os aborígenes aqui levavam, por isso pensavam que seu modo de viver e agir, sua religião, sua educação, eram as únicas que mereciam ser seguidas. Para que a civilização se estabelecesse, era preciso exterminar a cultura já existente, inclusive, as próprias pessoas que quisessem resistir a essa imposição.

Para que essa empreitada obtivesse sucesso, adotou-se a subjugação, tornando assim os seres humanos passíveis de serem explorados e dominados,

completando dessa forma a trama para a conquista e posterior exploração. De forma mais direta, pode-se observar que os portugueses tinham por essas terras um interesse somente exploratório, onde a sobrevivência dos aborígenes não fazia parte dos seus planos. Os nativos que estavam aqui presentes poderiam contribuir ou atrapalhar, assim como qualquer outro componente da natureza.

O que é possível observar nesse primeiro olhar sobre a colonização é que não há nenhum interesse dos portugueses em incluir os indígenas em seu plano para as terras brasileiras. O interesse dos lusitanos dizia respeito às coisas que a terra podia dar de forma rápida e com lucros volumosos, para que os investimentos dessem o resultado esperado, já que as viagens eram custosas para os que se aventuravam para o além mar:

Suas ciências eram um esforço para concatenar com um saber a experiência que se ia acumulando. E, sobretudo, fazer praticar esse conhecimento para descobrir qualquer terra achável, afim de a todo o mundo estruturar num mundo só, regido pela Europa, tudo isso com o fim de carrear para lá toda a riqueza saqueável e, depois, todo o produto da capacidade de produção dos povos conscritos (RIBEIRO, 2015, p. 32).

Visto dessa maneira, todas as ações dos europeus nas terras tropicais tinham de forma bem definida um caráter extremo de exploração. Não havia nas atitudes dos colonizadores nenhuma intenção de tornar esse lugar habitável ou desenvolvido em quaisquer aspectos. Não se tinha nenhum olhar para os seres humanos, não era um lugar para se habitar, mas sim para se explorar, extrair o que fosse possível e canalizar para a metrópole.

As pessoas que viviam nas colônias portuguesas só eram importantes até enquanto contribuíssem para o processo de colonização, principalmente, no que se refere à mão-de-obra. Como acontece em qualquer empreendimento cujo objetivo essencial é gerar lucros e acumulação de capitais, é preciso que a mão-de-obra seja barata ou de graça, chegando à escravidão. Dessa maneira, não se fazia necessário pensar em nenhuma forma de estruturar o lugar para que houvesse educação, saúde, habitação e até mesmo em estabelecer um processo de organização para a produção de alimentos para os habitantes do lugar, pois os que aqui chegavam não vinham para ficar, mas para explorar e obter lucros, de preferência, rápidos e vultosos.

Os que ali já estavam tinham o seu jeito de viver e de enfrentar as dificuldades, tinham sua forma de ver o mundo, sabiam como sobreviver, faziam da natureza e das coisas que ela doava o seu jeito de mediar o mundo e a forma de se reproduzir. Quando se fala em reprodução do ser humano, não se pode limitar-se a procriação, mas sim à reprodução cultural que é tão importante quanto. O ser humano é essencialmente coletivo e sua forma de viver é crucial para o indivíduo e seu grupo: “Para os índios que ali estavam, nus na praia, o mundo era um luxo de se viver, tão rico de aves, de peixes, de raízes, de frutos, de flores, de sementes, que podia dar as alegrias de caçar, de pescar, de plantar e colher a quanta gente aqui viesse ter.” (RIBEIRO, 2015, p. 36)

O modo de viver dos aborígenes estava intrinsecamente ligado à terra. A sua alimentação vinha da coleta da vegetação existente no local, bem como a caça e a pesca provinham das matas e rios que a natureza lhes oferecia. Para os europeus, não obstante, os índios eram vadios e viviam uma vida sem utilidade e sem prestígio, não produziam nada, segundo a sua própria avaliação. Esse olhar denota a falta de capacidade por parte dos portugueses de entender a forma de vida dos autóctones.

Na verdade, os aborígenes não produziam nada que fosse do interesse dos portugueses. Estes não conseguiam dar valor à forma de vida que os nativos levavam, pois entendiam que produzir significava fazer algo que tivesse valor monetário, coisas que outros comprassem, dando valor de mercado ao trabalho e aos investimentos, enfim, promovendo uma atividade que pudesse dar resultado em termos de acumulação e tornar seus detentores mais poderosos.

Frente à invasão europeia, os índios defenderam até o limite possível seu modo de ser e de viver. Sobretudo depois de perderem as ilusões dos primeiros contatos pacíficos, quando perceberam que a submissão ao invasor representava sua desumanização como bestas de carga. (RIBEIRO, 2015, p. 36)

Quando os indígenas perceberam que seriam usados por aqueles que haviam se aproximado de seu habitat com amistosa relação, para contribuir de forma forçada com o seu projeto, começaram a titânica resistência. Essa resistência é antes de tudo cultural, pela defesa de seu modo de vida, de sua religiosidade e de suas terras, resistir se tornara uma questão de sobrevivência. Quando o seu jeito de viver se tornou passível de extinção, os nativos perceberam que era urgente manter

a sua forma de vida, para que não fosse tirado deles tudo o que era significativo em sua existência.

O mais grave nisso tudo é, sem dúvida, a desumanização. Eles notaram que não eram mais seres humanos e sim bestas, animais que serviam para por em prática os intentos colonizadores nas terras conquistadas. Nota-se que a colonização por si é uma violência em vários aspectos, que leva de forma taxativa à desumanização do conquistado. A conquista é antes de tudo uma agressão, tornando o conquistado um desumano, colocando por terra tudo aquilo que faz dele um ser que pode ser identificado como sujeito.

A colonização do Brasil foi um ato gigante de desumanização. Os índios eram pescadores, caçadores, coletores e rudimentares agricultores, essa era a sua forma de produzir, tudo o que produziam era para o seu sustento e para os seus, para eles a terra era mais do que um meio de produção, era parte deles. De outra sorte, quando os indígenas foram “bestializados” pela ganância do dominador, perderam o status de ser humano para serem considerados gentis e não civilizados.

Dentro do processo de colonização, não podia faltar a educação, de extrema importância para os dominadores, pois deveriam tornar os habitantes do lugar “civilizados” e, acima de tudo, a religião que havia de tirá-los da “perdição”, a Católica. Em toda a sociedade, o sagrado sempre teve uma importância bem definida. Quando um povo subjuga o outro, tenta sempre impor os seus valores religiosos que devem ser ensinados:

Como já foi salientado, há uma estreita simbiose entre educação e catequese na colonização do Brasil. Em verdade a emergência da educação como um fenômeno de aculturação tinha na catequese a sua ideia-força, o que fica claramente formulado no Regimento de D. João III estatuído de 1549 e que continha as diretrizes a serem seguidas e implementadas na colônia brasileira pelo primeiro Governo geral (SAVIANI, 2013, p. 31).

Ao colocar a catequese como projeto principal de educação, percebe-se mais uma vez que não se tem um projeto econômico para a colônia, onde se priorize as atividades agrícolas, o comércio local ou algo que desenvolvesse o lugar como espaço de produção e reprodução econômica e cultural. A metrópole pensava na colônia e em seus habitantes como onde tudo devesse ser escrito de forma a mudar completamente a forma de vida da comunidade, para que o colonizador pudesse naturalizar a sua dominação.

Ao serem catequisados de forma impositiva, seguindo não só os termos da religião, mas também do Estado português que na época se confundiam, os nativos da colônia eram desumanizados, pois eram considerados apenas como parte da conquista. Os indígenas tinham o mesmo valor que as águas, a vegetação, os metais preciosos ou outro elemento da natureza, desconsiderando toda uma carga de cultura, oriunda da vivência e da experiência gerada por ela.

Por outro lado, os índios tinham uma maneira de se organizar como sociedade que se diferenciava das sociedades europeias, pois não eram divididos em classes, era o que se pode chamar de comunismo primitivo. Produziam mas não acumulavam, tiravam o necessário para o sustento de quem trabalhava e de quem dependia desses para sobreviver:

Apropriavam-se de forma coletiva dos meios necessários à sua subsistência. Esses meios consistiam na caça, pesca, coletas de frutos e de plantas nativas e algumas plantações dentre as quais se destacavam o milho, e principalmente a mandioca. (SAVIANI, 2013, p. 31)

A forma de produzir, assim como a cultura, e a religião como parte importante desta são componentes indispensáveis da educação. O como se produz está relacionado com a cultura das sociedades, a produção agrícola, por exemplo, é um fator determinante para compreender a cultura alimentar de um determinado povo. Quando os mais velhos ensinam os mais novos a plantar uma determinada cultura agrícola, é uma forma de educação.

Na tradição indígena a educação ocorria na forma de observação e acompanhamento dos pais por parte da criança, os pequenos ficavam estritamente sob os cuidados de seus genitores, estes não eram apenas os provedores de alimento e moradia, mas também do ensino da maneira de fazer as coisas. A vivência com a natureza e o enfrentamento das adversidades oriundas das intempéries dessa fazia dos mais velhos detentores do conhecimento de como enfrenta-los, e esse conhecimento era repassado para as gerações posteriores:

Até os 7-8 anos de idade, tanto os meninos como as meninas dependiam estritamente da mãe. Os meninos não podiam, ainda, acompanhar os pais, mas recebiam deles arcos e flechas e formavam, com outras crianças da mesma idade, grupos infantis nos quais, informalmente, se adestravam no uso do arco e da flecha, além de muitos tipos de folguedos e jogos, entre os quais se destacavam a imitação de pássaros. (SAVIANI, 2013, p. 36)

Percebe-se dessa maneira que o que os pequenos aborígenes aprendiam tinha muito a ver com a forma que a etnia vivia, as brincadeiras passavam pela imitação de pássaros e que denota a integração com a natureza. Visto que a diversão continha arco e flecha são possíveis observar então, que essa recreação retratava de forma educativa a atividade econômica que seus pais, aquilo que trazia a subsistência para a sua família era parte do imaginário dos futuros provedores. As meninas também seguiam a mesma orientação brincando de fiar algodão e amassando barro para a fabricação de utensílios domésticos a exemplo de suas mães.

É possível perceber que a educação dos índios estava intimamente ligada com a realidade da vida da comunidade, principalmente com as atividades de subsistência, como é o caso das cassadas, dos afazeres domésticos e a agricultura. Isso se revela a partir da atitude dos pais ao dirigir seus filhos em sua companhia para que aprendesse a sua atividade, tornando assim seus pais em modelo a ser seguido, desse modo às crianças eram educadas na prática.

A cultura indígena ensinava suas gerações futuras a serem provedoras das próximas gerações, transmitiam para seus filhos seu estilo de vida, seu trabalho e sua cultura, o que fazia dessas atividades um motivo de orgulho para os herdeiros. Com essa atitude, os educandos tinham uma visão da vida como ela realmente era, pois eram apresentados às atividades corriqueiras da comunidade.

A partir dos 40 anos, os homens entravam na parte mais bela, podendo se tornar chefes e líderes guerreiros e chegar à condição de pajés. Nas “casas grandes” cabia-lhes fazer preleções, transmitindo as tradições e orientando os mais jovens, para os quais a sua conduta tinha caráter exemplar. Eram admirados e respeitados por todos os membros da tribo. (SAVIANI, 2013, p. 37)

O homem que vivia nessas comunidades tinha um ponto de amadurecimento, onde suas qualidades e aprendizado começavam a ser usufruídos, não só pelos seus detentores, mas pelos demais membros da tribo, pois esses ouviam com atenção a preleção de quem já tinha atingido uma importante fase da vida adulta. É importante observar que o homem acima de 40 anos era um resultado da vida em comunidade, ele tinha o respeito de seus compatriotas porque valorizavam a

construção cultural que tornava o sujeito composto de qualidades, a ponto de repassar essas para os demais.

Quando esse homem já formado passa a ser um pajé, une-se a essas características a condição de ser líder religioso, com tendências à medicina, o conhecimento colhido e já recebido de seus ancestrais, agora contribui para o bem-estar do restante da tribo. Percebe-se também que a educação não está presente apenas no conhecimento de quem fala, mas na capacidade que a audiência tinha de receber essas informações e valorizá-las, a ponto de torna-las merecedoras de admiração e de respeito, perpetuando assim a cultura por intermédio da valorização da mesma.

De 1549 a 1759 houve uma dispersa intervenção das ordens religiosas católicas na educação no Brasil, com destaque para os franciscanos, depois disso houve o primeiro esboço de projeto de educação sob a égide dos jesuítas. Esses evangelistas vieram para cumprir ordens tanto da Coroa Portuguesa quanto das autoridades da jovem colônia, claro que para cumprir os interesses dos colonizadores:

A primeira fase da educação jesuítica foi marcada pelo plano de instrução elaborado por Nóbrega. O plano se iniciava com o aprendizado do português (para os indígenas); prosseguia com a doutrina cristã, a escola de ler e escrever e, opcionalmente, canto orfeônico e música instrumental; e culminava, de um lado, com o aprendizado profissional e agrícola e, do outro lado, com a gramática latina para aqueles que se destinavam a realização de estudo superior na Europa (Universidade de Coimbra) (SAVIANI, 2013, p. 31).

Os assuntos tratados na educação para habitantes da colônia brasileira não tinham nada a ver com a realidade dos nativos da região, pois não valorizava em nada a cultura local. Começando pela língua que era a portuguesa, completamente estranha aos indígenas, passando pela doutrina cristã que também não era a religião dos nativos. Na concepção dos colonizadores, era necessário que a educação estivesse ligada a catequese que era a forma de substituir a concepção religiosa para que a dominação colonial obtivesse êxito completo.

A educação pensada pelos jesuítas era um aparato dos colonizadores, não para educar brasileiros para o Brasil, mas para cumprir inclusive a condição de colônia, formar portugueses que vivessem além mar. Definitivamente esse projeto educacional não pensava em dar nenhum tipo de independência ou originalidade

aos habitantes da colônia, mas sim ocupar todos os espaços, não só físicos, como a terra e as riquezas, mas fazer também uma ocupação religiosa e cultural para que seu intento dominador obtivesse êxito absoluto.

A real intenção da educação jesuítica era condicionar os aborígenes, por meio de um estratégia articulada no sentido de converter a população colonial usando as crianças, para ir a busca dos adultos, de preferência as lideranças: “Pretendia-se, pela mediação dos meninos brancos, atrair os meninos índios e, por meio deles, agir sobre seus pais, em especial os caciques, convertendo toda a tribo para a fé católica.” (SAVIANI, 2013, p. 43) Nessa forma de educar, nota-se a ardilosa maneira de atacar os povos nativos em sua maneira de conhecer o mundo, destruindo sua língua e sua religião, minando assim a condição de nação dessas populações.

O objetivo dos jesuítas não era educar para elevar os nativos a uma condição de sujeitos, mas sim para torna-los dóceis a ponto de serem aculturados o suficiente para que o seu estilo de vida fosse apagado, possibilitando a conversão desse para a forma de viver do colonizador. Assim educa-se não para formar, mas para colonizar, não para desenvolver o lugar, mas para cumprir os objetivos dos invasores e não para tornar os alunos humanos, mas para torna-los devidamente desumanizados, a ponto de aceitar a imposição de quem os domina.

Foi dessa maneira que o Brasil colônia foi pensado, sempre com ideias estrangeiras, com objetivos não condizentes com a cultura e as intenções de seu povo. Cada atitude de efeito histórico para a formação da sociedade brasileira veio de fora. Isso porque quem construiu a nossa sociedade tinha o interesse de usurpá-la, de levar algo dela para o seu local de origem e, para tanto, a educação contribuiu para que a sociedade brasileira tivesse instituições mais ligadas a outras culturas do que à cultura local: “Trazendo de países distantes nossa forma de convívio, nossas instituições, nossas ideias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra.” (HOLANDA, 2014, p. 35)

O Brasil foi inventado pelos portugueses, com formas de governar e de se comportar importados da Europa, tornando seus habitantes aprendizes de culturas alheias, as instituições copiadas de lá tornam as origens da nação completamente comprometidas com o modelo enxertado no país. A educação que os brasileiros recebem, porque o Estado (instituições) também educa, é com intenção estrangeira, criada para domar os residentes no lugar.

Quando o projeto de colonização se instalou e obteve êxito, começou a promover o modelo de país que se tem hoje, um modelo econômico que atenda às vontades do mercado internacional, um jeito de educar que atende a esse modelo, tornado as ações do Estado brasileiro não ideal para o seu próprio povo. A cultura brasileira sempre esteve voltada para a agropecuária, com os índios produzindo para a sua subsistência, esse era o modelo econômico chave, inclusive para a educação jesuítica que tinha a agricultura em seu currículo, mas nunca pensada para os brasileiros.

De maneira geral, os portugueses que colonizaram o Brasil tinham em suas mentes a intenção de sugar as possibilidades de sucesso econômico, não tinham o interesse de criar raízes aqui, pretendiam apenas tornar o Brasil o “caixa forte” da Coroa. Essa atitude criou na elite brasileira a mesma característica, em cuidar do Estado Brasileiro para dar-lhe o lucro esperado, sem produzir um modelo de país que perdure por períodos o suficiente para mudar a realidade, os projetos de país são sempre efêmeros e imediatistas: “Essa ânsia de prosperidade sem custo, de títulos honoríficos, de posições e riquezas fáceis, tão notoriamente características da gente de nossa terra, não é bem uma manifestação mais crua do espírito de aventura?” (HOLANDA, 2014)

Percebe-se o muito da cultura europeia e principalmente portuguesa na cultura brasileira, a maneira como não se valoriza o trabalho como sendo algo nobre e o estilo de não planejar o lugar onde se vive, estar sempre buscando algo que dê resultados rápidos e vultosos. O Brasil herdou esse estilo de resolver simplificadoramente os seus problemas, buscando soluções imediatistas. A prosperidade pensada pelos portugueses e repassada aos brasileiros é aquela em que grandes projetos que são pensados para lucros rápidos e muito vantajosos, para esses planejamentos não interessava os recursos humanos, mas apenas o resultado monetário.

Quem ficou nas rédeas do país após o período colonial foram os filhos dos colonizadores, eles continuaram com o espírito aventureiro, importando-se mais com os lucros do que com a própria sustentabilidade dos meios de produção por eles utilizados, como a terra:

Mas trazendo esse agudo interesse, o colono europeu não trazia como ele a disposição de pôr-lhe a serviço, neste meio tão difícil e estranho, a energia do seu trabalho físico. Viria como dirigente da produção de gêneros de

grande valor comercial, como empresário de um negócio rendoso; mas só a contragosto como trabalhador. Outros trabalhariam por ele. (PRADO JUNIOR, 2011, p. 25)

As grandes plantações eram antes de tudo empreendimentos muito lucrativos, nos quais os colonizadores seriam os administradores, preparados para administrar, mas não para trabalhar. Foi assim que se criou uma cultura de elite que não trabalha e de povo que deve ser escravo, por isso deveria ser culturalmente docilizado e vencido, para acharem que a superioridade dos “administradores” era algo já estabelecido e irrefutável, era pra isso que a educação jesuítica servia.

Por ocasião da divisão entre quem trabalha e quem administra, começou-se a haver também a discriminação e a formação de classes, mais especificamente, no Brasil essencialmente agrário da época, aqueles que tinham a terra, principal meio de produção, e aqueles que precisavam trabalhar nela para subsistir e, portanto, eram administrados por seus proprietários. Dessa maneira, a maioria ficou desprovida dos meios de produção e uma minoria dono desses meios passou a dominar a economia, a política e os rumos da colônia que viria a ser país:

Mais uma circunstância vem reforçar essa tendência e discriminação. É o caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizara em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras- fazendas, engenhos, plantações (as plantations das colônias inglesas) - que reúnem cada qual um número relativamente avultado de trabalhadores. Em outras palavras, para cada proprietário (fazendeiro, senhor ou plantador), haveria muitos trabalhadores subordinados e sem propriedades. (PRADO JUNIOR, 2011, p. 25)

Notório que quem planejou e implantou o sistema de plantações forma os colonizadores, os demais eram coadjuvantes, trabalhavam apenas porque era o que lhes restava para garantir o seu sustento. A exploração era a questão chave no sistema implantado pelos portugueses, não só a exploração da terra, mas de forma bem definida, a exploração da mão-de-obra. Sem alguém que trabalhasse, esse projeto estava fadado ao fracasso, pois vivia exclusivamente, e de todas as formas, da exploração.

O processo de colonização faz parte da criação do Brasil como nação, essas marcas ficaram profundas na forma de tratar dos meios de produção e da economia como um todo. A compreensão da cultura do povo e como essa população se relaciona com a economia, está intrinsicamente ligada a história da formação desse

país como nação. Como sujeitos culturais, os seres humanos aprendem a viver de acordo com as ações que encontram na sociedade para ser referência para o seu comportamento, por isso que o que aconteceu na colônia está vivo no comportamento contemporâneo.

Desde a colonização, a educação também fez grandes diferenças entre aqueles que tinham condições financeiras e os que não tinham essa condição. As ordens religiosas educavam os filhos dos colonizadores, deixando de lado os indígenas e os demais grupos étnicos que existiam na colônia. Os filhos dos donos das terras tinham a chance de estudar as primeiras letras e até chegar ao ensino superior na metrópole. Essa realidade também fez parte da formação do Brasil como nação, a educação era um produto de luxo que poucos tinham acesso:

O plano contido no *Ratio* era de caráter universalista e elitista. Universalista porque se tratava de um plano adotado indistintamente por todos os jesuítas, qualquer que fosse o lugar onde estivessem. Elitista porque acabou-se destinando aos filhos dos colonos excluindo os indígenas, com que os colégios jesuítas se converteram no instrumento de formação da elite colonial. Por isso, os estágios iniciais previstos no plano de Nóbrega (aprendizado de português e escola de ler e escrever) foram suprimidos. (SAVIANI, 2013, p. 57)

A educação dos Jesuítas passou a ter um novo plano, contrariando o Plano de Nóbrega. Agora não interessava mais ensinar os indígenas a ler e escrever na língua portuguesa, o *Ratio Studiorum* compreendia estudos de humanidades, passando por filosofia até chegar nos estudos superiores, isso já na metrópole (SAVIANI, 2013). Esse modelo de educação criou uma diferença entre a minoria de colonizadores e a maioria da população que vivia para ser mão-de-obra para o projeto de plantação. Os que dominavam deviam aprender disciplinas escolares, já os que trabalhavam, bastava apenas saber trabalhar.

Essa educação para poucos aprofunda as diferenças entre os que têm poder econômico dos que não têm, deixando claro que nas terras americanas o interesse era apenas explorar, mas os portugueses que aqui viviam e seus filhos deveriam continuar a manter a sua condição intelectual. Desse modo, a elite composta pelos colonizadores e seus descendentes vai se consolidando não apenas na condição econômica, mas também intelectual, retirando mais uma chance de as classes menos favorecidas ascenderem social ou economicamente.

Os jesuítas não tinham um plano de educação para o Brasil Colônia, mas repetiam a fórmula que usavam em vários outros países. A elite aqui formada não tinha compromisso com o lugar, pois não aprendiam nada sobre ele, quem os educava não pensou nesse detalhe e os ensinamentos superiores eram feitos em Coimbra, ou seja, a elite brasileira não aprendia nada sobre o Brasil.

As marcas dessa educação ainda estão presentes no Brasil. A forma de distribuir a renda e os meios de produção ainda não mudou, ainda há uma elite dirigente e um povo que trabalha nos projetos dessa elite, educada e preparada, não para ser brasileira, mas para explorar os brasileiros. A maioria ainda faz o trabalho pesado para por em prática os projetos pensados por essa elite, ainda há os grandes aglomerados que, como os engenhos e outras estruturas de produção, colocam milhões de analfabetos e semianalfabetos para tocar os projetos dos “administradores”:

Tal é a força dessa ideologia que ainda hoje ela impera, sobranceira. Faz a cabeça do senhorio classista convencido de que orienta e civiliza seus serviçais, forçando-os a superar sua preguiça inata para viverem vidas mais fecundas e mais lucrativas. Faz, também, a cabeça dos oprimidos, que aprendem a ver a ordem social como sagrada e seu papel nela prescrito de criatura de Deus em provação, a caminho da vida eterna. (RIBEIRO, 2015, p. 55)

As marcas deixadas pela colonização, tanto na ocupação da terra e exploração de seus habitantes nativos, quanto na educação excludente e religiosa que os portugueses implantaram no país, refletem na forma como se comportam a elite e o povo em geral, ao reproduzirem a fórmula exploratória até os dias atuais. A formação da sociedade colonial portuguesa está presente nas relações sociais do Brasil contemporâneo, não há como compreender a situação atual do país sem antes considerar as questões que deram origem a essa composição social.

A sociedade brasileira, como qualquer outra, reproduz aquilo que de modo coletivo aprendeu a fazer, mesmo que de forma mecânica, contribuindo para a perpetuação do sistema a muito inaugurado. O processo educacional tem contribuição efetiva e decisiva na percepção de mundo de um povo, a maneira de educar constrói a forma como a realidade é ou não percebida. Quando não se questiona a formação social, não se pergunta como aconteceu a concentração de

renda, se é legítimo haver alguns com tanto e muitos com nada, caracteriza a falta de condição de perceber as reais causas disso.

O processo produtivo também sofre as consequências do modelo de formação social e econômica do país. A concentração da terra, que pelo fato de o Brasil se valer de uma economia agrária, é o principal meio de produção, contribuiu em muito para o abismo econômico entre os proprietários rurais e os trabalhadores. Diante dessa realidade, a maior parte da população ficou excluída tanto da condição de gerador de riquezas quanto da forma de consumidor de bens e serviços, isso retirou da população a chance de viver uma prosperidade coletiva.

Mesmo hoje sendo uma sociedade urbana, a formação da nação brasileira é agrária, não apenas no que diz respeito às questões da produção agrícola, mas também na cultura, no modo de pensar e agir. A colonização formou com características lusitanas a maneira de compreender as realidades da formação econômica e social. Muito do que se vive hoje tem relação direta com a época colonial, isso educou os brasileiros não só aqueles que sentaram nos bancos das escolas jesuíticas, mas também aqueles que não aprenderam a ler, mas compreendem o mundo através da vivência:

Toda a estrutura de nossa sociedade teve sua base fora dos meios urbanos. É preciso considerar esse fato para se compreender exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governos até muito depois de proclamada a nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram até hoje. (HOLANDA, 2014, p. 85)

Uma sociedade depois de composta de uma estrutura, ou modelo que a sustenta, não muda de comportamento de uma hora para outra, por isso entende-se que para haver mudanças nas formulações estruturais do Brasil, será necessário um processo longo de aprendizado. Esse processo é educacional, assim como os portugueses montaram o esquema que deu origem à colônia brasileira, com a ajuda das ordens religiosas católicas, as mudanças também passariam por algo semelhante, talvez não com o mesmo jeito de fazer, mas com as condições de estruturação que os colonos se valeram para implantar seu sistema, antes feito de modo excludente, agora de maneira que inclua a maior parte da população.

Os reflexos coloniais percebidos ainda hoje são testemunhas do quão importante é a compreensão, planejamento e execução de um projeto de país, uma nação pode ser pensada por poucos e para poucos, como foi o caso da colônia,

onde a elite portuguesa criou não uma nação, mas um esquema burocrático para a exploração da terra e de sua produção. Ou pode ser criado com a participação de muitos, feito para muitos, inclusive, os governos, e, por consequência a estrutura governamental, estarão sempre a serviço de quem os criou e os sustenta.

Um dos aspectos mais marcantes do período colonial foi a monocultura, essa forma de produzir traz consigo muitos aspectos que acabam por denunciar o modo predominante na agricultura nacional até os dias atuais. A monocultura sempre atende a um mercado específico e milionário, trata-se de um grande projeto empresarial, no qual se investe pesadas somas monetárias e são empregadas vultosas quantidades de mão-de-obra, mas a principal característica é a produção de apenas uma cultura agrícola, podendo chegar a milhares de hectares com a plantação de apenas um tipo de produto:

A monocultura acompanha necessariamente a grande propriedade tropical; os dois fatos são correlatos e derivam da mesma causa. A agricultura tropical tem por objetivo único a produção de certos gêneros de grande valor comercial e por isso altamente lucrativos, não é com outro fim que se enceta, e não fossem tais as perspectivas, certamente não seria tentada ou logo pereceria. É fatal portanto que todos os esforços sejam canalizados para aquela produção, mesmo porque o sistema da grande propriedade trabalhada por mão de obra inferior, como é a regra nos trópicos, não pode ser empregada numa exploração diversificada e de alto nível técnico. (PRADO JUNIOR, 2011, p. 126)

A colonização feita abaixo dos trópicos tem como característica fundamental a monocultura, isso é um aspecto primordial da condição de exploração que as terras subtropicais foram sujeitadas, no Brasil essa empreitada foi bastante usada pelos portugueses. A decisão de implantar a produção de um determinado gênero não é definido pelo local onde se pratica a produção, mas sim pelo destino dessa produção, que geralmente tem como alvo populações com alto poder aquisitivo, como era o caso da população europeia, consumidora dos produtos oriundos das colônias.

Dessa maneira, a população residente nos locais de produção não representa nada além de uma peça na engrenagem da empresa implantada naquele lugar, o que decide quais produtos serão plantados e as quantidades da produção é o mercado consumidor. Outra característica que denuncia um caráter apenas exploratório da ação colonizadora, que, de maneira alguma, respeita a presença das pessoas, é não construir um lugar estruturado para as pessoas habitarem, mas

pensar a colônia como sendo uma grande plantação, sua população era apenas algo que podia ou não contribuir com o projeto que não era dela.

Uma produção diversificada requeria uma maior capacidade técnica dos trabalhadores envolvidos na prática dessa empreitada, o que demonstra que a intenção dos que implantavam tais projetos não era pensar na construção cidadã dos habitantes nativos. Na verdade, a intenção de implantar esses empreendimentos estava estrita e unicamente ligada à vontade do colonizador.

Na sequência de implantação da economia do sistema colonial imposto pelos portugueses ao Brasil houve a instituição da escravidão, usando negros trazidos de regiões africanas, mais precisamente da Costa Ocidental daquele continente, e se concentraram na região Nordeste nas plantações de cana-de-açúcar e na região das Minas Gerais na mineração. Mais uma vez é possível perceber que o que se fazia no Brasil Colônia não tinha a ver com a construção de um país ou com a organização de uma sociedade humanitária, em prol do sucesso da empreitada colonial comete-se uma das maiores atrocidades da história nacional, o período escravocrata brasileiro:

Nos dois casos, o engenho e a mina, os negros escravos se viram incorporados compulsoriamente a comunidades atípicas, porque não estavam destinados a atender às necessidades de sua população, mas sim aos desígnios venais do senhor. Nelas, à medida que eram desgastados para produzir o que não consumiam, iam sendo radicalmente deculturados pela erradicação de sua cultura africana. (RIBEIRO, 2015, p. 88)

Apesar de as minas mais tarde terem se tornado vilas, pela concentração de pessoas em um só lugar por ocasião da mineração, a exemplo dos engenhos, eram estabelecimentos rurais, denotando que a formação econômica do país se deu no meio rural. Sem nenhuma estrutura para as pessoas trabalharem, já que a condição de escravo era desumana, somados ao fato de os negros estarem em um lugar estranho, uma língua estranha e fazendo coisas que não condiziam com sua cultura e forma de trabalhar, tal como faziam em seu lugar de origem, tornavam a sua existência um verdadeiro tormento.

Uma população inteira passou a ser hostilizada enquanto trabalhava, pois o projeto de exploração dos negros, a exemplo do que havia sido feito com os indígenas, nada mais era do que uma parte do grande propósito do colonizador para gerar lucros. Confirmando o intento de explorar ao máximo, a mão de obra não

deveria ser de forma alguma um encargo financeiro, pois isso iria atrapalhar os pensadores da empreitada colonial em seu intento de acumular riquezas às custas dos que trabalhavam definitivamente. Quem trabalhava no empreendimento não fazia parte dele no que se referia às tomadas de decisão, ou sequer a maneira que iria levar a sua vida pessoal, tudo era decidido pelo colonizador, o senhor.

Quando os escravos produziam o que não consumiam, mas sim as culturas que o senhor decidiu que produzissem, eles haviam perdido por completo o controle de seu trabalho e dos meios de produção que estavam todos nas mãos do senhor, não só a terra, como a própria vida de quem trabalhava nelas. Com esse distanciamento entre quem pensa e quem trabalha, nota-se que as desigualdades sociais presentes hoje na sociedade brasileira estão enraizadas na construção da estrutura social e econômica iniciada na colonização.

A própria educação tinha um viés escravista, pois as ordens religiosas passaram a aceitar como um fatalismo irremediável a situação de escravização, tanto de indígenas quanto de africanos. Como se sabe, a educação jesuítica foi uma forma não só de atender às questões religiosas, mas também políticas, orientadas pela Coroa Portuguesa. Visando minimizar os resultados desumanos que a escravidão exercia sobre os escravizados, os sacerdotes educadores tentavam por panos quentes na situação:

E os jesuítas, já que aceitavam a escravidão, como inelutável no contexto da colônia, irão ter seu próprio teórico a assumir a tarefa de aconselhar os senhores exortando-os a agirem como cristãos, suavizando o fardo dos escravos. Trata-se do padre jesuíta italiano Jorge Benci, que viveu no Brasil entre 1681 e 1700, tendo aqui publicado o livro *Economia cristã dos senhores no governo dos escravos* (Benci 1977), onde também desenvolveu uma pedagogia específica voltada para a educação dos escravos, conforme a tese de Ana Palmira Casimiro (2002). (SAVIANI, 2013, p. 68)

Quando se considera que a escravidão pode ser suavizada e não combatida, é uma maneira de perpetuar essa condição, os jesuítas faziam parte da empresa colonial, por isso tentavam justificar a escravidão, considerando a possibilidade de educar escravos. Essa “educação” é deveras uma forma de agredir a humanidade dos cativos, tornando-os aprendizes da condição e não seres livres. Assim, educá-los é aceitar essa condição, é legitimar essa atitude em nome do sucesso da

colônia, do bom andamento das investidas financeiras. A religião e a educação trabalharam unidas para legitimar a escravidão dos indígenas.

Já no caso dos africanos, eles foram tirados de seu habitat social e cultural, colocados em um lugar estranho, onde tudo o que sabiam e viviam, sua língua, sua cultura foram sumariamente desconsideradas na terra onde foram escravizados. Deixando evidente que nos dois casos de exploração da mão de obra, a condição de sujeito dos cativos era desconsiderada em todos os seus aspectos, tornando a relação desses com seus senhores desumana e degradante.

Foi essa a nação que os portugueses deixaram para o jovem Brasil, tanto na formação social e econômica quanto na educação, uma sociedade de senhores e escravos, um lugar rico e produtivo, mas construído e “educado” para a exploração e desumanização. Após a independência foi aprovado um ato adicional à Constituição de 1824, já em 1834, onde o Império ficava desobrigado de cuidar das escolas primárias e secundárias, passando essa tarefa para as províncias. É possível ver que já se haviam passado dez anos da promulgação da Constituição e o cuidado com as séries iniciais ainda não havia sido definido.

Também as províncias não cuidavam devidamente dessa parte da tarefa (SAVIANI, 2013), deixando uma etapa primordial da educação sem a devida atenção, em um país de escravos e senhores, a educação por gênese não seria prioridade. Inicia-se assim um império firmado na escravidão e alicerçado na falta de educação, construído sob uma égide agrária deixada pelos colonizadores. Uma pátria rural que não deixou espaço para seus compatriotas, os brasileiros eram como desterrados em seu próprio território:

Ao retornar a Lisboa em abril de 1821, o Rei D. João VI deixara para trás um Brasil profundamente transformado pelas decisões que havia tomado nos seus 13 anos de permanência no Rio de Janeiro. Sua última providência antes de partir, no entanto, tinha sido desastrosa para o país, que tentava dar os primeiros passos como nação independente. O rei mandara raspar os cofres do Banco do Brasil e encaixotar às pressas o ouro, os diamantes e outras pedras preciosas estocadas no tesouro. (GOMES, 2010, p. 56)

Cumprindo a tarefa de explorar e sugar o Brasil até o derradeiro momento, o então rei de Portugal fez um último e simbólico gesto de dilapidar o tesouro do país juntamente com a instituição financeira oficial. Sempre na intenção de fazer da colônia um espaço apenas para usurpar, o chefe da nação portuguesa não teve

escrúpulos em carregar tudo que era precioso para a metrópole, desconsiderando a viabilidade financeira do lugar onde reinara por treze anos.

Até aquele momento o Brasil não teve um plano de construção de nação, onde houvesse um projeto que incluísse as pessoas, esse território sempre serviu a Portugal, agora passa a ser independente da metrópole. Mas os anos de colonização irão deixar marcas profundas na estruturação do país que aprendeu com a nação mãe um modelo de exploração que se perpetuou agora com uma elite constituída de brasileiros, descendentes de portugueses.

Às dificuldades financeiras somavam-se aos problemas econômicos. A independência do Brasil ocorreu no meio de uma transformação importante na economia brasileira. A produção de açúcar e a mineração de ouro e diamantes estavam em decadência. Eram as duas grandes riquezas que haviam sustentado a prosperidade da colônia e sua metrópole nos séculos anteriores nos séculos anteriores. Muito dependente da mão de obra escrava, a produção açucareira entra em declínio devido ao crescente combate ao tráfico negreiro pela Inglaterra e a mudança de tecnologia nos mercados competidores. (GOMES, 2010, p. 59)

Fica assim evidenciado o quanto o Brasil estava ligado à extração de pedras, metais preciosos e da produção agrícola em regime de monocultura, como era o caso do açúcar, sempre em função das necessidades de países europeus. O mais grave disso era o fato de essa economia estar totalmente vinculada à escravidão que passou a ter a oposição da Inglaterra. O modelo passou a entrar em colapso, era o fim de um ciclo econômico, baseado de forma efetiva na exploração, tanto da mão de obra escrava quanto dos recursos naturais.

Nota-se que toda à população, grande parte dela escrava, estava trabalhando em função dos grandes projetos implantados por Portugal, em nenhum momento se houve falar em um projeto de Brasil, um plano de desenvolvimento para a nova nação. Em todo o período colonial, o território brasileiro foi pensado para dar lucro para Portugal, depois da independência, não se fala em criar um país para os brasileiros, mas sim para atender às classes dominantes.

As pessoas que permaneceram no país parecem ter ficado aqui por um acaso, composto pelos índios que sobraram da investida inicial, pelos negros escravos e por milhões de pessoas oriundas da miscigenação desses grupos étnicos. O país parece estar composto por pessoas que não foram preparados para viverem nele, na formação dessa nação não houve uma preparação para tornar-se

um lugar para os seus, para educar seus filhos na construção de uma pátria para todos.

O Brasil começou sendo um Império, com critérios e formas portuguesas, não tendo uma estrutura própria, sempre esteve até sua independência sob o domínio político de Portugal. Na sequência, o primeiro imperador era filho do rei da antiga metrópole, caracterizando essa independência como sendo apenas formal, culturalmente ficava atrelada aos costumes portugueses, a forma de ver a economia, de tratar seu povo ainda eram as mesmas.

Os componentes do Brasil recém-criado são resultados do tratamento que Portugal deu à antiga colônia. Fora a elite branca portuguesa, quem permaneceu nos trópicos foram os que ali já estavam, os índios, e os que para ali foram levados, os africanos escravizados. Uns sofreram uma terrível invasão e foram destituídos de sua cultura e sua terra e os outros foram desterrados rumo a esse lugar que lhes era estranho, agora compunham uma nação e eram a maior parte de sua população:

Em 1822, o Brasil tinha cerca de 4,5 milhões de habitantes - menos de 3% da população atual-divididos em 800.000 índios, um milhão de brancos, 1,2 milhão de escravos (africanos e seus descendentes) e 1,5 milhão de mulatos, pardos caboclos e mestiços. Resultado de três séculos de miscigenação, essa última parcela da população compunham um grupo semi-livre, que se espalhava pelas zonas interiores e viviam submissos as leis e as vontades dos coronéis locais. (GOMES, 2010, p. 73)

Fica nítido que essa população não pediu para estar ali e que a estrutura governamental não tem certeza do que fazer com ela. Resultado de anos de escravidão, essas pessoas estão alheias ao processo de independência. A maior parte da população era o resultado da mistura das raças e viviam como herdeiras da escravidão.

Essa condição é também parte da formação social deixada pelo colonizador, com reflexos diretos na economia, era uma população não preparada para enfrentar a condição de protagonismo como membro de um país independente. Não havia um sentimento de país em sua concepção pessoal, havia apenas uma estrutura burocrática que sustentava a incipiente nação.

No ano da proclamação da República, o Brasil tinha cerca de 14 milhões de habitantes, 7% da população atual. De cada cem brasileiros, somente 15 sabiam ler e escrever o próprio nome. Os demais nunca tinham frequentado uma sala de aula. Entre os negros e escravos recém-libertos, o índice de

analfabetismo era ainda maior, superior a 99%. Só uma em cada seis crianças com idade entre seis e quinze anos frequentavam a escola. (GOMES, 2013, p. 65)

O olhar do Império para a educação resultou nessa situação, os anos se passaram, a República foi proclamada, a escravidão havia sido abolida um ano antes, mas os resultados estavam alí. Os negros libertos agora eram cativos do analfabetismo, pois quase toda a população de ex-escravos não sabia ler e escrever, apenas um sexto das crianças frequentava as escolas, denotando o colapso da educação da jovem República. É nessa plataforma que o Brasil se firma, uma população analfabeta e agrária, sem possibilidades de reagir a sua situação de miséria por ter vivido distante da educação e dos meios de produção.

Com a ausência de participação por parte do estado em formulação de políticas educacionais, os movimentos sociais se organizaram para propor elementos para suprir essas necessidades para o meio rural. Desde de meados da década de 1980, puxado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, e outros movimentos ligados a Via Campesina Como o MPA, Movimento dos Pequenos Agricultores, Movimento das Mulheres Camponesas, MAB Movimento dos Atingidos por Barragem, se uniram nessa empreitada.

Os movimentos sociais do campo, por estarem envolvidos com os camponeses em seu dia a dia, tiveram essa iniciativa na condição de que conhece de dentro a situação dessa categoria, para tanto seria assim necessário que essa proposta construísse algo inverso do que aconteceu até então no quesito educação do campo. Nesse sentido, os movimentos sociais poderiam de maneira independente forçar a barreira das leis de educação no sentido de redirecionar as prioridades, colocando as famílias de camponeses como alvos dessa política.

Essa política implica um conjunto articulado de relações (fundamentalmente contradições) que a constituem como prática/projeto/política de educação e cujo sujeito é a classe trabalhadora do campo. [...] A compreensão da Educação do Campo se efetiva no exercício analítico de identificar os polos do confronto que a institui como prática social e a tomada de posição (política, teórica) que constrói sua especificidade e que exige a relação dialética entre particular e universal, específico e geral. (CALDART, 2012, p. 12)

Essa maneira de propor educação para o meio rural não é apenas uma repetição do que se deve saber, mas do conhecimento que se deve construir a partir da realidade vivida pelos atores envolvidos no processo, passando assim a ser uma

educação propositiva e participativa. A participação e compreensão do processo político é um dos diferenciais da educação promovida pelos movimentos sociais, colocando os camponeses como cidadãos emancipados e capacitados para a participação na vida política do país.

Com a educação emancipadora, o camponês perceberá a disputa de classes existentes na sociedade, identificando onde ele se encontra na estrutura social, percebendo de maneira clara quem são os verdadeiros inimigos da classe trabalhadora. Por isso, os movimentos sociais estarão sempre a cumprir um papel indispensável na construção de novos paradigmas para a educação do campo, que carece de aporte teórico e práticas educacionais exitosas para que se dê sequência a práxis da realidade versus a teoria.

O Brasil continuou marchando como sociedade rural até o século XX, período em que, a exemplo do mundo, passou a se tornar urbano, sem deixar para trás as marcas rurais que deram origem à nação. Na ânsia capitalista de tornar o Brasil lucrativo, era necessário que ele se urbanizasse, se tornasse moderno, capaz de fazer frente a outros centros industriais:

O século XX foi caracterizado, no Brasil, por um intenso processo de urbanização iniciado em meados do século e fortalecido a partir de 1960. A parcela de população urbana passou de 31,2% em 1940 para 67,6% em 1980. A mudança de país predominantemente rural para urbano ganhou velocidade no período 1960-1970, quando a relação se inverteu: dos 13.475.472 domicílios recenseados no Brasil em 1960, pouco menos da metade (49%), se situavam nas áreas urbanas; em 1970, quando foram contados 18.086.336 domicílios, esse percentual já chegava a 58%. (INSTITUTO, 2003)

A rápida urbanização do Brasil leva ao seguinte questionamento: quem são esses brasileiros que a partir da década de 1940 passam a ser residentes no meio urbano, em detrimento à condição de camponeses ou trabalhadores rurais? Como essa sociedade se preparou para se tornar operária? Como seriam os centros urbanos com esses cidadãos? Outra questão importante é o fato de ter havido uma virada da sociedade brasileira, deixando de ser rural para ser urbana, mas houve uma virada na educação? São questões que definirão os destinos do país, principalmente, em se tratando da população que permaneceu no campo.

No Brejo paraibano onde o município de Matinhas está localizado, a colonização se deu um pouco diferente por causa das características da colonização

desse espaço, primeiro não esteve na mira dos grandes proprietários da cana de açúcar por causa da sua topografia acidentada. Por outro lado, não ficou na condição de criação de bovinos para a subsistência, que era um papel do Sertão e do Cariri, deixando essa parte mais húmida do Agreste paraibano para uma disputa mais branda envolvendo médios e pequenos agricultores.

Essa condição de povoamento coloca a região como receptora, desde os primórdios da ocupação, de brancos pobres, nativos e negros livres como produtores de gêneros de subsistência, criando dessa maneira uma comunidade de pequenos proprietários. Os médios e grandes possuidores de terra tiveram grandes dificuldades para implantar um projeto de cultura de exportação, como aconteceu com a cana de açúcar no litoral de toda a região Nordeste.

Antes da voltada para a produção do açúcar mascavo, de autoconsumo, a cana passou a ser utilizada como matéria prima da rapadura e da água ardente fabricada pelos engenhos dessa região. A área consagrada a seu cultivo, restrita anteriormente aos vales, se expandiu sobre as costas chegando a atingir os topos das elevações. (MOREIRA, 1990)

Pode-se perceber nessa citação que a topografia não havia permitido a instalação das grandes produções, mas por estar no entroncamento entre o Litoral e o Sertão, passou a produzir produtos de subsistência, principalmente para o Sertão. O fato de produzir água ardente e rapadura, denota que essa agroindústria tinha por objetivo o mercado interno regional e não a exportação, outro elemento que comprova a vocação de agricultura familiar dessa parte do território paraibano, mesmo esses agricultores sendo médios, e alguns até grandes proprietários, a maneira de produzir difere da do Litoral.

A agricultura dessa região por ser de características familiares e não estar em um “pacote” para a exportação, a adubação química e os agrotóxicos, chegados na década de 1960, não tiveram inserção nesse local. Isso explica em parte ser esse um território agroecológico, tradição essa perpetuada pela prática da agricultura familiar, pois como já citado nesse trabalho, o rural para o camponês é mais do que um espaço de produção, é também o lugar de vivência das famílias, o que incentiva a não utilização de agrotóxicos.

3 A VOCAÇÃO AGRÁRIA NÃO EVITA ISOLAMENTO DA POPULAÇÃO RURAL

Como foi possível observar nas páginas anteriores, o Brasil sempre teve um projeto voltado para os interesses de determinados grupos, sendo iniciado pelos portugueses e, posteriormente, formando através de seus descendentes a elite nacional, que prosseguiu com projetos para o país, mas as pessoas que vivem no campo não foram igualmente contempladas. Os habitantes do campo são a imagem de uma nação que se desenvolveu, mas esqueceu de desenvolver os camponeses que viviam nele, havia um projeto para o meio rural, mas não para as pessoas que ali habitavam.

A formação da República seria mais um desses acontecimentos que acabou por esquecer de incluir aquilo que é primordial para o regime: o cidadão. No campo ficaram aqueles mais distantes das leis, pessoas rudes que não compreendiam a diferença entre a monarquia e o jovem modo de gerir a nação. O escritor Euclides da Cunha observa de forma perspicaz a maneira como esses brasileiros ficaram alheios às nuances promovidas pela elite na construção das formas republicanas de governar:

Vivendo quatrocentos anos no litoral vastíssimo, em que planejam reflexos da vida civilizada, tivemos de improviso, como herança inesperada, a república. Ascendemos, de chofre, arrebatados na caudal dos ideais modernos deixando na penumbra secular em que jazem no âmago do país, um terço da nossa gente. Iludidos por uma civilização de empréstimo; respingando, em faina cegas de copistas, tudo o que de melhor existe nos códigos orgânicos das nações, tornamos, revolucionariamente, fugindo ao transigir mais ligeiro com as exigências da nossa própria nacionalidade, mais fundo o contraste entre os modo de viver e o daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nessa terra do que os imigrantes da Europa. (CUNHA, 2016, p. 211)

O Brasil continuou a ignorar a maioria de seus ocupantes, a formação da República não foi nem de longe um reclame popular, ao observar que o público do interior do país (fora da região litorânea) estava alheio às quizilas republicanas. Não tendo entendimento das novas leis, percebe-se que esse fato não fazia parte do cotidiano das pessoas comuns. Seguindo o parâmetro usado desde a época da colonização, a elite continuou a traçar rumos de forma a permanecer no poder, arquitetando a conjuntura governamental que proporcionasse sua permanência no poder e posterior controle do restante da população.

Os rudes habitantes do interior da jovem república se sentiam estrangeiros onde viviam, pois a importação de tais leis nada tinha a ver com a vida dos que viviam nas terras brasílicas, a sua realidade não comportava esse arcabouço legal, tornando o regime inócuo para as necessidades dos interioranos. Os “copistas às cegas” retratam a imposição da referida legislação à população, redigida por pessoas distantes da maioria dos seus compatriotas, agravado pelo fato de ser uma cópia de práticas usadas em outros países.

Esse país que abandonou os camponeses a própria sorte não podia esperar outra coisa senão a revolta violenta de quem ficou de fora de todo o processo de domínio e usufruto dos meios de produção. Foi o que aconteceu com o Arraial de Canudos, onde muitos camponeses se reuniram sob a herança que lhes foi dada, a violência do desprezo e a religiosidade desenfreada que unidas, criaram o jagunço, uma espécie de camponês-soldado, que sob a liderança de Antônio Conselheiro formulou a resistência contra o sistema:

Envolvia dados entre os quais nada valiam os sonâmbulos arredios e imersos no sonho da restauração imperial. E esta insciência ocasionou desastres maiores que os das expedições destruída. Revelou que pouco nos avantajáramos aos rudes patrícios retardatários. Estes, ao menos, eram lógicos. Insulado no espaço e no tempo, o jagunço, um anacronismo étnico, só podia fazer o que fez – bater, bater terrivelmente na nacionalidade que, depois de o enjeitar cerca de três séculos, procurava leva-lo para os deslumbramentos da nossa idade dentro de um quadrado de baionetas, mostrando-lhes o brilho da civilização através do clarão de descargas. (CUNHA, 2016, p. 254)

Apesar do isolamento, a reação daqueles camponeses era coerente com a sua situação, o governo nunca havia assistido essa população em nenhum de seus anseios, mas quando se sentiu ameaçado lançou-se sobre eles com suas expedições de soldados armados. Não dava para os habitantes de Canudos considerarem aqueles agressores como sendo os representantes de sua pátria, aqueles eram sem dúvida os seus inimigos. O Estado brasileiro considerava-os também inimigos, não era uma luta entre compatriotas, mas entre duas nações, uma que decidia e governava e outra que ficou historicamente às margens do processo de construção da sociedade nacional.

Esses sertanejos sobreviveram apesar do Brasil, ficaram produzindo e construindo suas tradições alheias ao poder central, era como se não existissem para o governo e o governo para eles não tinha nenhuma valia, a não ser quando os

agredia de forma austera e sem clemência. Ao citarem a monarquia, nada mais queriam dizer que protestar contra o governo da ocasião, talvez por desconhecer outra forma de governo, aliado ao fato religioso de o Imperador ser iluminado por Deus para governar, mas acima de tudo, em sua rude compreensão, aquele grupo de pessoas simples sabia que o governo monárquico era antagônico ao republicano.

Os revoltosos não estavam distantes dos elitistas, dois quais ele mesmo fazia parte, a não ser pela lógica que os jagunços usufruíam em defender o seu habitat, pois tinha a clareza que aquilo era tudo o que tinham, sua família, sua casa, sua religião e seu líder. Já a legitimidade do governo era cambaleante, não era reconhecida entre os camponeses de Canudos, retrato de um país que se fez longe de seu povo, um país rural que nunca considerou a população do campo como sujeitos patriotas, mas como algo que poderia ser usado e descartado.

A forma com que os camponeses sempre foram tratados pelo Estado e pela elite nacional foi recorrente em todo o percurso da construção do Brasil, não só os índios e negros escravizados, mas brancos pobres que também viveram de maneira semiescrava. Muitos desses viveram espalhados de Norte a Sul, mas com destaque para a região Nordeste, onde as secas têm sido um agravante, principalmente para os mais pobres. O escritor Graciliano Ramos descreveu de forma significativa esse camponês:

E, pensando bem, ele não era um homem: era apenas um cabra ocupado em guardar as coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos. (RAMOS, 2017, p. 18)

Quando se tira das mãos de quem produz os resultados do seu trabalho, a dignidade dessa pessoa passa a ser usurpada por seus exploradores. Conseguir o seu sustento através do suor do próprio rosto é dar autonomia e protagonismo para o sujeito, proporcionando a esse as condições de cidadão. O personagem aprendeu a se comportar da forma que historicamente foi induzido a fazer, sentia-se um subhumano, alguém que não era digno de se manifestar nos mesmos termos que seu patrão (branco), essa é mais uma forma de abandono promovida pelo Estado.

Jogados à própria sorte, os camponeses do Nordeste brasileiros aprenderam a se apegar diante da falta de terra e da exploração de seu trabalho. Essa é uma

forma desumana de tratamento dos proprietários de terras diante daqueles que viviam em seus domínios. Ser um “cabra” é menos que ser homem, é um subcategoria desse, é um retrato fiel do que se tornou devido a sua situação social e econômica, da maneira como sempre foi tratado, humilhado e explorado, não sendo digno de usufruir dos frutos de seu trabalho já que cuidava do que era “dos outros”.

Diante de todo esse abandono, a educação era a parte que mais deixava os camponeses distantes de uma melhoria de vida. Estar no campo durante quase todo o percorrer da história do Brasil era sinônimo de distância dos bancos escolares, não havia essa regalia para filhos de quem trabalhava com a terra. Ser residente no meio rural era sinal de analfabetismo, os rudes homens e mulheres tinham tolhidos qualquer possibilidade de empreendedorismo, ou qualquer outra forma de progresso para essas famílias, já que não só os meios de produção lhes eram tirados, mas as formas de se desvencilhar da exploração também eram agravadas pela falta das letras:

Na palma da mão as notas estavam úmidas de suor. Desejava saber o tamanho da extorsão. Da última vez que fizera as contas com o amo o prejuízo parecia menor. Alarmou-se. Ouvira falar em juro e em prazos. Isso lhe dera uma impressão bastante penosa, sempre que os homens sabidos lhe diziam palavras difíceis, ele saía logrado. (RAMOS, 2017, p. 97)

A falta de educação para as populações camponesas perpetuou a exploração da classe dominante em relação aos trabalhadores rurais. No caso do personagem Fabiano, o fato de ele ser interpelado pelas palavras juro e prazos era uma forma de o patrão explorar ainda mais o seu trabalho. Aproveitando a ingenuidade do trabalhador e sem acordos claros e prévios, ao extorquir o pobre sertanejo, o latifundiário usava essas expressões como uma espécie de desculpa para ludibriar o interlocutor no intento de tirar proveito desse.

Ao usar as impressões desse personagem com relação aos cálculos matemáticos, Graciliano Ramos demonstra o status de conhecimento da maior parte da população brasileira, sendo essa uma sociedade predominantemente rural, não só no que se refere em produzir e viver no campo, mas também por construir a sua cultura através desse meio.

O Brasil tem portanto as suas raízes intrinsecamente voltadas para a tradição rural, denotando que a falta de cuidado com essa população deixou marcas relevantes na construção desse país. O analfabetismo, o distanciamento das leis e

das ações governamentais para com essas pessoas criaram uma população paralela nas regiões geograficamente mais distantes, criando ao longo da história uma camada de brasileiros de segunda classe.

Mesmo com o êxodo da população rural para o meio urbano, ainda ficaram milhões de brasileiros no campo, esses continuam isolados do restante do país, pois não representam a maioria e prosseguem às margens do desenvolvimento. Por outro lado, esses camponeses resistiram em diversas ocasiões específicas, mas resistem diariamente no desafio de defender a terra e o modo de produzir. Assim como aconteceu na batalha de Canudos, os milhões de camponeses pelo Brasil afora continuam a resistir, em seus arraiais, defendendo suas famílias, inclusive do governo que, em vez de incluir, agride-as:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (CUNHA, 2016, p. 574)

Essa última impressão de Euclides da Cunha sobre a Guerra de Canudos retrata o tratamento covarde e excessivamente violento em relação aos revoltosos. Claro que essa luta era contra o estado Brasileiro, que tinha aspectos de guerra civil, mas eram na verdade simples sertanejos que não conheceram o governo de outra forma que não a de agressão. Antes de serem brasileiros, eles eram do Arraial de Canudos, seu líder não era o presidente da República, mas sim Antônio Conselheiro.

O fim trágico dessa luta demonstra o vexame do governo central em tratar de assuntos tão simples. Usaram cinco mil soldados, que serviriam para defender o país de ataques externos, mas nesse momento eles atacam patrícios, mais pobres, menos armados e totalmente abandonados por essa mesma instituição que deveria defende-los. Estava sendo diagnosticado o resultado trágico do abandono da população rural do país, o campo passou a existir sem a tutela do Estado, resistindo aos projetos que os abandonavam, sobrevivendo às intempéries do clima e dos modelos econômicos.

O Brasil prosseguiu em seus conhecidos e repetidos rumos para a agricultura, onde milhares de hectares eram plantados para atender a interesses de outrem,

como acontecia na colônia e no Império, os grandes empreendimentos agropecuários prosseguiram na República. A terra e os demais meios de produção continuaram a não atender às pessoas, para dar crédito a uma elite reduzida em número, mas avantajada no acesso aos meios de produção e em acúmulo de capital:

Os anos que se seguem e o primeiro decênio do século atual assinalam o apogeu desta economia voltada para a produção extensiva e em larga escala, de matérias-primas e gêneros tropicais destinados à exportação, e que vimos em pleno crescimento no período anterior. Em nenhum momento ou fase do passado o país tivera diante de si, nesse sentido, perspectivas mais amplas. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 207)

Essa dita produção extensiva traz consigo aspectos prejudiciais não somente às pessoas que vivem em torno dela, mas também à economia do país e ao solo, pois ao plantar grandes extensões de terras é necessário desmatamento, que provoca assoreamento de rios e fontes de água, provocando assim o desequilíbrio físico-químico da terra. Já uma economia voltada para a produção de matéria-prima denota que a agregação de valores ao produto acontecerá em outro lugar, deixando as atividades mais lucrativas para outros países, acarretando assim problemas econômicos para a nação, tendo em vista que os produtos primários são mais baratos.

Já as populações do meio rural onde essa produção acontece não fazem parte de nenhuma de suas ações, pois grandes plantações geralmente são mecanizadas e ficam em grandes espaços não habitados do meio rural. Compreende-se então que as populações locais não são parte dessa forma de fazer agricultura, constrói-se aí uma ruralidade sem camponeses. Não que eles deixassem de existir, mas porque não mais interessava a esse modelo produtivo que houvesse população no campo, o campo seria então lugar apenas para produção, não para residir, socializar-se e criar raízes, mas seria considerado como um chão de fábrica.

A produção exclusiva para a exportação, sendo esses gêneros tropicais, denuncia também que essa produção estava a serviço de comunidades subtropicais, indicando que a produção extraída do Brasil seria destinada a países da Europa e Estados Unidos. Não há nenhum problema em exportar, a questão é quem decide o que produzir, o desenvolvimento de uma sociedade não deve estar refém dos

interesses de outras ou de grupos que venham a decidir em detrimento das populações locais.

Dessa maneira, o país não parece estar emancipado, nem a sua população tem qualquer tipo de liberdade para agir e se desenvolver economicamente, pois produz para interesses de outros grupos políticos e econômicos. Esse é um caso típico de exploração do trabalho, não apenas de pessoas isoladas, mas de comunidades inteiras que passam a estar sujeitas às necessidades de quem detém os meios de produção, comércio e sistemas financeiros, e usam esse poderio para colocar parte da população mundial a seu serviço:

O Brasil, como os demais povos de sua categoria, não conta senão como massa inerte de manobra, não é se não parcela insignificante num todo imenso em que se dilui e desaparece. A sua vida econômica não é função de fatores internos, de interesses e necessidades da população que nele habita; mas de contingências da luta de monopólios e grupos financeiros internacionais concorrentes. (PRADO JUNIOR, 2012, p. 279)

A exploração dos países desenvolvidos com relação àqueles em desenvolvimento sempre foi de subjugação e exploração, prejudicando enormemente as populações mais pobres, onde a defasagem econômica comprometeu ao longo do tempo o desenvolvimento humano dessas sociedades. Dentro de uma disputa por poder econômico ficam pessoas, famílias inteiras que tem suas necessidades suprimidas em função dessas grandes disputas do setor financeiro, deixando de lado a humanidade, para se dedicar às nuances do mercado internacional. Assim, a produção não cumpre um papel de perpetuar a espécie humana, mas a de acumular capital em prol dos oligopólios financeiros.

Quando os meios de produção, principalmente a terra, para uma economia agrária como a brasileira, fica concentrada nas mãos de poucas pessoas, a maioria da população fica a mercê dos que concentram a economia. Desse modo, não fica apenas impedida economicamente de crescer, mas a exploração acaba por impossibilitar as condições emancipatórias das pessoas que passam a depender em vários aspectos da elite financeira e isso acaba por causar desumanidades.

A partir de 1930, com a Revolução encabeçada por Getúlio Vargas, o Brasil passou por um processo tardio de revolução industrial, e isso também mudou o sistema educacional. Mais uma vez, o modelo educacional veio de cima para baixo, em nome de um projeto maior, onde a educação entrava como um dos aspectos

desse programa maior, ou seja, a educação não era um fim, mas um dos meios para o desenvolvimento.

Ocorre uma mudança na matriz econômica nacional, o país passa a pleitear uma economia secundária e para isso o palco do desenvolvimento não é mais o campo e sim as cidades, é no período de 1930 a 1945 que a virada de país rural para urbano começa a acontecer. Para isso era preciso preparar os camponeses para torna-los operários e isso dependia de um projeto educacional audacioso, tornando as escolas um local de preparação para uma sociedade industrial.

Nesse sentido, algumas ações foram promovidas pelo governo, sendo uma delas a fundação do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT):

O IDORT exerceu influência decisiva na formulação das políticas governamentais em todo o período pós-Revolução de 1930 que se estende até 1945, marcando fortemente a reorganização educacional, não apenas no que se refere ao ensino profissional, no qual a sua orientação foi decisiva. Roberto Mange e Lourenço Filho atuaram como consultores na elaboração das Reformas Capanema de 1942 e 1943, das quais resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e as leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial. (SAVIANI, 2013, p. 192)

A partir desse episódio, o Brasil não mais tem o espaço geográfico do meio rural como local de habitação das pessoas, mas sim os centros urbanos, onde as indústrias passaram a se localizar. As reformas educacionais passam a conter em seu escopo o intuito de fazer acontecer uma virada econômica e, dessa maneira, mudar culturalmente uma população de costumes camponeses para viverem em cidades que a cada momento passam a aumentar mais, e de maneira desordenada, sem planejamento arquitetônico, ocupadas às pressas para o novo modelo econômico.

As leis passam a dar um aparato legal para que fossem criadas as instituições e currículos para dar suporte às novas ações governamentais, como se possível fosse mudar os aspectos culturais, costumes e hábitos de uma sociedade camponesa e analfabeta que até então viviam em lugares longínquos, sem comunicação ou energia elétrica. Esse fato denuncia que a sociedade brasileira passou a ser urbana, mas não deixou de apresentar traços camponeses bem presentes em suas construções sociais e culturais.

Era preciso então educar para industrializar, era a serviço da industrialização que a educação passou a estar, não para formar pessoas, cidadãos ou sujeitos com capacidade crítica para contribuir com a sua nação. Mais uma vez, as pessoas foram substituídas pelos programas de desenvolvimento, não se colocando os operários - que até pouco tempo eram agricultores - para serem o centro da educação.

Como uma população relativamente densa da população brasileira ainda continuou no campo, se antes encontrava-se desassistida, agora a sua condição passou a ser ainda pior. A sociedade da indústria não contava com uma massa de camponeses, pois o que se esperava do país daquele momento em diante era uma sociedade composta de operários:

Nesse aspecto, importa levar em conta a histórica concentração da terra no Brasil resultando na contínua procrastinação da reforma agrária. Um marco importante nesse processo é a Lei de Terras de 1850. Por essa lei se ajustou o Estatuto Fundiário da Colônia ao espírito capitalista do liberalismo, cuja categoria central é a propriedade à qual se subordinam a liberdade e a igualdade. (BASSO; NETO; BEZERRA, 2016, p. 32)

Alguns aspectos passaram a tornar o campo um lugar bastante hostil para a maioria da população que lá permaneceu. Um deles foi a Lei de Terras que em 1850 decretou que as glebas só poderiam ser adquiridas através da compra, sendo que a abolição da escravatura aconteceu 38 anos depois e os escravos saíram da situação de cativos sem nenhuma possibilidade de adquirir esse bem. Por outro lado, os camponeses pobres também não teriam condições de compra-la. Com essa artimanha, a população rural continuou a estar privada do principal meio de produção, uma possibilidade que proporciona a sujeição à exploração, considerando que a terra ficou nas mãos das famílias tradicionais, que historicamente foram beneficiadas e essas passaram a se apropriar também da mão-de-obra daqueles.

No decorrer dos anos, a reforma agrária que por conta dessa condição de acesso a terra, passou a ser crucial não aconteceu, agravando cada vez mais a situação da população do campo. Esses agricultores ao estarem distante da terra, e por viverem longe dos centros urbanos estavam também distantes da educação. Para conseguirem um emprego nos centros urbanos, ficaram como em outros episódios da história nacional, distantes do núcleo de desenvolvimento do país.

A distância do acesso à terra é necessária para que o sistema capitalista se instalasse no campo, promovendo a exploração daqueles que detêm os meios de produção em relação àqueles que possuem somente a mão-de-obra. Dessa maneira a equidade social no meio rural fica deveras prejudicada pela concentração de terras, criando um abismo social entre proprietários, que são em sua maioria grandes latifundiários, e os camponeses em grande parte sem terras.

A composição uniforme e geométrica da monocultura é caracterizada pela pouca presença de gente no território, porque sua área está ocupada pela mercadoria, que predomina na paisagem. A mercadoria é a marca do território do agronegócio. A diversidade de elementos que compõem a paisagem do território camponês é caracterizada pela maior presença de pessoas no território, porque é neste e deste espaço que elas constroem suas existências e produzem alimentos. Gente, moradias, produção de mercadorias, culturas e infraestrutura social, entre outros, são os componentes da paisagem do território camponês. Portanto, a educação possui sentidos completamente distintos para o agronegócio e para o campesinato. (MOLINA, 2006, p. 30)

O Brasil sempre foi ligado à monocultura, seja ela da cana-de-açúcar, do café ou outras, mas a partir da entrada do país no que se convencionou chamar de agronegócio, a concentração de terras e as grandes plantações para atender à exportação passou a ganhar volumes astronômicos. Milhões de hectares de terras são plantadas para dar vazão a produtos controlados pelas bolsas de valores de outros países e comercializados em dólares. Também fazem parte dessa lista de mercadorias animais como bovinos, suínos e frangos, que ao lado da mineração bruta denunciam que o país não deixou de ser em grande parte dependente do setor primário da economia.

A monotonia do agronegócio contrasta com áreas rurais onde a agricultura camponesa predomina, chamadas por alguns de agricultura familiar. Ela ainda persiste no território, ainda é viável e produtiva, mas traz consigo o colorido das pessoas vivendo nesses lugares, onde constroem suas vidas, suas relações com o meio e com as pessoas do convívio. As características dessa parte da população brasileira são bastante peculiares e envolvem práticas culturais que perpassam o tempo, e por isso lhes são bastante valiosas, o que demonstra o fato de a população composta por agricultores familiares não produzirem apenas mercadorias, mas o modo não só de produzir, mas de vida e vivência.

Mas essa população continua a não receber do Estado a atenção merecida pela sua dedicação ao país e suas famílias, milhares desses camponeses vivem sem assistência básica para a sua permanência no campo com dignidade. Um desses abandonos se reflete de forma decisiva na questão educacional, onde a maior parte da população está desassistida dessa área tão imprescindível para o desenvolvimento dos sujeitos e das comunidades.

Os estudantes das áreas rurais, quando recebem educação pública, não a recebem de forma a atender às necessidades daquela população. Geralmente são colocados como que de paraquedas em uma sala de aula urbana, com características apenas das cidades, sem contemplar em nenhum aspecto as condições de ensino a que estiveram expostos até então. As salas de aula onde um só professor ministra aula para turmas de primeiro a quinto ano não podem estar preparadas para enfrentar um ambiente onde os estudantes tiveram uma educação flagrantemente melhor do que os filhos dos camponeses:

As escolas isoladas compõem um grupo que separa bem aquilo que se chama de rural e urbano, o que muitas vezes faz com que as prefeituras coloquem transportes para levar os alunos destes locais para estudarem nas cidades, aumentando ainda mais esse fenômeno. Os alunos do campo são colocados em uma mesma sala de aula, geralmente em um turno único, sendo caracterizados como fracos ou atrasados. (LOPES, 2015, p. 32)

Quando se observa essa realidade, percebe-se que a população rural está desvalida não só da falta de educação de qualidade nas séries iniciais, mas também na maneira como é tratada pelo poder público. Não parece lógico tratar esse grupo de estudantes de forma tão vil e logo depois equipará-los com colegas que tiveram um outro tipo de tratamento nos bancos escolares. Essa prática demonstra que o poder central trata de certa forma a população rural, principalmente no quesito educação, com um desprezo que acaba por excluir ainda mais essa parte da população brasileira.

Quando se trata a educação de uma parcela da população dessa maneira fica claro que essas pessoas não estão nos planos do governo, elas vivem como que por insistência, vivem apesar das adversidades. O processo educacional é uma tarefa que demanda tempo e, quanto mais esse povo fica abandonado sem a assistência educacional do Estado, ficará de fora do desenvolvimento do país, criando uma classe de cidadãos de segunda categoria:

Nesses termos, os sistemas de educação adquirem outro sentido: a mercadização, isto é, nossas escolas parecem mais com modelos de “linhas de montagem”. As escolas do campo, por sua vez, seguem modelos semelhantes: livros didáticos, laboratórios e currículos são apresentados com as mesmas características das áreas urbanas. Não há um currículo claro capaz de atender às necessidades dos sujeitos que vivem no campo; são organizados como unidades de produção, responsáveis pela venda de conhecimentos e habilidades. Há pouco interesse em construir um olhar para o homem do campo. Parece reinar um culto ao urbano. (LOPES, 2015, p. 34)

A educação como uma ação mercantilista não cumpre o propósito de desenvolver indivíduos e comunidades que vivem na pobreza e na ignorância, assim como aconteceu com a lei de terras em 1850, a educação de qualidade só é acessível aos que podem compra-la. Essa situação é promotora e perpetuadora de desigualdades sociais e econômicas, tornando os filhos de analfabetos, semianalfabetos e analfabetos funcionais em herdeiros de uma tradição de falta de conhecimento e marginalização, sentenciando ao desprezo e à desumanização gerações inteiras.

Já as escolas do campo sofrem em dobro, pois estão sujeitas aos mesmos moldes dos estabelecimentos urbanos, enquadradas em um currículo que não faz parte da realidade em que ela está inserida. Aliado ao afastamento dos centros onde a educação acontece com mais fluidez, os camponeses têm que tratar, além da pouca qualidade do ensino, com a estranheza causada pelo currículo convencional ao meio rural, proporcionando o distanciamento entre o que se aprende e o que se vai fazer com os conhecimentos obtidos.

Não só o currículo, como também os livros didáticos desvalorizam ou ignoram as particularidades do meio rural, não contemplam a maneira de viver e se relacionar das pessoas que vivem nesse meio, contribuindo assim para a descaracterização e desintegração da cultura desse espaço. Nem tampouco faz menção às práticas produtivas dos agricultores que trabalham em pequenas propriedades em regime de mão de obra familiar, não cumprindo assim a função de desenvolver economicamente a comunidade através da promoção da atividade agropecuária.

Desse modo, a escola presente no meio rural precisa cumprir a função de promover o desenvolvimento econômico e social, respeitando a cultura do povo, compreendendo a forma dessa classe se relacionar com a educação e os meios de produção. O povo do campo deve através da educação orquestrar as suas

reivindicações para melhorar as suas condições de produção e desenvolvimento intelectual, para que a partir disso os camponeses possam construir sua condição de protagonistas de sua própria história, tomando assim o seu destino em suas mãos:

Esta escola que desejamos necessita “desensinar”, para que os indivíduos possam ver como se constroem as relações sociais e a formação do homem do campo nas várias dimensões culturais sociais e políticas, ou seja, pensar a educação numa perspectiva de ensinar a ver. Ver é coisa complexa, pois não ocorre de forma espontânea. Necessita ser aprendida. Por isso, mais do que um projeto de educação para a cidadania, a escola do campo deve apresentar um sentimento, verdadeiramente, de uma práxis cidadã, rompendo com o discurso do silêncio e da aceitação. (LOPES, 2015, p. 36)

Para que uma nova educação passe a ser vivida pelos camponeses, é preciso sofrer uma “deseducação”, desconstruir o modo como a escola tem tratado os filhos dos agricultores e agricultoras e os adultos alvos de educação de jovens e adultos. É preciso que se construa uma nova educação, onde se comece a pensa-la a partir da realidade das comunidades e não seja imposta pelos órgãos governamentais, promovendo o desenvolvimento com características locais, para que a realidade seja contemplada no currículo escolar e nos livros didáticos.

Nessa nova educação será priorizado um olhar holístico sobre a realidade, pelo qual se tornará possível a compreensão da complexidade das situações existentes na localidade, onde as resoluções de eventuais problemas sejam feitas pelos membros da população local. A educação assim ajudaria as pessoas a resolverem suas pendências de acordo com o histórico das situações já vividas em momentos anteriores, assim a escola seria um espaço de aprendizagem, valorizando aquilo que provém da própria comunidade, dando importância ao modo local de se relacionar com as dificuldades e por consequência com o desenvolvimento.

Na tentativa de mudar essa realidade, e por pressão de grupos organizados, principalmente movimentos sociais do campo, alguns governos recentes vêm dando espaços para projetos e programas que contemplam a educação para o meio rural. Nesse sentido, entidades e organizações deram início, aliado aos governos em alguns casos, a um processo de formação nessa área.

Dentro dessa construção, algumas instituições públicas de Educação Básica passaram a cumprir esse papel, parte do ensino superior também passou a dar espaço para essa preparação, tendo como finalidade a educação para os filhos e

filhas de agricultores, bem como para a alfabetização de jovens e adultos: “[...] Com isso, o debate sobre o sentido e importância da educação do campo tem sido ampliado.” (LOPES, 2015, p. 30)

O resultado dessa pressão foi a contemplação da educação do campo na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), promulgada em 1996, prevendo a existência dessa modalidade educacional através dos meios legais.

A partir desse episódio, as escolas do meio rural, os movimentos sociais e outras instituições e entidades passaram a ter um aparato na legislação para dar seus primeiros passos nessa área, considerando o que segue no seguinte trecho da LDB:

- Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:
- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
 - II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola;
 - III- adequação a natureza do trabalho na zona rural (LDB 9394/96).

Apesar desse movimento que pressionou a ponto de tornar tal ensino legalizado, as escolas do meio rural ainda continuam precárias, tornando visível que os governos promovem programas e projetos que não têm durabilidade suficiente para mudar a realidade dessa parcela da população. Demonstrando que a referida lei ainda não teve formas claras que pudessem tornar possível a sua aplicabilidade tendo em vista o propósito de sua criação, diagnosticando a de vontade política e de interesse dos governos nessa questão. Essa espécie de marginalização desses programas para o ensino desse alunado, demonstram que a lei ainda não promoveu nenhuma mudança estruturante na formação de cidadãos conscientes e capazes de mudar a realidade do meio rural, ficando a escola refém do currículo absolutamente urbanizado e dos livros didáticos que prosseguem a não contemplar o desenvolvimento das capacidades desses cidadãos.

A lei também prevê um calendário escolar que dê ênfase às características do trabalho agrícola e pecuário que seria, como exemplo, as férias nos períodos de colheitas, o que permitiria aos filhos de produtores do campo participarem desse trabalho no momento propício, sem promover evasão escolar. Essa liberdade para organizar o ano letivo também não é vista nessas escolas, pois ainda vivem o

calendário urbano, muitos desses alunos são jogados nas escolas do meio urbano de modo a não respeitar as particularidades do campo e até mesmo a baixa qualidade de ensino das escolas iniciais nesses locais.

A lei é praticamente inócua quando observada a sua natureza, denunciando que é preciso ainda um grande esforço para que uma formação específica para as pessoas que habitam o meio rural seja uma realidade. Fica claro, e inclusive reconhecida pela referida legislação, que um ensino para o meio rural tem características diferentes daquele que acontece nas cidades.

Para isso, a escola do campo deve ser contemplada não apenas com linhas escritas, mas com condições efetivas para a realização dessa educação que deve ser inclusiva e de qualidade, feita também pelo Estado, não apenas por organizações sociais.

Os processos educativos que se realizam fora da instituição escolar, têm ocupado espaço na reflexão educacional e sociológica do nosso país e de outros países da América Latina. Pesquisas, publicações, espaços de debates nos órgãos governamentais e não-governamentais e órgãos multilaterais, tipo Unesco, vão implementando as distinções e as tipologias que começam a circular na literatura buscando definir a educação não formal. (LOPES, 2015, p. 63)

Tais processos acontecem alheios às salas de aula, promovendo uma flagrante falta de estrutura e dando continuidade ao excludente tratamento que o Estado brasileiro sempre dispensou a essa classe abandonada em todas as áreas. Em plena vivência do século XXI, em que se notam muitas mudanças tecnológicas promovidas de forma especial pelas comunicações, é alarmante que a educação destinada aos camponeses ainda prossiga dependendo de decisões e práticas tão elementares. Com exceção de exemplos construídos pelos movimentos sociais e entidades de classe, com fraco apoio dos governos, a educação do campo é uma realidade difícil de ser detectada no meio educacional nacional.

Uma das maiores particularidades da escolaridade do meio rural diz respeito aos aspectos culturais, principalmente, no que se refere à produção, sendo preciso que haja um calendário específico para esses estudantes devido as suas particularidades com a produção. Isso demonstra que a educação propícia do campo não pode estar desconectada da produção, pois ela tem um peso cultural bastante definido nessa população, especificando porque a educação planejada

pelos agricultores familiares deve ser diferenciada da que acontece nos meios urbanos.

Desde a inauguração da civilização moderna, a humanidade sofreu muitas transformações e com a educação não foi diferente, pois quando se tem mudanças sociais estas influenciam e muito no processo de aprendizado. Nesse sentido, a escola passa, orientada pelo iluminismo que marca essa etapa histórica, a dar ênfase ao cientificismo, onde tudo pode ser provado e comprovado pela pesquisa e as transformações sociais passariam de forma irrefutável pela ciência:

Pode-se observar que, em geral, na civilização moderna, todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que toda atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criarem grupo de intelectuais especialistas de nível mais elevado, que ensinam nestas escolas. Assim, ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de "humanista" (e que é o tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber se orientar na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferente nível, para inteiros ramos profissionalizou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa individualização. (GRAMSCI,1982, p.117)

Desde então, a ciência se confunde com a vida das pessoas, passando as escolas a dar ênfase a esse estilo de ensino, no qual as especializações são valorizadas e o conhecimento passa por um afinamento, a ponto de ter que haver especialistas que ensinem outros e, para isso, têm que acumular conhecimento de maneira a superar seus discípulos. Isso compromete o entendimento holístico sobre os objetos de estudo, fragmentando o entendimento sobre os fatos analisados, prejudicando a capacidade dos educandos e até dos educadores, de se tornarem capazes de construir outras formas de compreensão, pois lhes falta o domínio da completude dos assuntos.

O ensino baseado no humanismo tende a formar o indivíduo, dando capacidade de resolver quaisquer pendências, pois ao serem capacitados nesse sentido são mais do que reprodutores, são criadores de novos saberes. Formar indivíduos é mais do que transmitir, é capacitar o sujeito para condicioná-lo a ser protagonista de uma dinâmica que o torna capaz de compreender o mundo ao seu redor e intervir para mudar realidades. Essa individualização retira das pessoas a sua capacidade política de reagir a questões que possam vir a atingir as suas vidas,

pois não aprendem a resolver questões, mas a reproduzirem conhecimentos pré-fixados.

Sujeitos emancipados são capazes de tomar conta de suas vidas, educar é mais do que dar conhecimento, é tornar o indivíduo capaz de produzi-lo, para isso ele tem que estar capacitado ou apto para pensar e agir dessa maneira. Dessa forma, esse cidadão passa a ser criador e isso o condiciona a agir de forma humanista, construindo uma sociedade que sabe refletir sobre si própria, pois isso só irá ocorrer quando os educandos e educadores estiverem preparados para diagnosticar as realidades e agir em prol de si e de seus pares.

A escola criadora é o coroamento da escola ativa: na primeira fase, tende-se a disciplinar, portanto, também a nivelar, a obter uma certa espécie de "conformismo" que pode ser chamado de "dinâmico"; na fase criadora, sobre a base já atingida de "coletivização" do tipo social, tende-se a expandir a personalidade, tomada autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea. Assim, escola criadora não significa escola de "inventores e descobridores"; ela indica uma fase e um método de investigação e de conhecimento, e não um "programa" predeterminado que obrigue à inovação e à originalidade a todo custo. (GRAMSCI, 1982, p.124)

Em uma escola de caráter criativo ou produtivo, os estudantes terão acesso a um conhecimento comum aos participantes, ação que corresponde ao nivelamento, onde um conhecimento básico é apresentado a todos para que haja uma compreensão das realidades e que seja possível trabalhar com todo o público alvo, sem perdas por diferentes níveis de conhecimento. Daí por diante, o aprendizado toma forma de construção pessoal do sujeito, mas sempre dentro de uma relação coletiva, ou seja, as emancipações dos estudantes ocorrerão de forma a considerar que todo o indivíduo está inserido em um contexto social, no qual todos devem se colocar como agentes de transformação sociocultural ou mantenedores culturais desse grupo.

Com essa prática, os educandos e educadores, através dos estabelecimentos escolares, poderão contribuir para uma consciência moral construída de forma a promover o crescimento da sociedade de maneira salutar e responsável. A inovação que essa escola vai proporcionar não é a tecnológica apenas, mas aquela que contribui com os pares que vivem no mesmo local e precisam não somente de crescimento econômico, mas de promoção social para efetivar suas condições de

participação, com capacidade de melhorar o lugar onde vivem através de seus esforços e contribuições.

Com uma educação nesses termos, as questões econômicas não irão suplantar as demais necessidades da comunidade, o desenvolvimento não será apenas em cifras, mas em reais melhorias de vida para as famílias envolvidas. Todo o desenvolvimento salutar é proveniente do respeito às questões culturais, considerando a maneira como os sujeitos de determinada região se relacionam com os meios de produção e os valores que envolvem questões, tais como, o lucro e o trabalho.

Dessa forma, o desenvolvimento se torna mais humano e, portanto, condiciona a um crescimento sustentável, baseado no respeito e na solidariedade entre homens e mulheres:

Em um novo contexto de relações entre vida e cultura, entre trabalho intelectual e trabalho industrial, as academias deverão se tornar a organização cultural (de sistematização, expansão e criação intelectual) dos elementos que, após a escola unitária, passarão para o trabalho profissional, bem como um terreno de encontro entre estes e os universitários. Os elementos sociais empregados no trabalho profissional não devem cair na passividade intelectual, mas devem ter à sua disposição (por iniciativa coletiva e não de indivíduos, como função social orgânica reconhecida como de utilidade e necessidade públicas) institutos especializados em todos os ramos de investigação e de trabalho científico, para os quais poderão colaborar e nos quais encontrarão todos os subsídios necessários para qualquer forma de atividade cultural que pretendam empreender. (GRAMSCI, 1982, p.127)

A criação cultural e intelectual é um aspecto importante da produção do ser humano, ao considerar que o conhecimento foi de alguma forma construído ou organizado por alguém ou grupo de intelectuais, compreendendo que de uma maneira ou de outra foi tirada de algum arcabouço ideológico, a liberdade para essa criação fica prejudicada quando o sujeito não está em condições de realizar essa tarefa. Para que o educando se torne capaz de criar textos e demais obras do gênero, é preciso que a escola o transforme em um sujeito detentor da capacidade de organizar as ideias e coloca-las em uma forma para ser compartilhada, praticando assim a solidariedade, ao disponibilizar o que produziu, em especial para com seus pares sociais.

Não importando, inclusive, que esse cidadão seja um trabalhador braçal, urbano ou rural, a capacidade de pensar, projetar o seu futuro e tornar seus intentos

realizáveis, deve ser uma virtude presente na formação de todas as pessoas. A escola do campo deve ter a sua gênese na capacidade criadora, onde as comunidades rurais passem a considerar que a instituição escolar presente naquele lugar deve contribuir para acontecerem mudanças efetivas, transformando realidades do coletivo e dos indivíduos que ali se estabeleceram.

Essa educação deve ser dos camponeses e para isso será pensada por eles, mas só será possível essa prática se o ambiente escolar capacitar seus membros para essa tarefa, portanto, homens e mulheres do campo têm que colocar em prática a sua capacidade de criação e produzir intelectualmente para que na sequência venham as melhorias tecnológicas na produção e no desenvolvimento humano da comunidade.

Para promover um desenvolvimento seguro e capaz de mudar realidades é preciso que a visão holística se faça presente na capacidade de fazer uma leitura profunda, onde as coisas não ficam claras na hora de elucidar os problemas do dia-a-dia. Para isso a educação deve ter um objeto de estudo só dela, para que fique claro qual a sua função quando da intervenção na comunidade e na vida das pessoas, colocando o ser humano no centro da educação e do desenvolvimento tecnológico e econômico que deve estar a serviço dos sujeitos participantes do processo educacional.

O desenvolvimento humano deve ser o ponto central da educação cidadã, é através da construção de continuidades do conhecimento que é possível a elucidação das estruturas sociais e econômicas presentes na sociedade. Quando compreendidos esses aspectos, a escola passa a formar sujeitos alfabetizados funcionalmente, tornando-se assim capacitados para tomar conta de seu próprio destino, promovendo uma sociedade de indivíduos que produzem para si e para outros que necessitem dessa produção.

Dentro dessa realidade, a escola do campo deve também ensinar sobre economia e questões de interesse produtivo, no caso a agricultura e pecuária. Dessa maneira é preciso que se trabalhe uma Economia Propedêutica e Interdisciplinar (COSTA; PEDRO; LUCENA, 2016, p. 283), tornando assim os membros da comunidade condicionados a compreender de forma básica as questões econômicas, colocando esse assunto como algo a ser pensado e vivido por todos.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No intuito de contribuir com uma nova educação, essa pesquisa pretende propor uma intervenção na instituição escolar, para que de maneira efetiva se possa pôr em prática em caráter experimental uma forma transformadora de tratar o ensino a práxis educativo-coletiva, culminando a produção agropecuária local, como o ensino de história na escola, aliando a discussão sobre os direitos humanos, os saberes tradicionais e o ensino de novas tecnologias, onde a sala de aula passa ser uma caixa de ressonância das realidades locais.

Também se compreende que uma mudança no processo educacional envolve toda a comunidade escolar, e dessa maneira, propõe-se fazer um trabalho de discussão entre os educadores, educandos e demais membros do ambiente em questão, pois esses procedimentos devem acontecer de forma compartilhada para que não se incorra nos erros das políticas educacionais já implementadas no Brasil, que não eram criadas pelos brasileiros para os brasileiros, mas sempre atendeu a alguma orientação externa.

Compreende-se que a criação de conhecimento não é apenas privilégio de poucos, mas que organizados para esse fim, todos podem contribuir com uma maneira de pensar e de agir a partir de sua própria realidade. Produzir conhecimento não é apenas benéfico para quem está envolvido nessa tarefa, mas para todos aqueles que possam usufruir dessa produção, desse modo, há uma ação humanitária ao contribuir com outros membros da coletividade.

Para essa realização, a escola é de fundamental importância, pois a produção científica depende em primeira instância do ensino fundamental, e para que haja uma sociedade com componentes criativos e envolvidos com a produção de conhecimento, a mudança tem que ocorrer nas escolas. Nenhuma pessoa ou sociedade pode mudar a sua realidade para melhor sem antes ter independência para isso, e essa atitude vem da condição que o indivíduo tem de garantir o seu lugar ao sol por meio de sua situação atual, seja ela como for, se de pobreza, analfabetismo e outros males que provocam exclusão.

A primeira atitude a ser tomada por esse grupo é a de reconhecer a necessidade de mudar, entender a situação adversa e que a solução não vem de fora, mas que surge da capacidade de análise e tomada de decisões por parte dos componentes da localidade em questão, condicionando a produção de

conhecimento por parte de quem vive o dia a dia daquele povo e daquele espaço geográfico.

Com a certeza de uma utopia realizável ou possível, a escola pode ser o lugar dessa formação do ensaio provocador, pois essa instituição tem a capacidade de estar atuando dentro da comunidade e tratando com pessoas de todas as faixas etárias, bem como compreendendo vários aspectos sociais e econômicos do meio. Ao obter a capacidade crítica dialética, a sala de aula pode ser o laboratório para a observação da realidade local, proporcionando um ensino onde a prática e reflexão sobre esta, se alternem na tarefa de buscar alternativas para resolver problemas cotidianos e promover o crescimento dos indivíduos, não só economicamente, mas socialmente, fazendo com que os cidadãos obtenham ganhos na condição de seres humanos.

Na tarefa de promover essa intervenção, será adotada no presente estudo a pesquisa qualitativa, pois pretende-se fazer com que alunos e professores produzam textos, mesmo que pequenos, mas que possam tornar possível a compreensão de determinada realidade, discutindo a possibilidade de a escola contribuir com a sociedade em geral a partir da produção da comunidade escolar. Essa produção seria intelectual ao promover escritas por parte de docentes e discentes, mas o fundamento desse debate seria a produção agrícola e pecuária existente na localidade, de maneira a evidenciar a partir das impressões desses atores, a importância e o papel da educação e da agricultura familiar no trabalho de disponibilizar dividendos teóricos e econômicos a outros grupos sociais:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21)

Na verdade, não se pode quantificar a capacidade que um grupo de pessoas tem de identificar as suas reais necessidades, sequer é possível medir em quantidade as condições reunidas em cada indivíduo para resolver situações simples ou complexas de seu dia-a-dia. Desse modo, para compreender a realidade de uma escola que está inserida em um certo meio, a pesquisa de natureza qualitativa é a forma adequada de intervir nessa questão, pois ao analisar e

promover as condições de produção de um determinado espaço social e geográfico, percebe-se que essa é uma situação bastante particular e que a referida intervenção não pode ser tratada apenas com números.

Ao tratar de valores, a pesquisa qualitativa contribui no contexto em questão, pois a produção seja ela intelectual ou de alimentos, bem como a sua destinação ou distribuição estão carregados de valores, pois em uma sociedade mercadológica onde tudo se vende e se compra, essa é uma discussão bastante pertinente. Ao considerar que os sujeitos produzem para sustentar a si próprios e os seus, percebe-se que há uma relação entre quem produz e quem recebe parte dessa produção para o seu sustento, essa atitude está carregada de intenso significado. Diante disso, percebe-se que a escola deve estar atenta a essa realidade e trata-la como primordial.

Entender o que esses indivíduos querem, ou aspiram, é de fundamental importância para compreender a maneira como agem e o porquê da situação em que se encontram, também é a partir desse entendimento que se podem perceber as opções que são apresentadas a esse grupo para que suas reações sejam a que eles demonstram quando inqueridos sobre determinados assuntos. A pesquisa qualitativa é também responsável pela observação das atitudes que certos grupos sociais deixam transparecer quando agem para conseguir seus intentos, pois isso diz muito sobre como esses aprenderam ou não a se relacionar com realidades que lhes são próprias.

Como destaca Minayo (1994, p. 23), o método positivista pretende tratar das questões sociais de forma pretensamente neutra, fazendo com que o pesquisador se afaste do objeto pesquisado a uma distância suficientemente “segura” para poder analisar de maneira imparcial. Considerando que o responsável pela pesquisa é um sujeito com paixões e interesses dos mais diversos, da mesma maneira acontece com os pesquisados, denota-se que essa forma positiva de fazer a intervenção para a pesquisa não resultará em dados coerentes com a realidade, principalmente em se tratando de pesquisa social, pois o que dirige o estudo é antes de tudo um ser sociável.

Por isso o pesquisador deveria compreender as questões sociais através de sua pesquisa, considerando os mais variáveis aspectos da diversidade existente naquele local e entendendo que a sua compreensão de mundo também interfere no resultado da análise. Compreender seres humanos exige que se coloque a natureza

humana do responsável pela pesquisa a serviço da tarefa empreendida, sentir como o pesquisado olha para as coisas a seu redor e perceber o quanto ele consegue ou não identificar as nuances e as permanências do processo emancipatório humano. As compreensões de questões sociais não são meramente objetivas, mas vêm carregadas de significados e subjetividades:

Em oposição ao positivismo, a sociologia compreensiva responde de forma diferente a questão sobre o qualitativo. Essa corrente teórica, como o próprio nome indica, coloca como tarefa central das ciências sociais a compreensão da realidade humana vivida socialmente. Em suas diferentes manifestações, como na fenomenologia, na Etmétodologia, no internacionalismo simbólico, o significado é o conceito central da investigação. (MINAYO, 1994, p. 23)

Muitos dos agrupamentos humanos não compreendem as suas próprias necessidades, parecem estar inebriados pela sua cotidiana realidade, sem ter condições de identificar as causas de suas dificuldades. Dessa maneira, a pesquisa qualitativa deve se empenhar na tarefa de compreender através da sociologia compreensiva, as razões que levaram essa parte da população a enfrentarem tais adversidades. Nesse sentido, entender o espaço físico, social e as condições culturais torna-se de fundamental importância, identifica-se dessa maneira a complexidade das realidades do ser humano e de suas organizações, respondendo várias questões que condicionam o bom êxito da pesquisa.

Ao compreender a fenomenologia dos grupos sociais estudados, que mesmo sendo usada nas questões psíquicas, podem ser de boa ajuda na identificação da maneira de pensar e agir das organizações pesquisadas, principalmente ao referir-se ao fato de essas serem compostas de seres humanos, que são dotados de simbolismos e maneiras já construídas de lidar com a realidade. Identificar o que de fato acontece no meio em questão é labor penoso, mas essencial para o sucesso do empreendimento, por isso não é possível estudar questões relacionadas a seres humanos por métodos objetivos, já que as subjetividades são inerentes a estes.

O modo de intervenção que pode ser denominado de pesquisa social deve estar bem orquestrado nas fases preparatórias, para que seus articuladores possam trabalhar de forma satisfatória, é preciso que haja uma intensa observação em determinado grupo social, na busca de entendimento sobre a forma de como ele se comporta nas mais diferentes situações. Estudar seres humanos e seus comportamentos, sejam esses individuais ou grupais, é deveras complexo, e,

portanto, compreender suas particularidades não é simples, ao tempo em que é essencial para o sucesso da empreitada.

A atividade que anteceda a pesquisa deve ser articulada de forma a dar vazão a uma investigação coerente com o local e as pessoas a serem estudadas, essa fase exploratória tem o interesse de ajustar o trabalho com a realidade do ambiente. O objeto do estudo precisa chamar a atenção não somente para o meio acadêmico, mas para a sociedade em geral, e, principalmente para os que foram participantes diretos da intervenção, para que todos ganhem, não só o pesquisador e a instituição em que ele está atrelado, mas também aos pesquisados e a quem possa interessar.

A fundamentação teórica deve estar conectada com o objeto de estudo, como este é relacionado a uma intervenção em determinada organização social, deve também contemplar aquela realidade. A metodologia tem a tarefa de pôr em prática a teoria, para isso, deve ser escolhido um método que mais se aproxime da situação real a ser estudada, e que possa identificar possíveis problemas presentes naquele ambiente, tendo como ferramenta o processo metodológico escolhido.

Um caso pode mostrar múltiplas realidades decorrentes do processo de observação, da coleta de dados, e das diferentes interpretações do investigador. O estudo de um caso não significa uma leitura única da realidade, supões que se pode haver diversidade de percepções. Alguns autores recomendam que o relatório, antes de divulgado, recorra aos meios usuais de avaliação da pesquisa qualitativa. (CHIZZOTTI, 2014, p. 141)

As dificuldades a serem encontradas no campo de pesquisa quando se trata dessa intervenção na área social são muitas, e podem ser dadas várias interpretações, devido, principalmente, ao grande número de subjetividades notoriamente presentes nesse ambiente. As múltiplas realidades ali detectadas, ao coletar os dados, por exemplo, pode colocar o pesquisador em condições difíceis, pois essa etapa pretende dar o material mais substancial para o trabalho, por isso, as impressões absorvidas pelos que pretendem fazer um estudo sério e comprometido com o que é real, precisa de maneira contundente compreender de forma correta os dados coletados.

Nesse sentido, Chizzotti (2014, p. 141) destaca que é preciso sujeitar o referido estudo a uma análise crítica, onde estarão presentes várias pessoas com formação e interesses na área em questão, pois esta avaliação não pode estar

sujeita a uma interpretação única. A complexa intervenção na vida social demanda que haja uma triangulação entre o pesquisador, pesquisados e profissionais/acadêmicos da área que são os meios usuais para o julgamento compartilhado da pesquisa qualitativa, para que não se caia na interpretação unicista daquilo que é múltiplo.

4.1 O método de pesquisa que estimula a ação e a produção

Ao decidir fazer uma pesquisa, o responsável por ela deve escolher um método para orientar essa tarefa, isso é necessário para que se possa chegar a determinado resultado, e por consequência, ser possível explicar como foi o caminho para se obter uma almejada conclusão. Essa etapa também define a maneira como vão ser os procedimentos para se obter os resultados, qual a forma e atividades a serem utilizadas para implantar no campo aquilo que já foi pensado e planejado nas academias. Apesar de ser um pensamento teórico, essa questão é que vai definir como irá ocorrer, de maneira detalhada, cada aplicação das ideias pretendidas:

O método, dizia o historiador Dilthey (1956), é necessário por causa de nossa “mediocridade”. Para sermos mais generosos, diríamos, como não somos gênios, precisamos de parâmetro para caminharmos no conhecimento. Porém, ainda que simples mortais, a arca de criatividade é nossa “grife” em qualquer trabalho de investigação. (MINAYO, 1994, p. 17)

Quando o autor fala em mediocridade, não é tentando diminuir a inteligência de ninguém, mas é para exemplificar que nenhuma pessoa é capaz o suficiente, para com seus próprios métodos ou formas exclusivas, abordar determinado produto, é preciso que se obedecem parâmetros já definidos para fazer essa análise. É nesse intuito que as pesquisas seguem alguns requisitos prévios para que ocorra de forma satisfatória a análise dos objetivos pretendidos, reconhecendo que o conhecimento não é privilégio do responsável pelo trabalho, mas que outros pesquisam assuntos variados, ou até mesmo o tema em questão, mas que pelos mesmos métodos podem chegar a resultados diversos.

Mas dentro dos métodos, há a digital do pesquisador, nenhuma pesquisa, podendo inclusive usar idênticas formas de abordagem, poderá ter resultado

fidedigno a outra, mesmo ao se referir à igual produto, essa é a maneira criativa que o pesquisador obterá a partir do seu ângulo de visão. As impressões do autor são importantes, pois elas darão os rumos do andamento do trabalho, o próprio modo de estudo é escolhido por ele, a manipulação, desse jeito de fazer a pesquisa também vai influenciar de maneira decisiva nas conclusões do trabalho em questão. Nota-se aí que a figura do articulador do trabalho não pode ser anulada, ele faz toda a diferença, dando peculiaridade ao resultado desse.

Na tarefa que se intenta realizar com esse trabalho, o método será a pesquisa de ação, ou pesquisa-ação, pois essa maneira de abordagem se aproxima muito do que se pretende compreender na intervenção almejada. Tendo em vista que se há um comprometimento de discutir e estudar na prática a atuação de uma escola de ensino fundamental e médio no meio rural, atividade essa em que a produção e a educação caminharão juntas, observar e detectar as realidades através dessa maneira soa como algo necessário para que se obtenha os resultados esperados:

É importante que se reconheça a pesquisa-ação como um dos inúmeros tipos de investigação-ação, que é um termo genérico para qualquer processo que siga um ciclo no qual se aprimora a prática pela oscilação sistemática entre agir no campo da prática e investigar a respeito dela. Planeja-se, implementa-se, descreve-se e avalia-se uma mudança para a melhora de sua prática, aprendendo mais, no correr do processo, tanto a respeito da prática quanto da própria investigação. (TRIPP, 2005, p. 446)

Ao oscilar entre a ação e a investigação, esse método enriquece a pesquisa dando ao pesquisador a oportunidade de aprender com a prática e com a realidade do objeto de estudo, tendo em vista que esse se trata de pessoas, o aprendizado se torna eficaz de maneira mais veemente. Na pesquisa social, não há condições de implementar de forma engessada nenhum plano pré-estabelecido sem que haja alguns ajustes, e até mudanças completas pelo fato de os pesquisados não estarem devidamente “enquadrados” no esquema de estudo proposto, o que denuncia a utilidade desse modo de abordagem para a referida forma de pesquisa.

A alternância entre agir e pesquisar a ação, torna essa tarefa em uma maneira constante de estudos e descobertas, principalmente quando estão presentes nessa articulação pessoas de um determinado meio que está sendo estudado, as melhorias das ações refletem na investigação e vice-versa. Nesse trabalho, a escola com seus componentes, professores, alunos, funcionários, pais e comunidade em geral, contribuirão para que as próximas pesquisas sobre educação

e produção agropecuária tenham como parâmetro referencial aquilo que eles ajudaram a produzir.

É possível perceber então que o agir e estudar a ação promove a produção, pois a pesquisa não é apenas uma fria maneira de olhar para a realidade em questão, mas sim detecta e promove a constante transformação que acontece naquele meio, inclusive no decorrer da própria investigação.

Desse modo, o pensar se entrelaça contemporaneamente com o agir, criando um ambiente em que não se separa a teoria da prática, mas que a primeira pode surgir da segunda, e a segunda orientando a teoria, formarão a cadência produtiva almejada.

Paralelamente a essa difusão, cumpre que jamais se perca de vista o alcance emancipatório de uma proposta educacional assim instrumentalizada, de forma que protagonismo estudantil também faça jus a adentrar práxis de teleologização de mudança nas esferas subjetiva e objetiva, o que ocorre mediante pesquisa-ação a ser objeto de experiência na perspectiva de ser inclusiva de sempre mais numerosos pesquisadores. (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016, p. 284)

A emancipação do ser humano é uma parte essencial na construção de um projeto de pesquisa educacional, colocar alunos e professores na condição de atores de transformação dos estudos para o desenvolvimento local e regional é uma tarefa desse modelo de abordagem. Assim, o pesquisador não é alguém que somente observa e escreve sobre o ambiente estudado, mas contribui efetivamente, ao lado da comunidade, para a promoção de atitudes emancipatórias para seus membros, instigando, propondo e ajudando a implantar ações que venham a facilitar processos emancipatórios, pretendendo que esse grupo de pessoas caminhem de maneira independente.

Desse modo a pesquisa passa a ser popularizada, tornando pesquisadores não apenas os membros da academia, mas pessoas em geral, inclusive os componentes das comunidades pesquisadas, essa seria uma forma de tornar produtiva a escola e a agropecuária, ensinando os alunos e professores a serem produtores de componentes intelectuais que possam vir a contribuir com a comunidade e para a quem mais possa interessar. Essa é uma atividade da pesquisa-ação, pois o fato de haver uma intervenção por parte da pesquisa no quesito emancipação, compreende que a ação foi um resultado da observação, e que esta sofreu influências daquela.

Ao trabalhar essa modalidade metodológica, com uma pesquisa de campo em uma escola que está intimamente ligada às unidades agropecuárias de produção, onde residem estudantes, seus pais e alguns professores, que estão envolvidos com atividades produtivas (em regime da mão-de-obra familiar) e educacionais, pretende-se promover não só uma ação emancipatória, como também envolver a educação com a produção local.

4.2 O contexto da realidade em questão

Dentro da pesquisa-ação e da práxis educativo-coletiva, faz-se necessário promover uma leitura localizada da conjuntura social e econômica do universo de pesquisa, exercendo também uma observação holística do que se passa no país e no mundo, tanto histórica quanto atual, pois essas variáveis intervêm na construção das sociedades e seus contextos sociais. Dessa maneira, a escola que forma com efetividade, deve considerar tais possibilidades para contribuir de maneira contumaz na formação de cidadãos capazes de transformar realidades, de acordo com a condição de indivíduos emancipados e promotores de produção intelectual.

A partir dessas ações, a educação passa a ser mobilizadora no sentido de formar sujeitos, possibilitando aos educandos encontrar o real motivo para a sua existência na condição de membros da coletividade na qual estão inseridos, e se sentirem capacitados para agirem de forma transformadora no local em que vivem.

No intuito de que a escola promova, através de educandos e educadores, a condição crítico-dialético, torna-se necessário que ela ocupe um espaço de instituição comprometida com o crescimento dos atores sociais e estes possam reunir tais possibilidades para a referida mobilização de energias, ou seja, as ações, ou forças, desse grupo social devem estar potencializadas para esse fim. Ao conhecer e tratar das situações presentes no meio em que um determinado ambiente socioeconômico esteja estabelecido, inserindo-se assim na discussão crítica e dialética, tornando essa instituição capaz de se posicionar na posição de promotora de possibilidades emancipatórias para os seres humanos que vivem na referida localidade.

Diante das questões já abordadas, apresenta-se aqui a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Poeta Mário Vieira da Silva como ambiente para essa pesquisa, localizada no Sítio Camará, município de Matinhas, estado da Paraíba, a

150 quilômetros da capital João Pessoa. Esta escola conta com 236 estudantes, e se apresenta como um excelente objeto de estudo da relação entre escola e comunidade. Essa é uma das poucas escolas estaduais de Ensino Fundamental presentes na zona rural do estado e está inserida no Arranjo Produtivo Local da laranja, a maior força econômica do município.

Mesmo sendo Matinhas um município pequeno, com 4.321 habitantes segundo o censo de 2010, é o maior produtor de tangerinas do Nordeste brasileiro e tem aproximadamente 76% de sua população vivendo no campo. Essa escola tem a totalidade de seus alunos como membros de famílias de agricultores que trabalham em regime de mão-de-obra familiar, residentes nessa e em comunidades e municípios circunvizinhos, tais como Alagoa Nova e São Sebastião de Lagoa de Roça.

Parte-se do pressuposto de que a escola deve se comprometer com uma educação na qual os educadores estejam sintonizados com a realidade dos educandos e de suas famílias. Pensar, então, em como a escola pode contribuir para uma ação efetiva na vida dessas famílias, através da forma de agir, tendo a produção agropecuária, com destaque para a cultura da tangerina, como fundamento para uma construção de educação que contemple a produção e a economia local.

Ao analisar essa realidade, propõe-se que a instituição escolar tenha como base de sua atuação comunitária a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que vivem naquele local. Nesse intuito a Escola Poeta Mário Vieira da Silva, poderá, a partir desse projeto, criar um currículo com temas transversais sobre as atividades econômicas, formas de comercialização e tecnologias que melhorem os ganhos (excedentes), para que as famílias (sustentadores) se apropriem de um aumento do resultado financeiro que acarretará na melhoria de vida dos indivíduos envolvidos nessa tarefa.

Essas comunidades rurais estão em um sistema de produção não atualizado historicamente em relação ao capitalismo vigente no agronegócio, pois a agricultura familiar em várias partes do Brasil, inclusive no município de Matinhas, não está atualizada tecnologicamente com o sistema contemporâneo e modernizador que rege a economia da atualidade:

Com a modernização pretende-se mudar a mentalidade tradicional das populações rurais do terceiro mundo através de uma combinação de efeitos dos meios de comunicação de massa e da influência interpessoal de agentes de desenvolvimento, inclusive aqueles que são funcionários de organismos de países metropolitanos. (THIOLENT, 1984, p. 28)

Comunidades como as do meio rural de Matinhas vêm, desde a década de 1960, passando por esse processo de modernização que tem um pesado poder ideológico difundido pela mídia de forma massiva.

Para reagir a isso, a escola deve estar ciente da investida dos países ricos para implantar um modelo produtivo que sirva a seus interesses e não os dos povos locais, e para tanto, essa instituição precisa estar amplamente comprometida com seu papel mobilizador, proporcionando a criação de um projeto que contemple as necessidades reais da população que ocupa aquele espaço.

Entendendo a necessidade da Escola Poeta Mário Vieira da Silva e a comunidade do Camará de se posicionar na condição de promotora de indivíduos emancipados e ter por objetivo agir de forma coletiva para melhorar a sua qualidade de vida, e, aumentando assim, a dignidade das pessoas que nela vivem, é preciso propor, através de uma ação e reflexão com relação à produção geral de excedente, uma forma de melhorar o processo educacional, visando uma nova ação dos docentes no que se refere à inserção das famílias de agricultores familiares como membros autônomos do sistema produtivo local:

Trata-se de mudança no sentido de que sua necessidade se torne convincente por força de um determinado e próprio objeto de ensino, esse a ser seguido por docentes e operados por instituições cujos os dirigentes previnam confusão entre religiosidade e magia, de forma que, apoiados na incontinuidade por entre as respectivas idealizações, promovam o desenvolvimento humano e material. (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016, p. 237)

Ao possibilitar o desenvolvimento humano, a escola promove o educando como o fim de todo o processo, sendo essa uma escola rural, a educação deve envolver tecnologias para a melhoria da produção das famílias envolvidas. Proporcionando de forma sustentável a criação de excedentes para suprir as necessidades dos membros da comunidade e sua respectiva prole, com suprimentos de qualidade e produzidos através do conhecimento tradicional e de novas tecnologias, disponibilizadas pela própria escola de acordo com as necessidades da comunidade.

Na observação desse contexto, o projeto pretende desenvolver um espaço de discussão aonde se torne possível a relação entre a teoria e a prática dentro da escola, aproveitando a flexibilidade do currículo para promover uma atividade que aproxime a escola de seu contexto social. Nessa nova prática pedagógica serão usados eixos temáticos como novas tecnologias e atualização histórica, para tratar da produção da agricultura familiar relacionada às práticas educacionais promovidas pela escola junto à comunidade do Sítio Camará.

4.3 Os sujeitos da pesquisa-ação

Uma pesquisa precisa ter bem claro o seu objetivo, deve cumprir de forma efetiva a função social que ela se propõe, compreender que a resposta deste estudo deve contribuir, em se tratando de estudo social, para o diagnóstico da realidade local, apontando soluções para os possíveis problemas lá existentes. Em uma intervenção dessa natureza, faz-se necessário a participação de sujeitos para contribuir com a organização, coleção e análise dos dados, por isso o trabalho de pesquisa social tem por objetivo envolver pessoas e ter como principal intento melhorar a vida dos indivíduos e de suas organizações sociais.

Para que os sujeitos não sejam apenas material de pesquisa como se fossem usados para esse fim é preciso que seus sentimentos e impressões sobre a realidade em geral e em relação ao fato estudado, sejam considerados na coleta e avaliação dos dados, entendendo que suas posições muito importam para uma intervenção social. Mesmo essa sendo uma pesquisa qualitativa, ela representa estudantes agricultores, suas famílias, sua escola, a comunidade rural onde estão localizados, e outras particularidades que se repetem em demais locais da nacionalidade brasileira, então, essa questão não deixa de ser uma amostra de uma determinada realidade recorrente em outros locais.

Para que se efetive um experimento, torna-se necessário selecionar sujeitos. Essa tarefa é de fundamental importância, visto que a pesquisa tem por objetivo generalizar os resultados obtidos para a população da qual os sujeitos pesquisados constituem uma amostra. De modo geral, população significa o número total de elementos de uma classe. (GIL, 2002, p. 99)

No sentido de selecionar sujeitos, o tema estudado tem que mover a escolha do público que irá participar desse processo, no caso em questão, como o tema central oscila entre educação e produção, essas duas áreas devem permear a vivência dos participantes da intervenção. Na situação a ser analisada, a educação acontece em uma escola do campo e a produção é agropecuária, daí os residentes dessa localidade serem agricultores e os frequentadores da escola serem filhos destes, essas características devem imprescindivelmente estar presentes nos escolhidos para contribuírem nessa tarefa.

O estudo em questão deve, dessa forma, ser um subsídio para outros olhares quando evocadas as questões aqui tratadas, considerando outras maneiras de se fazer educação do campo e demais jeitos de tratar a produção agropecuária e familiar, esse trabalho tem que mostrar uma forma peculiar de tratar essas realidades. Os sujeitos, então, serão parte indispensáveis nessa observação, não se pode escolher os temas educação e produção sem se importar com os sujeitos que não só serão parte da pesquisa, como são parte viva do lugar e das questões pesquisadas.

Participarão diretamente desta pesquisa alunos e professores da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Poeta Mário Vieira da Silva, localizada no Sítio Camará, município de Matinhas-PB. Os responsáveis por essa intervenção compreendem que está na figura do educador o papel de carregar a tarefa de mudar a educação e isso aconteceria a partir de um olhar para a formação universitária, tendo em vista que esse projeto é um componente do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (PPGFP-UEPB).

Por isso a necessidade de focar a intervenção dessa pesquisa nos professores que já passaram por uma formação universitária e são os condutores do processo educacional em sala de aula:

Assim, emerge possibilidade de que disposições internas de sujeitos do processo educacional venham a ser observadas e esta observação faculte em conscientizar esses mesmos sujeitos a respeito de adotar condutas na presença do problema da ausência de objetividade no pensamento e na ação. Após a conscientização em foco, potencializa-se, ao menos isto, orientação das condutas destes mesmos sujeitos. Entretanto, efetivar esta orientação depende de que passe a existir convencimento (“autoeducação”) a incidir em complexidade sociocultural e, desta forma, a adentrar nível propriamente universitário. (BERGAMO, 2015, p. 10)

Ao observar as disposições internas dos sujeitos em questão, deve-se avaliar a capacidade que estes têm de compreender a conjuntura a seu redor, e por consequência identificar os possíveis problemas existentes no espaço pesquisado. O mais essencial é saber da existência de tais problemas, pois identifica-los não é tarefa fácil, para vencer essa complexidade é preciso ter objetividade, ou clareza das tais dificuldades. Para tanto, é necessário que haja certeza do que pensar, e a partir disso, planejar as ações, desta maneira, os sujeitos passarão a ser responsáveis pela identificação e, posteriormente, intervir com possíveis soluções para as mazelas encontradas na localidade em questão.

Com essa compreensão, a autoeducação permitirá um amadurecimento para o entendimento desta complexidade sociocultural, dando aos professores uma maior capacidade de compreender assuntos de nível universitário. O autor destinou esses escritos para um público que estava adentrando em uma academia, os educadores em questão já passaram por ela, mas são eles os responsáveis pela ressignificação desse ensino, e de forma mais eficaz e rápida, levar essa forma de se fazer educação para a realidade.

4.4 A Amostra

Apesar de servir para muitas pessoas, uma pesquisa não pode abranger a todos na hora de compilar os dados, desse modo, dentro do contexto a ser pesquisado, deverão ser separados não só os sujeitos, mas também o local e instituições a serem pesquisadas, bem como o recorte temporal. Sendo assim, dentro de um universo maior, ou a totalidade do que se quer estudar, separa-se então uma amostragem do total, para a partir disso fazer a aplicação do estudo que se pretende realizar em determinado espaço, seja ele geográfico ou social, devidamente separado para a intervenção:

De modo geral, os levantamentos abrangem um universo de elementos tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade. Por essa razão, o mais frequente é trabalhar com uma amostra, ou seja, com uma pequena parte dos elementos que compõem o universo. Quando essa amostra é rigorosamente selecionada, os resultados obtidos no levantamento tendem a aproximar-se bastante dos que seriam obtidos caso fosse possível pesquisar todos os elementos do universo. E, com o auxílio de procedimentos estatísticos, torna-se possível até mesmo calcular a margem de segurança dos resultados obtidos. (GIL, 2002, p. 121)

A partir da escolha do tema, da correta seleção dos sujeitos e da maneira coerente de coletar e tratar os dados posteriormente, tem-se uma grande aproximação da realidade total a partir da amostragem, podendo com esses elementos tratar de assuntos que possam elucidar questões e apontar rumos ao detectar determinadas realidades. Assim a pesquisa cumpre seu papel na sociedade, pois o aprofundamento nas questões estudadas passará a estar à disposição da comunidade acadêmica e do público em geral para contribuir com futuros estudos na área, e, acima de tudo, servir de suporte para a localidade que foi alvo do estudo tratar de suas questões com maiores esclarecimentos, ou seja, terão melhor capacidade de projetar o pensamento rumo a uma ação transformadora.

Como esta é uma pesquisa qualitativa, a referida “margem de segurança” não se aplica rigorosamente, pois em uma pesquisa social a subjetividade é bastante presente e os dados recolhidos não podem ser vistos apenas como números frios, mas devem criticamente perceber a realidade existente no local da intervenção. Nesse tipo de estudo, tudo depende das particularidades culturais, históricas e econômicas existentes no ambiente estudado, no caso em questão, a escola, os alunos, professores, funcionários e pais, só existem naquele lugar com aquelas características: “[...] A amostragem nos levantamentos sociais pode assumir formas diversas, em função do tipo de população, de sua extensão, das condições materiais para realização da pesquisa etc. (GIL, 2002, p. 121)

A particularidade das populações dará o principal material para a pesquisa qualitativa e social, para a pesquisa-ação que se pretende trabalhar através dessa discussão, tais características se tornam ainda mais essenciais, pois essa atividade terá nos pesquisados a ação da execução da pesquisa. Essa forma de pesquisar é a maneira de detectar a realidade em movimento, por isso a amostra não é estática, ela está em movimento, assim será observado o transformar das relações humanas que acontecem no decorrer do estudo.

Uma das formas diversas de levantamento é a relação da economia com a educação do campo que se pretende tratar aqui. O Sítio Camará é uma localidade rural com cultura, economia e demais relações sociais próprias, esse grupo de pessoas tem suas vidas dedicadas à agricultura e à pecuária. Esses sujeitos precisam ser escolhidos a partir das coisas que eles fazem, ou seja, não é apenas o fato de existirem ou serem um número qualquer, mas como se relacionam com seus pares, como se comportam em relação à educação que recebem ou que ministram

na condição de docentes, o que pensam sobre sua maneira de viver e o que pretendem realizar.

A amostra nesse caso cumpre a função de diagnosticar a realidade aqui proposta, compreender a forma de vida dos componentes da localidade, entender como a educação pode mudar o rumo das populações do campo, no sentido de melhorar a relação dessas com a economia. Sendo assim a pesquisa é uma maneira de agir junto à comunidade, podendo de um jeito mais efetivo contribuir com a melhoria de vida das pessoas envolvidas no processo da intervenção. Dessa forma, a pesquisa é social no gênero e contribui com a sociedade que serviu de amostra para a sua realização.

As condições materiais proporcionadas pelos alunos e professores como amostra na pesquisa em questão é uma rica maneira de compreender a relação aluno e professor, mais precisamente, no quesito que compreende o fato de colocar a economia na discussão, pois essa atividade é algo que se aprende e por isso essas duas áreas andam de mãos dadas. Desse modo, é necessário que a escola ensine aquilo que condiz com a realidade dos educandos, por isso a educação deve estar em sintonia com as atividades econômicas e sociais dos povos.

4.5 Instrumentos de pesquisa

Em se tratando de instrumentos de pesquisa, tem-se como base a experiência realizada na Faculdade São Francisco de Barreiras, Bahia (FASB). Nesse trabalho pioneiro denominado Proposta Pedagógica Fasbiana (PPF), aplica-se a “Avaliação por Produção” que passou a ser, segundo Bergamo (2016, p. 16), a meta institucional da faculdade, procedimento esse também utilizado pelo Grupo de Pesquisa-Ação Formação de Professores e Práxis Educativo Coletiva, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba (PPGFP-UEPB), ao qual o responsável pelo presente estudo se encontra associado.

Esse procedimento constitui, basicamente, a forma de trabalhar com os aprendizes a partir da produção a respeito da compreensão dos conteúdos ministrados pelos docentes, dando oportunidade aos discentes que participaram da aula manifestarem a sua absorção de conhecimento através de suas próprias palavras. Essa é uma maneira de avaliar a aprendizagem ao observar a capacidade

de produção verificada pelo docente na hora de avaliar essa, tendo em vista que o processo de autoavaliação também compõe essa maneira de atuar diante do conhecimento e imediata produção usando tais aprendizados.

Para efeito de viabilizar essa ação, seria necessário um instrumento:

O instrumento em foco, em versão ultimamente aperfeiçoada, é constituído a base de determinada “ficha”, na qual cumpre constar “Registro da Fundamentalidade do conteúdo” conforme exemplar adiante apresentado (p.18), em cujos espaços a serem preenchidos, torna-se operacional efetivar promoção e autoaplicação do objeto da PPF. (BERGAMO, 2016, p. 16)

Essa ficha é a maneira pela qual será posta em prática a avaliação e produção do conteúdo ministrado na aula, que registra de forma resumida o que o discente absorveu dos assuntos tratados em determinada exposição. Demonstrando dessa forma que a “ficha” promove um verdadeiro envolvimento dos participantes da aula, tanto dos professores quanto dos alunos, pois os primeiros precisam preparar o ensino de maneira que os segundos entendam e estes, por sua vez, deverão envolver-se com a ministração a ponto de escrever sobre ela.

Dentro desse instrumento estão presentes também as condições para a autoavaliação, proporcionando dessa forma uma excelente possibilidade de avaliar a partir da produção, que é a capacidade que o aprendiz tem de detectar o que é mais importante ao registrar a “fundamentalidade” daquilo que ele aprendeu. Esse jeito de se relacionar com o conhecimento promove o ensino não só do conteúdo simplesmente, mas faz com que as pessoas aprendam também a produzir e esse aprendizado provocativo auxilia em muito a pesquisa-ação, pois ela permite que os responsáveis pelo estudo e o grupo de amostra pesquisado possam expressar seu conhecimento por meio da escrita.

Na “ficha” há algumas orientações que têm por objetivo auxiliar o aprendiz na tarefa de produzir a partir da fundamentalidade a qual ele teve acesso na ministração do conteúdo. Unificando dessa maneira o conhecimento da turma, pois o propósito da aplicação desse material é valorizar o que é mais importante, já que é indiscutível que todo o assunto tem algo que todos os presentes devem saber:

A principal razão de se recorrer ao preenchimento dos espaços da “ficha” em foco, mediante dizeres a tanto orientativos, reside em deflagrar, exercitar e desenvolver iniciação de aprendizes e, inclusive, de mestres, no sentido de efetivar competência para perceber e explicar objetividade e esta

constituir demonstração, o quanto possível imediata, de ter ocorrido aprendizado e ensinamento. (BERGAMO, 2016, p. 17)

A necessidade de o aprendiz se deter no preenchimento dos espaços existentes na “ficha” tem a ver com exercitar a iniciação não só de educandos, como também de educadores, na tarefa de ter acesso a um determinado conhecimento e, a partir desse, produzir tal conhecimento para o entendimento seu e de outros. De uma maneira mais direta, pode-se dizer que esse instrumento proporciona ao aprendiz as condições de ensinar o que aprendeu, pois, ao compreender aquilo que mais importa no conteúdo, e expressá-lo na escrita, torna-o um disseminador desse saber.

Essa forma de tratar do ensino permite, em primeiro lugar, desenvolver nos envolvidos a capacidade de produção, tornando esses sujeitos produtores de conhecimento, tendo em vista a maneira que aprenderam a ter acesso ao ensino. Em segundo lugar, permite às pessoas que trabalham dessa forma tratar dos assuntos de forma objetiva, agilizando assim o tempo de absorção de conhecimento, e com isso a proliferação deste por meio da produção.

De forma prática, a “ficha” consiste em resumir o aprendizado através da escrita do aprendiz:

Para tanto, sobressai clareza de idealização sobre o que é solicitado enquanto **objetividade**, ou seja, tão somente **conteúdo**, de aula(s) recém assistida(s), o que pressupõe que seja **repetido, referido ou reiterado** (ver dizeres entre colchetes e em negrito, ao centro do exemplar da “ficha” (a seguir representado) pelo menos um aspecto do conteúdo da aula ou da leitura de um texto, aspectos que cumpre ser enxergado pelos (as) discentes enquanto o **mais fundamental** (importante, principal ou mesmo decisivo) para o **coletivo de aprendizes**, este compreendido também pelo(a) docente. Por sua vez, esta condição coletiva da fundamentalidade a ser registrada propende a coincidir com o que é paradigmático, para não dizer clássico, bem como orientativo por deter caráter de referência simultaneamente real e idealizada. (BERGAMO, 2016, p. 17)

Dentre as condições exigidas pela “ficha”, a clareza do que se aprendeu deve estar de forma enfática presente na escrita do aprendiz, além de claro deve ser objetivo, no sentido de não só ser resumido, mas também de explicar pontualmente aquilo que entendeu, para que um possível leitor também compreenda. É importante ressaltar que essa ação deve ser imediata à aula, pois assim fica evidente a absorção ou não do conteúdo por parte do aprendiz naquele momento e possibilita uma avaliação de forma eficaz, a ponto de agilizar o ensino, a absorção desse e a avaliação.

Essa atividade exige que o docente escreva um texto do que é mais fundamental no conteúdo, para desse modo comparar com o que o aprendiz escreveu, na intenção de posteriormente fazer a avaliação disponibilizando esse escrito para que o discente redija a nota de acordo com o que ele leu, e refaça seu conceito, tendo em vista que este já havia autoavaliado sua escrita anteriormente. Essa parte escrita pelo professor tem por objetivo orientar o educando no sentido de ser essa uma referência àquilo que se deseja que o aluno aprenda ou que a coletividade tenha acesso.

Com esses procedimentos, será possível ter uma ideia mais verossímil do processo de aprendizagem, pois será possível perceber o real acesso dos aprendizes ao conteúdo proposto, evitando a costumeira forma de decorar conteúdo para responder nas avaliações. Compreende-se, então, que esse processo é sobretudo um captador de realidades, ninguém conseguirá expressar por meio da escrita aquilo que não compreendeu nas ministrações e o próprio fato de o aluno auto avaliar-se com posterior acesso ao conteúdo resumido pelo mestre, leva esse a refletir sobre a sua capacidade de absorver conhecimento.

A “ficha” consiste em aproximadamente meia página de folha A4, com um cabeçalho identificando o curso, turma, aprendiz, professor, disciplina, data, nota da primeira avaliação A1 (dada pelo aprendiz), da segunda Het. (dada pelo professor, comparada à orientação) e A2 (dada pelo aprendiz depois de ter acesso à orientação). Segue o exemplo da “Ficha de Avaliação por produção”:

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTEÚDO				
Curso:	Disciplina: Economia Propedêutica e Interdisciplinar			
Turma:	Professor(es):			
Nome do(a) Aprendiz:	A1.	Het.	A2	
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s):			
Para o coletivo da turma, o mais fundamental do conteúdo foi...				
OBJETIVIDADE				
SÓ CONTEÚDO RECÉM-ENSINADO				
[Inexiste aprendizagem sem comprovada competência para repetir, refazer ou reiterar o que foi ensinado]				
				Verso=>
(Casual): do conteúdo aprendido o que mais despertou minha atenção de futuro profissional foi				
[Objetividade a influenciar especialização]				
				Verso=>

FONTE: BERGAMO (2016, p. 18)

Como foi possível perceber, esse procedimento permite que se ensine de forma objetiva e eficaz um conhecimento coletivo, capaz de adentrar em uma comunidade e fazer com que o docente que trabalha com determinado ensino possa detectar a absorção desse. Essa forma de disseminar ensinamentos permite que quem aprende também consiga produzir conhecimento. Essa é uma função emancipadora de se fazer educação, partindo do princípio de que a algo que todos devem aprender, inclusive a educação deve ter um conhecimento próprio que merece ser fundamentalmente conhecido por to

4.6 Análise dos dados

A análise dos dados acontecerá a partir do acompanhamento da produção por parte dos estudantes, e, mais precisamente, por parte dos professores, pois pretende-se trabalhar com a “ficha” tanto com os alunos quanto com os mestres. A ênfase será dada aos professores devido ao fato de eles serem os principais responsáveis pelo ensino nos estabelecimentos escolares e uma resistência desses por falta de conhecimento do procedimento, ou por outros motivos, inviabilizaria o processo. A própria aplicação da “ficha” junto aos alunos servirá de subsídio para os professores no processo de conhecimento desse procedimento.

Como foi possível perceber, as técnicas utilizadas são a “ficha” e a produção de textos de alunos e professores, onde acontecerão reuniões com os professores para a aplicação do material com estes e para avaliar o que foi possível perceber junto aos estudantes. Será analisada na reunião entre pesquisador e mestres a produção feita pelos aprendizes, posteriormente, somente o responsável pela pesquisa analisa as impressões observadas na análise daqueles:

A coleta de dados deve definir as técnicas a serem utilizadas tanto para a pesquisa de campo (entrevistas, observações, formulários, história de vida) como para a pesquisa suplementar de dados, caso seja utilizada pesquisa documental, consulta a anuários, censos. Geralmente se requisita que seja anexado ao projeto o roteiro dos instrumentos utilizados em campo. (ABREU, 2014)

Serão anexados ao trabalho final as fichas preenchidas pelos dois grupos pesquisados, bem como fotos das reuniões e das aulas ministradas pelo pesquisador. O campo de pesquisa nesse caso será a sala de aula e a sala dos

professores, com ênfase para a segunda que será onde os dados estarão sendo compilados para posterior análise e escrita dos resultados. A produção feita pelos mestres será resultado do entendimento ou não da aplicação desse instrumento naquela instituição de ensino, visto que esse é o fim primordial dessa intervenção.

Pode se dizer que a análise acontece nesse caso de forma dialética, compreendendo que será possível perceber uma ação ao aplicar a “ficha”, uma reação ao estudante escrever sobre o que ouviu, e uma reflexão ao comparar com a orientação, promovendo ação novamente ao refazer a avaliação.

Ao interpretar os dados, o pesquisador estará atento ao fato de a objetividade e clareza do conteúdo estarem presente na escrita dos pesquisados:

Para a organização e análise de dados devemos descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados. Por exemplo, as análises de conteúdo, de discurso, ou análise dialética são procedimentos possíveis para a análise e interpretação dos dados a cada uma destas modalidades preconiza um tratamento diferenciado para a organização e sistematização dos dados. (ABREU, 2014)

Na operacionalização deste trabalho a pesquisa-ação sempre esteve presente, e na observação de tais resultados isso não pode passar despercebido, pois toda e qualquer ação e observação da realidade são características essenciais a serem analisadas. Os procedimentos tomados são uma forma de valorizar a pesquisa em movimento, onde a ação dos pesquisandos faz toda a diferença, tornando-se inclusive resultados para serem analisados.

Na realidade aqui estudada, que é a educação do campo junto à produção rural, demonstra que a ligação entre a educação e a produção é deveras necessária. Corrigir os desmandos observados no decorrer desse trabalho, ao imporem projetos para o país sem chamarem seu povo para a discussão, denota a necessidade de uma educação emancipadora. Nada pode emancipar mais uma comunidade do que a produção, seja ela econômica ou intelectual, os dados analisados neste trabalho terão como pano de fundo essa realidade.

5 CURRÍCULO E PRODUÇÃO NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

O desenvolvimento humano e econômico de uma sociedade está, de forma categórica, ligado à qualidade da educação de seus cidadãos. Para uma sociedade como a brasileira avançar nesse sentido é preciso ter uma educação voltada para a produção econômica e intelectual, educando para que os estudantes compreendam os limites das projeções do pensar e dos artifícios do agir (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016). Ao atuar dessa maneira, a educação formará cidadãos capazes de intervir na realidade, através de ações que promovam formas que destinem a produção a pessoas que de fato necessitam, como é o caso das crianças e idosos.

Contrariamente, desde a colonização, o Brasil vem reproduzindo sistemas e estruturas sociais que não contribuem para a autonomia produtiva do país, sempre se colocando como plataforma vazia para que os colonizadores realizassem seus intentos com essa terra e com esse povo. Essa origem de formação da nação causou dependência na construção da maneira de pensar e de agir, gerando dificuldades em formar um pensamento nacional para, a partir deste, construir um projeto nacional de desenvolvimento, o que vem a prejudicar essa nação em aspectos como a defesa dos interesses do país diante de outras nações:

O Brasil, como fruto desse processo, desenvolve-se como subproduto de um empreendimento exógeno de caráter agrário mercantil que, reunindo e fundindo aqui as matrizes mais díspares, dá nascimento a uma geração étnica de povo novo e o estrutura como uma dependência colonial-escravista da formação mercantil-salvacionista dos povos ibéricos (RIBEIRO, 2015, p. 203).

Esse caráter agrário e mercantil a que o autor se refere tem a ver com a necessidade da metrópole em produzir algo que ela demandasse tanto na falta de produtos como na carência comercial que o colonizador estivesse enfrentando. Essas ações deixam o território colonizado distante da criação do modo de vida, seja na questão intelectual ou econômica, criando uma espécie de deficiência na formação intelectual brasileira que sempre tenta resolver seus problemas com soluções que não são suas. Também se percebe que o país passou a ser agrário não por uma escolha sua, mas por uma imposição de fora.

A comunidade do Sítio Camará no município de Matinhas onde está localizada a Escola de Ensino Fundamental e Médio Poeta Mário Vieira da Silva tem

a produção agrária como sua principal fonte de renda, entendendo então que é possível olhar para essa comunidade e essa escola como parte do resultado daquele mesmo processo de colonização.





Escola Poeta Mário Vieira da Silva em 2018 (Fotos: acervo do autor)

Esse é um espaço importante para entender as questões aqui levantadas, tendo em vista que se pretende colocar em prática uma nova maneira de educar, sendo essa educação baseada na produção. Compreende-se, portanto, que a questão do trabalho passa a ser de extrema importância, pois a produção tem no trabalho uma decisiva coparticipação. A educação tem como uma de suas principais tarefas preparar as pessoas para a mão-de-obra e, na sociedade capitalista, o trabalho ou a falta dele tem sido uma de suas principais contradições:

Na história da humanidade, é de imemorial o processo ao longo do qual emergiu a noção a respeito do que passou a ser denominado trabalho, tal noção não surgiu ao mesmo tempo e em todos os espaços geográficos, além de coincidir com a recorrência de mero apropriar dos meios de vida a partir daqueles cuja a disponibilidade para consumo sempre ocorreu mais acabada, apetente e sustentante. (BERGAMO, 2017, p. 05)

Dessa maneira, o que se costuma designar trabalho não fica claro de forma definitiva quando posto em prática, tendo em vista que, como destaca o autor, nem todo o trabalho está relacionado diretamente com a produção, mas em tarefas que são meras atividades que perpetuam a apropriação de resultados de quem produz de fato. Dessa forma se percebe que o fato de se dizer que trabalha, não necessariamente quer dizer que se produza bens ou serviços que sejam oriundos de um processo de criação intelectual ou física, como exemplo, pode-se citar os que

investem em bolsas de valores e ganham milhões, mas na verdade é uma mera atividade especulativa que não gerou nenhuma riqueza, apenas perpetuou o esquema de exploração.

Com essa distorção, os que realmente dependem dos resultados verdadeiros, ou reais, da produção, acabam por não terem acesso a ela, como é o caso das crianças e dos idosos, passando a ser destinados àqueles já participantes de um esquema montado para acumular dividendos, enquanto ficam desassistidos os que necessitam. Diante disso, fica claro que a sociedade vigente não valoriza os geradores e nem os apropriadores naturais, mas uma casta que se apropria dos excedentes de maneira organizada e se vale da produção para o acúmulo de capital.

Nessa forma de pensar a economia, as pessoas não são o centro das preocupações do sistema político dominante, no qual as condições cidadãos não necessariamente se traduzem em ações dos dirigentes da sociedade para promover o desenvolvimento do ser humano, mas tem por objetivo perpetuar a dominação dos que detêm os meios de produção. Atribui-se à educação, em consequência, preparar o cidadão para ser trabalhador, devendo ter acesso a uma educação técnica, em que se aprende a operar máquinas e equipamentos eletrônicos para, de forma eficiente, reproduzir os bens e serviços pensados e propostos pelos empregadores, destinados a um mercado já definido pelas grandes corporações empresariais.

Mesmo havendo outras linhas educacionais, a tecnicista é a mais emblemática no sentido de declaradamente exigir dos estudantes a formação necessária para atender às demandas do mercado de trabalho capitalista, através de um determinado processo de aquisição de habilidades. O que rege isso é um cientificismo que vai dizer que esse sistema é regido por leis naturais, desconsiderando as particularidades de cada povo e de cada região, nos quais é possível encontrar diferentes formas de se relacionar com a economia, a política e os próprios indivíduos:

Num sistema social harmônico, orgânico e funcional, a escola funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas específicas. À educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. Tal sistema social é regido por leis naturais (há na sociedade a mesma regularidade e as mesmas relações funcionais observáveis entre os fenômenos da natureza), cientificamente descobertas. Basta aplicá-las. A

atividade da "descoberta" é função da educação, mas deve ser restrita aos especialistas; a "aplicação" é competência do processo educacional comum (LUKESI, 2003, p. 60).

Por outro lado, o fato de aplicar esse modelo de educação já se apresenta como uma violência para com o modo de vida das pessoas, pois essa educação é restrita a especialistas, responsáveis pelas descobertas e que nem sempre conhecem as realidades a que se referem determinados ensinamentos que serão aplicados de forma unilateral para todos os educandos. Na escola tecnicista, sistema imperante nas escolas técnicas e em cursos profissionalizantes, a criação e a produção não encontram espaço, pois a reprodução do sistema suprime a capacidade crítica e intelectual dos estudantes, prejudicando dessa maneira qualquer criatividade que possa atender aos interesses comunitários onde a unidade de ensino está estabelecida.

Assim como o trabalho fica ofuscado pela exploração ou apropriação indevida, os valores monetários também trilham o mesmo caminho, pois a maneira como os preços são impostos à sociedade não valoriza a produção, pois não é esta que rege tais taxações, mas um complexo método que foge do conhecimento da maioria das pessoas. Por isso, a necessidade de a educação, diferentemente da tecnicista, em educar os estudantes para a economia com enfoque na produção, discernindo aquilo que se produz daquilo que se apropria, para de uma forma clara substituir o valor da moeda pelo da produção.

Com esta substituição será possível identificar o que é trabalho, pois proporcionará aos estudantes ver com clareza aquilo que de fato a isso se refere, retirando o ocultismo em relação ao trabalho e proporcionando à educação um papel de protagonista no crescimento individual, em direção a uma economia que se pratica com conhecimento das realidades locais e se comporta como produto principal desta na formação de seus cidadãos:

Já a tendência em foco, tem correspondido ao realce deste ou daquele procedimento que faculte certeza de acesso àqueles meios de vida, especificamente a certeza facultada pelo procedimento de arbitrar preços, e até "criar dinheiro" enquanto acentuadamente imprecisas matérias de trabalho. Por sua vez, esta imprecisão se caracteriza como ocultamente da concernente objetividade que resta encoberta por meros penduricalhos ou enfeites, estes enquanto substitutos da pura e simples realidade que é referência e fundamento do trabalho (BERGAMO, 2017, p. 05).

Compreendendo que o trabalho e o emprego são de suma importância em um modelo produtivo, percebe-se que a educação deve ser promotora do conhecimento do que representa cada um desses dois elementos. Pois tanto o trabalho como o valor real da moeda serão decisivos na qualidade de vida das pessoas. O desemprego e a renda baixa, bem como a inflação, dificultam a vida dos mais pobres e transforma a economia de um país em um caos. Por isso é necessário que os cidadãos tenham as questões econômicas presentes em seu dia a dia e, para que isso seja possível, a escola deve tratar a economia de maneira propedêutica.

O trabalho, devido a sua importância, deve ser pensado ou proposto com a participação daqueles que dependem dele e praticam essa atividade, a qual está de maneira mais efetiva presente na vida dos que produzem. O modelo vigente retira do trabalhador a capacidade de controlar e propor a forma como o trabalho acontece. Devido a esse motivo, a educação deve promover uma maneira eficaz de trazer essa atividade para quem de fato depende dela, planejando-a, mediante as projeções da maneira de pensar, já que a prática do trabalho, ou os artifícios do agir, já se encontram sob o controle dos trabalhadores.

Ao cumprir esse objetivo, a escola não vai apenas reproduzir o pacote já imposto pela elite intelectual e econômica que domina os espaços, inclusive, o da educação, como é o caso da proposta tecnicista. Ao contrário, todas as etapas do processo econômico e formas de produção serão aprendidas e projetadas por educandos e educadores. Um dos resultados desse processo será a emancipação dos cidadãos em compreender o processo completo de produção, a ponto de proporem novas formas de produzir a partir das necessidades comunitárias.

Assim, o trabalho se apresenta não apenas como uma relação entre empregado e empregador, mas como correspondência de uma geração de riquezas em benefício dos que trabalham e dos que necessitam de seus resultados, retornando para as pessoas de imediato os resultados dessa produção:

Na atualidade histórica, esse ocultamento da realidade a respeito do que perfaz o trabalho coloca-se como determinada necessidade de criticar ilimitadas projeções da forma de pensar, às quais correspondem ilimitados artifícios da forma de agir. Por isso, a prevalência de tais projeções e artifícios faculta que mero jogo e/ou exploração incidam em trabalho, este a se esgotar enquanto abuso apropriativo de resultados de outro trabalho cuja identidade tem que ser real. Em síntese, trabalho passou a perfazer uma totalidade dividida contra ela mesma (BERGAMO, 2017, p. 06).

As reflexões aqui postas denotam que a escola deve estar em sintonia com a comunidade e com as pessoas que nela vivem, por isso deve tratar de assuntos de interesse local e, neste sentido, o currículo, ou a flexibilização dele, torna-se de máxima importância. A proposta de ensino para uma escola profissionalizante, por exemplo, deve ser construída de maneira cuidadosa para não se tornar uma imitação da proposta tecnicista muito presente nesse tipo de escola. Uma determinada economia propedêutica e uma práxis educativo-coletiva devem perdurar na formulação dessa proposta curricular.

A proposta de currículo não deve estar comprometida com a antiga forma engessada, colocada de forma definitiva por burocratas pensadores da educação, mas deve ser uma mescla de valores e técnicas locais ou tradicionais com a ciência moderna. Essa união não tem por intuito a supressão de nenhuma dessas áreas do conhecimento, mas a promoção de uma complementação entre ambas, na qual os saberes científicos são usados para a melhoria daquilo que já existe nas comunidades, unindo o desejo da população por desenvolvimento com as novidades tecnológicas para possibilitar tal ação.

A não alienação dos educandos passa pela construção e implantação de currículos com capacidade de compreender as características locais e, a partir daí, promover a mudança necessária. A escola não pode assumir a condição de guardião do conhecimento, mas esse conhecimento deve partir das condições existentes na localidade, compreendendo que esse lugar e seus habitantes estão ou poderão estar capacitados para coordenar um processo de ensino e aprendizagem. Compreendendo que o conhecimento não é privilégio de poucos, mas é disponível a todos que têm oportunidade de ter acesso ao mesmo e, para tanto, qualquer pessoa pode criar e difundir conteúdos de valor intelectual:

Considerando o currículo como o conjunto de valores propício à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho (GARCIA, 2015, p. 02).

Se o currículo atua na construção da identidade sociocultural, o mesmo não pode ser trazido de fora, deve ser construído a partir do lugar de vivência das pessoas, caso contrário, a construção dessa identidade será barrada por conteúdos

alheios. Agindo assim, será possível superar o “rito escolar”, aquilo que tanto se critica por apresentar uma proposta única para escolas diferentes. Como acontece em todas as demais, a Escola Estadual Poeta Mário Vieira da Silva reluta com um currículo assim orquestrado.

A escola aqui analisada sofre com a padronização do seu currículo, sendo obrigada a se enquadrar em um modelo com estruturas já definidas. Ao serem impelidos a propor um outro currículo, educandos e educadores sentem dificuldades em propor algo que parece estar distante de suas realidades. Resultado de décadas de reprodução de conhecimentos, aqueles que ficaram com o papel de apenas reproduzir agora não se acham capazes de propor algo inovador e direcionado à própria comunidade.

Por isso se torna urgente que a escola ensine a produzir e que a mesma passe a contribuir na construção de um currículo que atenda as suas necessidades. O currículo deve ser um fomentador de ideias e conhecimentos e não um mensageiro de informações desconhecidas dos seus próprios receptores. Partindo do que conhecem, os educandos terão referência para se colocarem diante de novos desafios e propor melhores ferramentas para enfrentar problemas já conhecidos por eles e a comunidade:

Parágrafo único. Essa concepção de escola exige a superação do rito escolar, desde a construção do currículo até os critérios que orientam a organização do trabalho escolar em sua multidimensionalidade, privilegia trocas, acolhimento e aconchego, para garantir o bem-estar de crianças, adolescentes, jovens e adultos, no relacionamento entre todas as pessoas (CORDÃO, 2010, p. 05).

Para essa proposta de educação, a escola deve priorizar as trocas, e isso leva a compreender que não há diferenças entre conhecimento em se tratando de sua importância, mas a troca deste enriquece aqueles não tenham contato com outra cultura. O currículo que patrocine essa compreensão deve ter sua origem na própria escola, não pode receber essa proposta pronta, vinda de um lugar estranho à comunidade, com conteúdo que atenda a propósitos alheios.

O bem-estar de crianças, jovens, adolescentes e adultos, tem tudo a ver com a qualidade da escola que eles frequentam. O currículo é o que se pode chamar de a alma desse contexto educacional, pois nele está posto todos os assuntos a serem tratados em sala de aula. O estudante irá compreender o que ele está fazendo no

ambiente escolar quando for possível relacionar as disciplinas que ele estuda na escola com os fatos reais que enfrenta todos os dias. Sendo assim, pode então fazer reflexões sobre o conhecimento e a realidade, promovendo a práxis necessária para uma avaliação crítica dos fatos que constituem a vida cotidiana da comunidade.

Essa criticidade passa a ser modeladora do novo currículo, aquele que atende aos preceitos de acolhimento e aconchego de seu público, dando a ele a chance de ser coparticipante da produção do conhecimento:

O conhecimento produzido de modo crítico, certamente, será uma iluminação da realidade. Ele consistirá num novo entendimento da realidade, que possibilitará ações práticas com um nível de adequação muito maior. A ciência é uma forma de entendimento da realidade extremamente necessária para a sobrevivência e o avanço da humanidade. (LUKESI, 2003, p. 128)

A criticidade do conhecimento traz luz para a realidade, o que deixa aparente a ideia de que essa forma de compreender a vida real por meio de uma maneira coerente promove a mais bem proveitosa maneira de praticar a educação, que é colocar o conhecimento a serviço da realidade e vice-versa. Essa aproximação da educação com a realidade deve ser proporcionada pelo currículo, explorando capacidades antes sufocadas por uma maneira preestabelecida de se ter acesso ao ensino regular. Afastando o estudante da realidade, ele fica suficientemente bloqueado para não participar do processo de transformação social e econômica.

O avanço da humanidade, não apenas como crescimento econômico, mas como crescimento das condições humanas por completo (mensurado, por exemplo, pelo índice de desenvolvimento humano – IDH), vai acontecer de acordo com o nível de descobertas e de conhecimento científico de uma determinada comunidade. Para que isso ocorra, é preciso que essa comunidade se coloque como promotora de seus próprios interesses e nada mais genuíno e transformador do que uma escola que trata de problemas e situações locais como matéria prima de sua maneira de educar. Esse ensino só será possível por meio de um currículo crítico acerca da realidade, promovendo assim um modo verdadeiro de pensar o desenvolvimento local, com conhecimento rumo à produção.

5.1 Efetivando o conhecimento

Ao pensar em como pôr em prática uma maneira inovadora, crítica e voltada para a educação, no intuito de promover a produção local, foi que a pesquisa aqui apresentada se deteve na práxis educativo-coletiva e na economia propedêutica e interdisciplinar (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016). O espaço aqui trabalhado é a Escola de Ensino Fundamental e Médio Poeta Mário Vieira da Silva, localizada no Sítio Camará do município predominantemente agrícola de Matinhas, estado da Paraíba. A turma escolhida foi o 2º Ano do Ensino Médio da escola.

Para efetivar a pesquisa foi usado um instrumento formulado e aplicado na Faculdade São Francisco de Barreiras (FASB), na Bahia, que consiste em trabalhar um conteúdo para posteriormente ser avaliado, fazendo uso de determinada “ficha”, na qual cumpre constar “Registro da Fundamentalidade do conteúdo” (BERGAMO, 2016, p. 16). Para tanto foram trabalhados quatro eixos de abordagem, subdivididos em quatro textos: 1) Saberes dos Povos do Campo; 2) Direitos Humanos; 3) Produção Comunitária; e 4) Novas Tecnologias.

No caso do primeiro eixo, Saberes dos Povos do Campo, pretendeu-se expor e discutir aquilo que a comunidade já conhecia de forma tradicional, mas não era considerado assunto de aula. O eixo Direitos Humanos coloca os agricultores como participantes de uma sociedade cosmopolita. Além de sua comunidade, ele produz de forma responsável ou não para garantir a segurança alimentar de outras tantas pessoas, de outros variados lugares, compreendendo que o direito à alimentação é um aspecto primordial dos direitos de um ser humano.

Já o eixo Produção Comunitária pretendeu refletir sobre o que e como a comunidade produz. Por último, discutiu-se o eixo Novas tecnologias, levando o estudante a uma reflexão sobre como se produz atualmente e como se poderia produzir com outras formas ou ferramentas.

Para expor esse conteúdo, pôde ser usado data show, quadro branco, textos impressos e distribuídos entre os estudantes, ou mesmo, o uso do quadro negro/branco. Imediatamente após a apresentação do tema tratado na aula, o estudante tem acesso a uma ficha, onde de forma resumida, mas sem prejudicar o essencial na compreensão do texto, o estudante escreve o que compreendeu da aula.

Após o resumo, o aluno faz a autoavaliação, colocando a nota em um espaço reservado para isso na ficha. Posteriormente o professor faz a correção, coloca a nota de hetero avaliação e devolve a ficha com um resumo modelo que foi anteriormente desenvolvido para a comparação. Em um outro espaço, o estudante coloca a segunda nota com as informações já postas na ficha (BERGAMO, 2016).

A pesquisa seguiu então essa sequência, dando ênfase para a realidade local do Sítio Camará, sobretudo, valorizando a sua produção agrícola, bem como considerando a maneira como agricultores e pais dos estudantes relacionavam-se com os meios de produção. O objetivo dessa intervenção foi experimentar uma maneira de aproximar a escola das pessoas que vivem na comunidade, tratando de assuntos comuns a todos, fazendo com que a instituição se tornasse um diferencial em se tratando de educação e nova maneira para a produção.

Ao considerar que a escola situada no campo deve propor um ensino para esse espaço, possibilita-se uma discussão de realidades locais, colocando o trabalho e a produção no âmbito do que se deve ensinar em sala de aula:

Como caminho para a mudança das condições dos camponeses e da escola do campo, impõe-se a demanda de uma forte articulação entre a educação e o trabalho, relacionando a formação agroecológica com o currículo escolar. Diversos trabalhos realizaram consistentes reflexões, com propostas de intervenção na realidade, articuladas aos membros das comunidades pesquisadas envolvendo-os no processo de produção de conhecimento, tratando-os como sujeitos da própria pesquisa, sejam eles moradores de assentamentos; quilombolas; extrativistas; ou crianças e jovens das escolas do campo (BOTTON; BETTO; MOREIRA; CEVA; JANATA; MICHELOTTI; NEUMANN; MOLINA; ARELARO; WOLFF, 2017, p. 16).

Quando essa educação proposta destoa daquele modelo associado à modernização da agricultura abre espaço para novas formas de se relacionar com a terra, destacando-se a agroecologia. Esse sistema produtivo pensa a terra como um organismo vivo e essa vida como um complexo que passa pela fauna, flora, microrganismos de forma geral e ser humano presente nesse contexto, como mais um elemento desse modo de ver a terra não só como um mero meio de produção, mas como um organismo vivo que precisa ser respeitado e preservado como tal.

A escola do campo deve fazer e realizar propostas de intervenção na realidade dos agricultores, assumindo o papel de promotora do desenvolvimento socioeconômico da comunidade e da região. Quando a escola se apresenta dessa

maneira, as realidades do local passam a ser temas para estudos e pesquisas que se tornam impulsionadoras de novas formas de intervenção criadas por estudantes da própria comunidade. Intervenções estas que podem incluir propostas de currículos, projetos produtivos e produções de materiais que sirvam de subsídios a novos acontecimentos semelhantes que possam vir a acontecer no futuro.

Tendo em vista essa proposta, os jovens do Sítio Camará e imediações podem ter na Escola Poeta Mário Vieira da Silva um espaço para reflexões, no sentido de compreender melhor o local onde vivem para poder transformar no espaço de vivência e produção desejado por eles e seus familiares. Nesse intuito, a pesquisa pretendeu experimentar um modo de fazer educação, mediado pela produção de conteúdo, capaz de tratar de assuntos locais, sem deixar de considerar as novidades tecnológicas e de organização social e econômica que possam vir, por intermédio da escola, somar-se ao esforço de melhoria de vida da comunidade.

A pesquisa foi realizada na intensão de, junto com a comunidade escolar, pensar uma maneira de otimizar o espaço da escola não só para a apropriação de conteúdo, mas sobretudo para a criação de novo conhecimento, tendo como ponto de partida a comunidade e as particularidades que compõem aquele cenário real. Compreendendo que o campo para a comunidade não é apenas um lugar para produzir, mas é também o espaço onde vive e convive em comunhão cultural e social, precisa-se considerar esse espaço como algo de importância não só econômica, mas também afetiva:

O campo é lugar de vida, onde as pessoas podem cuidar da terra, morar estudar ter uma educação de qualidade, e trabalhar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. É um espaço de resgate que possibilita a construção de uma identidade com o campo ou com a roça compreendida como um território de vida digna e trabalho, que se contraponha aos interesses das camadas dos ricos, sofisticados e influentes dos Brasil, ou seja, elite brasileira. (BOTTON; BETTO; MOREIRA; CEVA; JANATA; MICHELOTTI; NEUMANN; MOLINA; ARELARO; WOLFF, 2017, p. 82).

Cabe à educação, então, tratar a terra de maneira a considerar que as pessoas que ali vivem a têm como parte fundamental de sua maneira de se relacionarem com a produção e com os demais membros da comunidade. A construção da identidade do agricultor, mais do que em outras atividades econômicas, depende da terra, aspecto marcante na forma de produzir, de morar e

de se relacionar socialmente, evidenciando que a educação do campo deve ser diferenciada devido à maneira como os camponeses se relacionam com a terra. Para o agricultor que se relaciona com a terra como sendo mais um habitat do que um espaço para adquirir dividendos (contrariamente ao produtor capitalista), ela deve ser conservada como se conserva a sua própria vida, pois ao agredir a terra ele também passa a ser agredido.

Um dos aspectos mais importantes no desenvolvimento de uma atividade ou sistema produtivo são as suas tecnologias. O que a elite brasileira fez, historicamente, foi deixar a matriz tecnológica nas mãos dos grandes ruralistas, grandes responsáveis pela modernização e mecanização do campo. Por isso é preciso que a agricultura camponesa se detenha de maneira efetiva na tarefa de propor e desenvolver novas descobertas, cabendo à escola ser propositiva, colocando seus estudantes a serviço de uma nova matriz tecnológica.

Para colocar em prática a pesquisa, entrou-se em contato com a direção da escola, no sentido de esta autorizar a intervenção. Devido ao fato de estar em fim de ano letivo, foi possível encontrar aulas vagas de professores que já haviam encerradas as suas atividades. Para tanto foi feito o pedido para que fossem cedidas oito aulas para aplicar os quatro eixos, sendo cada eixo distribuído em duas aulas de 45 minutos. Desse modo, a direção da escola ofereceu o turno da tarde completo, somando seis aulas no dia 20/11/2018, nas quais os eixos 1, 2 e 3 foram trabalhados; e duas aulas no dia 06/12/2018, na quais o eixo 4 foi desenvolvido.

Aula 1, Eixo 1: Saberes dos Povos do Campo

Data: 20/11/2018

No dia 20 de novembro de 2018, uma terça-feira, as 13 horas foi dado início à pesquisa ao trabalhar o primeiro eixo, que foi os saberes dos povos do campo, utilizando as duas primeiras aulas, de 13h às 14 e 30h. A aula iniciou-se com um breve relato de como se daria a realização da atividade, logo foi iniciado a distribuição e leitura do texto que segue na íntegra:

Saberes dos Povos do Campo

Quando a pessoa, ou os pais e responsáveis por ela, decidem o ingresso dessa em uma escola, o intuito é que esse estudante aprenda

conteúdos que possam ajudá-lo na vida, em áreas como emprego, resolução de problemas pessoais, ajudar a família e outras pessoas próximas no sentido de crescer como sujeito e como membro de uma comunidade. Nesse sentido, há assuntos que são considerados indispensáveis, como língua portuguesa, matemática, história geografia e outros, para que se tenha sucesso na formação escolar é preciso que estudante compreenda satisfatoriamente essas disciplinas.

De uma certa maneira, fica parecendo que o jovem ou criança que começa a frequentar uma a escola não sabia de nada antes disso, e que agora vai aprender tudo o que é necessário para ser uma pessoa melhor e um bom profissional. Mas será que é assim mesmo? O saber da escola se comporta como se fosse obrigatório e formal, Bergamo (2016), ou seja, algo indispensável e que todos devem saber, e esses assuntos são ensinados em todas as escolas de um estado, por exemplo, sejam essas do campo ou da cidade, de regiões ricas ou pobres.

Mas ninguém chega na idade escolar sem saber de nada, sempre há informações e conhecimentos que os pais, mães, avós e outros parentes e vizinhos já haviam ensinados em conversas, conselhos e pelos exemplos. Dessa maneira podemos dizer que há um conhecimento da parte dos estudantes, de seus pais e da comunidade onde vivem, como essa escola está no campo, ou zona rural, esses conhecimentos têm a ver com a maneira de trabalhar com a terra, em tarefas como plantar e criar animais, para se fazer isso tem que ter conhecimentos, pois quando não se sabe a época de plantio por exemplo, não é possível viver de agricultura.

O plantio de tangerinas (laranja), é um conhecimento que os agricultores das comunidades do Camará, Juá, Cosmo da Rocha, Geraldo, Jurema, Cachoeira do Gama, Queira-Deus, Brás e adjacentes sabem fazer de modo diferenciado. Bem como as reuniões de associações comunitárias, as festas de como a de São João que acontece nas casas ou em locais públicos dessas comunidades, também constituem em um conhecimento cultural que só existem nesses lugares, esses são os saberes do campo, mais especificamente das comunidades aqui elencadas, caracterizando assim a coletividade presente nesse agrupamento social, que quando

compreendida pode orientar as ações para mudar a maneira de produzir Costa; Lucena; Bergamo (2016), ou seja, para melhorar a vida do estudante, de seus familiares e demais pessoas próximas, é preciso conhecer o que eles já sabem.

Ao fazer a leitura, o professor interrompia sempre que necessário para dar maiores explicações sobre o assunto tratado no texto, bem como os estudantes ficavam a vontade para interromper sempre que necessário, e isso acontecia com frequência. O texto inicia abordando a decisão dos pais em colocar seus filhos, no caso o público trabalhado na ocasião, em uma escola, e isso devidamente descrito com as informações de como essa decisão era tomada, e qual os propósitos que os pais tinham para colocar seus filhos em uma escola.

Essa parte do texto era uma deixa para discutir o currículo tratando de disciplinas tradicionais e consideradas de suma importância como português e matemática, e que esses são conhecimentos indispensáveis que não geram dúvidas sobre a sua necessidade em uma escola. Nesse texto foi trabalhado então que essas disciplinas são mesmo indispensáveis, e que esses e outros conhecimentos são de fundamental importância e precisam ser trabalhados em toda a escola que quisesse ensinar com qualidade, e que esses são conhecimentos indispensáveis e que todos deviam ter acesso.

Da mesma forma, havia nos estudantes e em seus pais, conhecimentos que também deviam ser considerados e valorizados, um desses saberes eram os dos povos do campo, um fato latente na vida de todos os que estavam fazendo parte da pesquisa, já que eles e seus pais viviam essa realidade. Um dos objetivos desse texto foi trazer a realidade da vida cotidiana dos aprendizes da escola para dentro da sala de aula, pois esses conhecimentos, muitas vezes ignorados por eles mesmos, estavam sendo reconhecidos como tal pela instituição.

Terminada a leitura, houve um breve período de perguntas que foram de forma objetiva respondidas pelo professor, a leitura, discussão e o breve período de perguntas e respostas durou 25 minutos. Em seguida foi entregue a ficha de avaliação por produção com o espaço em branco para que os estudantes escrevessem aquilo que considerassem de mais fundamental na aula que havia sido apresentada naquele momento, eles a preencheram de acordo com as recomendações dadas pelo professor e do cabeçalho da ficha, os estudantes

usaram 25 minutos para essa tarefa, os que terminavam, já colocavam a nota de auto avaliação A1 e devolviam ao professor e o mesmo já ia corrigindo as fichas e colocando anota hetero e devolvendo com o resumo modelo (produzida pelo pesquisador):

Resumo da ficha modelo de avaliação eixo 1

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTÚDO				
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Disciplina: História		
Turma: 2º ano		Professor(es): Sandro Garcia		
Nome do(a) Aprendiz:		A1.	Het.	A2.
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo			
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...				
Ao ingressar em um escola o estudante vai ver assuntos como língua portuguesa, matemática e outros, disciplinas				
que todas as escolas ensinam, e que o estudante precisa saber se quiser obter sucesso na formação escolar, dessa				
maneira fica parecendo que não se sabia de nada antes de entrar na escola, sendo que o que se aprende na escola é				
obrigatório, e isso é ensinado em escolas do campo e da cidade. Mas ninguém chega na escola sem saber de nada,				
sempre se traz conhecimentos vindos dos pais e outras pessoas próximas, assim se entende que os estudantes e seus				
pais já sabem de práticas tais como as de plantar e criar, e participar de festas e reuniões, um exemplo é o				
Plantio de tangerinas que as comunidades da região do Sítio Camará sabem fazer. Para mudar a maneira				
de produzir é preciso entender a realidade dessa coletividade.				

Os estudantes fizeram a comparação da ficha deles com a que o professor entregou, e devolveram com a segunda nota da auto avaliação a A2, dessa forma ficou completa a atividade do eixo um. Pois foi feita a exposição do conteúdo, que no caso dessa pesquisa foi a distribuição do texto impresso para cada aluno e a leitura do mesmo pelo professor, e foram criadas as condições para as duas auto avaliações e para a nota hétero colocada pelo professor.

Para avaliar essa atividade foi desenvolvido um quadro que resume a ação de ministração do eixo 1 da pesquisa, que no caso foram somadas cada uma das três

notas e divididas por 15 (número de participantes da pesquisa). Bem como o tempo foi de forma exata medido para que não fosse prejudicado um dos mais importantes quesitos dessa pesquisa, que o fato de que o processo tem que ser concluído em um período estipulado, contendo todas as etapas, a apresentação do conteúdo, as duas auto avaliações feitas pelos estudantes, a correção e a comparação com o resumo modelo, essas etapas com as notas e os tempos gastos em cada atividade estão presentes no quadro a seguir:

Quadro de avaliação das aulas com o eixo 1

Quantidade de participante:	15
Média das notas A1 :	7,3
Média das notas Et. :	8,3
Média das notas A2 :	9,0
Tempo Médio para a exposição do professor:	25 min.
Tempo médio para a produção dos estudantes e auto avaliação A1 :	20 min.
Tempo médio para a correção do professor nota Et. :	25 min.
Tempo médio para a leitura do resumo modelo, e correção da nota junto ao texto produzido pelos estudantes, nota A2 :	20 min.
Tempo total da aula:	1h e 30 min.

Exemplar de ficha do eixo 1

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Disciplina: História	
Turma: 2º ano		Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]		A1: 6	Het: 9,0 A2: 8
Data: 21/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
<p>Entendi que nós somos como pedras que vamos ser moldados e vamos aprendendo com o tempo a cada vez mais e que sempre vamos ali para aprender, entendi também que ninguém é totalmente ignorante que sempre alguma coisa de alguma coisa diferente.</p>			

Por intermédio desse exemplar é possível perceber que o estudante consegue alcançar alguns objetivos traçados pela proposta, o primeiro deles é o fato de aparecer bem claro o que é fundamental, o conhecimento tradicional, o qual o estudante coloca como o fato de ninguém ser totalmente ignorante. Por outro lado, destaca que o conhecimento vai de certa forma moldar as atitudes da pessoa que aprende, e que pode construir um conhecimento diferenciado, compreendendo a diversidade de conhecimento de acordo com a cultura e os costumes locais.

Observa-se então por esse demonstrativo que as duas aulas foram suficientes para que todo o processo fosse aplicado de modo a contemplar a proposta, as duas aulas, totalizando 1 hora e 30 minutos foram usadas na íntegra, divididas nas etapas descritas no quadro. A médias das notas A1 de 7,3 na primeira auto avaliação, 8,3 dada pelo professor e 9,0 dada na segunda auto avaliação ao conferir o resumo, demonstram que os estudantes tiveram um bom desempenho no quesito honestidade ao dar uma nota menor do que o professor ministrou, já o mesmo não aconteceu com a segunda auto avaliação, não prejudicando o processo, já que os números não são tão díspares. **(anexo. 1)**



Primeiro dia, eixo 1 (foto: acervo do autor)

Aula 2, Eixo 2: Direitos Humanos

Data: 20/11/2018

Ainda na terça-feira dia 22, nas terceira e quarta aulas, tendo início as 14 e 30, e término às 16 horas, considerando um intervalo de 15 minutos entre 15 horas e 15 minutos até 15 horas e 30 minutos, nesse período foi trabalhado o segundo eixo, no qual o tema exposto foi sobre os direitos humanos, com enfoque na comunidade, compreendendo a produção agrícola como uma fonte de garantia de direitos como trabalho, para os produtores rurais, e como acesso a alimentação de qualidade por outras pessoas. Com essa discussão, coloca-se os estudantes e seus pais como promotores de bem-estar social, contribuindo de forma direta com a população em geral, tornando os agricultores contribuintes da construção social e econômica da região em que vivem.

Ao compreender a produção agrícola no sentido de contribuir para os direitos humanos, coloca a educação como um espaço que discute não só questões curriculares tradicionais, mas coloca a escola no centro da produção agrícola e pecuária, entendendo que o agricultor é um cidadão com condições de não só se sustentar, mas de contribuir para a construção de um mundo melhor. Essas questões poderão ser discutidas e até postas em prática em um novo currículo, que

contemple as questões locais, dando ênfase á produção agropecuária, tornado a escola um local que desenvolva a questão dos direitos humanos a partir de sua realidade.

O material trabalhado em sala de aula para aplicação desse eixo proposto pela pesquisa, ressalta que os direitos humanos têm como forma básica de atuação promover a dignidade das pessoas através da garantia de direitos. Nesse caso destacando, a produção e colocando a atividade agropecuária como elemento gerador dessa discussão, evidenciando o acesso aos meios de produção são essências para essa garantia, nesse sentido, foi lido e discutido o texto a seguir:

Direitos Humanos

Os direitos humanos, explicado de forma simples, é a garantia de que homens, mulheres, jovens e crianças tenham condições dignas de vida, tais como, alimentação, vestuário, moradia, transporte, lazer, o de se sustentar com sua própria renda entre outras, e para isso os sujeitos precisam de ter acesso a um emprego, ou outros meios para ganhar a vida. Uma dessas maneiras é a agropecuária que é a junção de agricultura (plantações) e a pecuária (criação de animais), para isso os agricultores familiares precisam dos meios para exercer essa atividade, tais como terra para plantar e criar, financiamento no banco para comprar animais, sementes, adubos material de irrigação, e acesso a água para o consumo humano, dos animais e para irrigar.

Um dos principais pilares dos direitos humanos, é o direito à alimentação, dessa forma deve-se discutir de que maneira se tem acesso à produção de alimentos, e para isso deve haver uma interação entre quem produz e quem consome a produção Costa; Lucena; Bergamo (2016). Por exemplo, os agricultores familiares dos sítios adjacentes ao Camará, produzem tangerinas (laranja), que são enviadas para fora do município, o lucro que elas dão aos produtores são bem menores do que o preço cobrado por esse mesmo produto em um supermercado de Campina Grande ou Recife, o que demonstra que não é quem produz, nem seus familiares, que ficam com a maior parte dos resultados.

Por outro lado, os estudantes que ainda são menores de idade e não estão em atividade econômica, precisam ser sustentados pelos pais ou

responsáveis, essa é uma relação entre quem sustenta e quem recebe o sustento, quando os sustentadores são agricultores familiares, essa é a atividade econômica que faz essa interação. Dessa forma, o direito a terra, a preço digno para a produção, são elementos fundamentais para garantir os direitos humanos para os membros da comunidade do Camará e adjacentes, bem como, para a perpetuação das famílias nesse lugar vivendo com dignidade.

Pensando assim, compreende-se que a educação não está isolada da realidade onde as famílias dos estudantes vivem, e que a produção precisa estar presente nas discussões também da escola, por isso essa educação precisa acontecer por intermédio do ensino de práticas que possam ser usadas por toda a comunidade na intenção de melhorar a produção. Desse modo a educação passa a ser garantidora de direitos humanos, dando condições de haver mudanças positivas e relevantes dentro da comunidade, fazendo com que seus habitantes resolvam seus problemas por eles mesmos, contribuindo consigo mesmo e com demais pessoas.

Também nessa aula foi discutido o destino da produção, e que seus apropriadores devem ser aqueles que necessitam dessa produção de uma maneira ética e não especulativa, que estaria na pessoa dos receptores auto insustentáveis, ou seja, idosos crianças e deficientes físicos (COSTA; BERGAMO; LUCENA, 2016, p. 238). Essa seria uma etapa dos direitos humanos que vira a ser bem presente no público que estava sendo trabalhado, pois esses dependiam dos recursos de seus pais para permanecerem estudando sem ter que exercer uma atividade econômica para permanecer em seus estudos.

Como aconteceu no eixo 1, aqui também foi feito da mesma maneira, após a leitura e discussão do texto, permaneceu-se com aquela sequência de auto avaliação, praticada pelos estudantes, e a heteroavaliação, feita pelo professor. Para tanto, foi construído pelo pesquisador um resumo contendo a referencial fundamentalidade do texto para a conferência com o resumo dos estudantes, portanto, o que de mail elementar estava no texto do eixo dois segue nessa fiche modelo:

Resumo da ficha modelo de avaliação eixo 2

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTÚDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Disciplina: História	
Turma: 2º ano		Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz:		A1.	Het.
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
Direitos humanos é a garantia de vida digna a todas as pessoas, tais como o direito à alimentação, ao emprego e			
outros, a agropecuária é uma forma de ganhar a vida, por isso, dentre outros, o direito à terra é indispensável. Dos			
direitos humanos, o da alimentação é um dos principais, por isso deve-se pensar no fato de os agricultores e seus			
familiares não ficarem com os melhores preços de sua produção. Os estudantes que são menores de idade precisam			
ser sustentados, por seus pais ou responsáveis, que são os sustentadores, e a atividade econômica que faz essa intera-			
ção é a agricultura familiar. Quando se pensa assim a educação não está isolada da realidade onde as famílias dos			
estudantes vivem, pois a produção está presente nas discussões da escola, pois a educação passa a ter tem a			
intenção de melhorar a produção, desse modo ela é garantidora dos direitos humanos.			

A avaliação transcorreu bem tendo em vista que dessa vez os estudantes já conheciam o processo de avaliação em sua totalidade, e nessa etapa da pesquisa foi possível perceber que os aprendizes se mostravam interessados com essa nova maneira de entender o assunto e fazer a avaliação sobre a apreensão de conhecimento desse. Houve então nessa altura da pesquisa, um ganho em maturidade e compreensão do processo de aprendizagem não só por parte dos estudantes, mas também do professor pesquisador, que agora tinha a experiência anterior para melhor avaliar o trabalho de obtenção do aprendizado, tendo com resultado prático o quadro demonstrativo que segue:

Quadro de avaliação das aulas com o eixo 2

Quantidade de participante:	15
Média das notas A1 :	7,5
Média das notas Et. :	7,8
Média das notas A2 :	8,5

Tempo Médio para a exposição do professor:	29 min.
Tempo médio para a produção dos estudantes e auto avaliação A1 :	25 min.
Tempo médio para a correção do professor nota Et. :	18 min.
Tempo médio para a leitura do resumo modelo, e correção da nota junto ao texto produzido pelos estudantes, nota A2 :	18 min.
Tempo total da aula:	1h e 30 min.

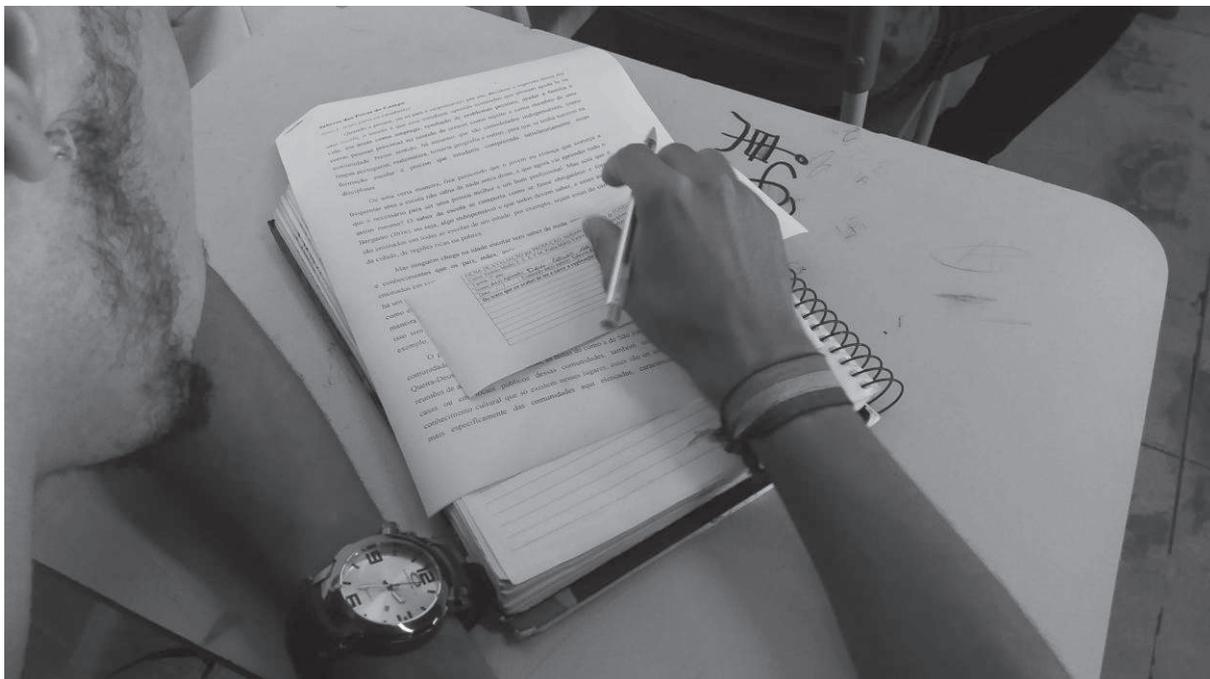
Exemplar de ficha do eixo 2

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 8,0 Hct: 8,0 A2: 9,0
Data: 2/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>Direito humano não são a garantia dos pessoas, devido a alimentação e acesso às produções. Docentes produzem alimentos baratos, e acaba não lucrando com o que gostei, coisa que nos supermercados se torna valioso demais</p>	

Além do estudante nesse caso, compreender a maneira de colocar na ficha somente aquilo que é de fundamental importância, a prática da escrita fez com que o ele se colocasse na condição de quem compreende as questões relacionadas aos direitos humanos, explicado de maneira simples e resumida. Na segunda parte ele destaca as questões da produção em estreita ligação com os direitos humanos, evidenciando o fato de a produção ser mais cara no supermercado do que na comunidade onde é produzido, deixando o prejuízo com quem produz.

Continuando com a mesma quantidade de fichas, a aplicação desse eixo da pesquisa demonstra que o nível de honestidade continua satisfatório ao analisar a nota A1, considerando a nota *et.*, dada pelo professor pesquisador, mesmo tendo a A2 sido elevada um pouco em relação ao mesmo critério. O tempo de uma hora e trinta minutos confirma a expectativa de colocar em prática todas as atividades da

aula e da avaliação em um mesmo período, mesmo esse eixo ter caído na aula que houve o intervalo, não causou nenhum prejuízo pois o período foi pouco, possibilitando o cumprimento das etapas. **(anexo. 2)**



Primeiro dia eixo 2 (foto: acervo do autor)

Aula 3, Eixo 3: Produção Comunitária

Data: 20/11/2018

Ainda no mesmo dia terça-feira, 20/11/2019, foi dado prosseguimento às atividades a pesquisa, agora com a apresentação e discussão do texto do eixo 3, a sequência de aulas não chegou a prejudicar o andamento, pelo contrário, os estudantes estavam envolvidos de forma efetiva com as atividades. Para esse eixo as ações aconteceram nas quarta e quinta aulas, tendo disponíveis os 90 minutos, sendo que foram usadas as duas últimas aulas, a quarta e a quinta, tendo início as 16 horas e com término previsto para as 17 e 30 horas, repetindo a projeção dos outros dois eixos.

Essas foram as duas últimas aulas do dia 22/11/219, o total do desenvolvimento do eixo e aplicação da ficha com seus dois resumos teve duração de 1 hora e 22 minutos, 8 minutos a menos que na projeção, isso ocorreu devido ao fato de o assunto sobre produção comunitária ter sido de fácil compreensão e a

experiência acumulada nos outros dois eixos, deu uma visão holística sobre o processo aos estudantes. Esse assunto compreendeu as culturas agrícolas e a criação de animais domésticos criados nas propriedades rurais do Sítio Camará e adjacentes, o que permitiu demonstrar que a escola pode ser um espaço que permite trabalhar assuntos da produção local, dando ênfase a agricultura, seus conhecimentos tradicionais e suas técnicas.

Produção Comunitária

A produção da comunidade do Sítio Camará e adjacentes é campesina, também denominada de agricultura familiar, que é uma maneira de explorar a terra, em regime da mão de obra familiar, ou seja, é a própria família que trabalha e dirige a unidade de produção, sem a contratação de funcionários, a não ser em tempos de muito trabalho, ou para ajudar de maneira permanente, mas que o trabalho principal fique com a família. Tem como principais características o trabalho com agricultura, pecuária e extrativismo, é minifúndio (pequenas propriedades), prioriza o poli cultivo (várias plantações), e a criação de diversas espécies de animais, geralmente não usa produtos químicos em demasia em suas atividades, sendo que há famílias que baniram esse uso, tornando a sua produção agroecológica ou orgânica. Outras duas características dessa atividade são venda de seus produtos, que ocorre de duas maneiras: venda direta ao consumidor (feiras e a domicílio) e aos atravessadores (que compram para revender), e que não utilizam tecnologias avançadas para produzir.

Entendendo que é preciso ter dinheiro para pagar as despesas com salário de professor, funcionários, a manutenção do prédio, merenda e outros gastos para que essa escola funcione e você possa frequentá-la. A resposta para isso seria dizer que os impostos pagam, mas aonde o governo foi buscar esses impostos? Com certeza vai da produção de riquezas, que é gerada pela produção, essa produção pode ser a que seus pais fazem ao produzir e vender laranjas, por exemplo, que aliada a outros produtos, produzido por outros setores da economia como criação de bovinos (bois e vacas), somam dinheiro para pagar a escola, o hospital, o bolsa família e os demais gastos públicos. Esses impostos são os excedentes da produção

Costa; Lucena; Bergamo (2016), que vão para o poder central para redistribuir em serviços para a população.

Quando as mães pedem para apagar a luz para economizar, por exemplo, é uma forma de praticar economia ao poupar o gasto com energia. Assim a sociedade é permeada por esse setor, a produção de alimentos é uma atividade econômica muito importante. Quando o município de Matinhas é considerado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Economia e Estatística) como maior produtor de tangerinas do Nordeste do Brasil, denota que esse local tem uma importância econômica, é a produção de laranjas que gera renda para que o povo compre roupa na loja, e o dono da loja ganha também, assim como o dono do mercadinho também ganha quando se compra comida lá, essa é uma ação coletiva e interdependente, pois todos solidariamente dependem entre-se da atividade que cada grupo realiza.

O caráter dessa atividade, compreendeu aspectos que identificam a comunidade como uma produtora de alimentos que têm importância não só na região do Sítio Camará, mas que esses produtos podem estar presentes em vários locais, inclusive nos grandes centros comerciais. Para tanto seria necessário que essa produção comunitária fosse devidamente organizada, não só no que se refere ao exercício de produzir, mas também se relacionar com os meios comerciais para excluir a ação do atravessador, que é aquele que compra o produto e revende, ficando com a maior parte dos lucros.

Por outro lado, foi enfatizado nessa aula que a produção comunitária da agricultura familiar é pouca em quantidade, mas é e deve ser diversificada pois nessa categoria de agricultura não se deve depender de apenas uma cultura agrícola ou pecuária, tendo em vista que se houver uma intempérie climática, ou uma drástica baixa de preços no mercado, o agricultor pode se valer de outra produção que não enfrentou alguns desses ou semelhantes problemas. Para atender a essas particularidades da produção local, a escola deve estar capacitada afim de capacitar seus estudantes para que pratiquem a economia propedêutica, pois essa noção é indispensável para pôr em prática uma produção comunitária capaz de mudar a realidade econômica desse lugar.

Como aconteceu nas outras aulas, e portento, obedecendo ao mesmo processo, depois de ter sido entregue a ficha em branco para que o estudante preenchesse colocando aquilo que de mais fundamental foi feito na aula, foi disponibilizado o resumo feito pelo professor pesquisador para a comparação entre esse e aquele. No caso da aula sobre produção comunitária, segue o resumo modelo:

Resumo da ficha modelo de avaliação eixo 3

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTÚDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Disciplina: História	
Turma: 2º ano		Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz:		A1.	Het. A2.
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
A produção do Sítio Camará e adjacente é em regime da mão-de-obra familiar e tem como principais características			
o minifúndio, o extrativismo, a agricultura, a pecuária e o poli cultivo (várias plantações), criação de várias espécies			
de animais, em caráter agroecológico. Por ser preciso ter dinheiro para pagar salário de professores e outras despesas			
da escola, o governo arrecada parte da produção (excedente) na forma de impostos. A produção de alimentos é uma			
atividade econômica muito importante, o Município de Matinhas é o maior produtor de tangerinas do Nordeste do			
Brasil, denotando a importância econômica desse município, deixando claro que é essa atividade que gera renda			
para a população desse lugar, tanto para quem planta como para o dono da loja de roupas, do mercadinho, deixando			
claro que a ação econômica é interdependente, coletiva e solidária.			

Nessa aula de uma hora e vinte e dois minutos, as atividades transcorreram de acordo com o previsto, na qual os estudantes de maneira interativa, e já familiarizados com a maneira da avaliação, cumpriram o processo da aula sobre produção comunitária, eixo 3 produzindo a nota A1, corrigindo o seu resumo comparando ao resumo modelo, colocaram a nota A2. Com a participação completa, totalizando a presença de 15 alunos que eram desde o princípio os alvos dessa pesquisa, considerando também nesse eixo, um bom nível de honestidade dos

participantes nas notas da auto avaliação, o quadro demonstrativo que segue resume o que aconteceu nessa aula.

Quadro de avaliação das aulas com o eixo 3

Quantidade de participante:	15
Média das notas A1 :	7,6
Média das notas Et. :	8,0
Média das notas A2 :	9,0
Tempo Médio para a exposição do professor:	22 min.
Tempo médio para a produção dos estudantes e auto avaliação A1 :	20 min.
Tempo médio para a correção do professor nota Et. :	20 min.
Tempo médio para a leitura do resumo modelo, e correção da nota junto ao texto produzido pelos estudantes, nota A2 :	20 min.
Tempo total da aula:	1h e 22 min.

Exemplar de ficha do eixo 3

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTÚDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 5,0 Het: 8,0 A2: 10,0
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>A produção comunitária é uma em que não é só um produtor ou uma família que produz, mas sim todos a comunidade com integrantes de diferentes culturas nacionais sendo assim policultural. A produção familiar é onde ocorre um trabalho em conjunto com que todos os familiares fazem sua parte.</p>	

Nesse exemplar da ficha é possível perceber que o estudante expressa a sua compreensão do que é a produção comunitária, mesmo de uma forma um pouco confusa, demonstra de maneira simples os princípios de como se dá uma produção

comunitária, tendo como base a agricultura familiar. Também é possível observar que há uma noção do que é individualismo, e que a produção pode ser feita de forma coletiva, com a participação da comunidade, o que faz perceber que a prática das fichas leva o aprendiz a refletir sobre a realidade.

Essa foi a última aula do dia 22/11/2019, apesar dessa maratona, os estudantes se comportaram relativamente bem, não houve reclamações pelas aulas consecutivas, bem como não se mostraram cansados, ou qualquer demonstração de que a aula havia sido enfadonha ou algo do gênero. Essa é uma demonstração de que esse método de fixação e avaliação foi proveitoso, e garantiu o sucesso na tarefa proposta de apresentar esses três eixos em apenas um dia, mesmo a pesquisa tendo sido feita dessa maneira pelo fato de a escola ter disponibilizado as aulas nessa forma, foi proveitoso para testar essa maneira de estudo em aulas consecutivas. **(anexo. 3)**



Primeiro dia eixo 3 (foto: acervo do autor)

Aula 4, Eixo 4: Novas Tecnologias

Data: 06/12/2018

Para a efetivação do último eixo, a pesquisa teve prosseguimento na quarta-feira dia 06/12/2019, com início das aulas às 13 horas e sendo usados, portanto, as

duas primeiras aulas do turno da tarde desse dia, projetando um espaço de 60 minutos para ser trabalhado esse eixo, a exemplo dos três primeiros. Esse eixo tratou das novas tecnologias, levando os estudantes para uma reflexão sobre as novidades nessa área, e como essa questão interfere de maneira efetiva e direta na vida de todas as pessoas, inclusive no público e na comunidade onde a Escola Poeta Mário Vieira da Silva está situada, tornando-se um assunto de interesse dessa instituição.

O objetivo desse eixo foi fazer com que os estudantes participantes da pesquisa compreendessem que as novidades tecnológicas não é algo distante, só usufruído pelos grandes centros urbanos, mas que os locais menos habitados e mais distantes desses centros, como é o caso do Sítio Camará, também podem pautar essas novidades para o seu bem-estar. Por outro lado, esse eixo teve por objetivo a compreensão que não é somente os saberes dos povos do campo e a produção comunitária que devem ser valorizados na escola, mas também as novidades que a pesquisa pode trazer para a realidade local e melhorar a qualidade de vida dos que ali vivem

Novas Tecnologias

As tecnologias são ferramentas usadas para facilitar uma determinada atividade, a agricultura camponesa, por exemplo, historicamente usou implementos rudimentares para trabalhar com a terra, tais como foice, enxada, arado de tração animal e outras do gênero. A cada dia que passa as novidades tecnológicas vão aparecendo, mas a agricultura familiar parece não andar no mesmo ritmo, por centenas de anos as ferramentas que se utiliza nessa atividade parece não ter sofrido muitas alterações, esses profissionais ainda trabalham basicamente de forma braçal.

O maior problema disso está na falta de estudos para produzir implementos para essa atividade econômica, aliado à descapitalização (falta de dinheiro) desses agricultores, pois as empresas que fabricam esses implementos precisam de compradores para que as vendas gerem lucros. Por isso as tecnologias estão voltadas para os grandes proprietários que tem capacidade financeira de comprar bons tratores, colheitadeiras e plantadeiras, que aliado às muitas terras, possibilitam o aumento da

produção, que é na forma de monocultura (Plantação de uma só variedade, ou criação de uma só espécie de animais).

Mas as mesmas máquinas usadas pelos grandes produtores não podem ser utilizadas pelos agricultores familiares, é preciso pesquisas (estudos) para que se produzam maquinário que sejam compatíveis com as atividades dos camponeses, como máquinas pequenas, que possam ser usadas em várias ações na propriedade, como criação de pequenos animais e pequenos plantios de culturas diferentes. Para que esses implementos sejam fabricados, é preciso que se capitalize esses agricultores com financiamento para as mudanças tecnológicas, que não podem ser de cima para baixo, mas que deve surgir a partir das necessidades dessas pessoas.

Passa a ser uma tarefa da escola contribuir para as melhorias tecnológicas da comunidade, pois como toda a novidades tecnológicas, é preciso que haja estudos para que essa ferramenta tome forma, essa é uma atividade científica (conhecimento) Costa; Lucena; Bergamo (2016). Por outro lado, como Matinhas apesar de estar na região do Brejo Paraibano, mas mesmo assim sofre com a falta d'água, é preciso tecnologia para a captação e armazenamento de água das chuvas, tais como cisternas de placas ou calçadão, e barramento de água em rios não perenes como é o caso das barragens subterrâneas.

Dessa forma, a escola que tem sujeitos que conhecem a comunidade por viverem nela, pode contribuir de forma efetiva para a mudança das realidades do local, promovendo a criação de novos conhecimentos, produzindo através da forma de pensar de seus próprios habitantes. Assim a escola não vai só ensinar assuntos vindos de outros lugares, mas vai produzir seus próprios conhecimentos para tratar de seus problemas, já que os conhece de perto.

Uma escola precisa trazer a questão das tecnologias presente no bojo de sua proposta pedagógica, pois essa área é acima de tudo muito presente no aprendizado, é pela educação que as ciências são instigadas e iniciadas, no entanto é preciso que essa tarefa seja relacionada com a realidade do estudante. Por esse motivo a produção deve estar presente nessa discussão, pois no caso da agricultura

e da pecuária, as tecnologias são de extrema importância, pois elas interferem diretamente na renda e na produtividade.

As novas tecnologias também devem estar presentes na proposta de um novo currículo, que coloque as tecnologias como tema central de um projeto de desenvolvimento com o ser humano no centro, ou seja, que não tenha apenas a questão econômica como necessário para melhorar a vida das pessoas, mas considere também os impactos sociais e do meio ambiente. Nesse sentido, o texto descreveu as atuais tecnologias presente na agropecuária local, e a distância entre as tecnologias do agronegócio e da agricultura familiar, e que isso acontecia por conta da matriz tecnológica que estava voltada apenas para os grandes produtores.

Do mesmo modo dos outros três eixos, no eixo 4 também foi feita a avaliação com duas etapas, a primeira com a ficha sendo escrita com o referencial fundamental teórico pelos estudantes que colocaram a nota A1. Posteriormente o professor pesquisador distribuiu a ficha modelo com o resumo feito pelo professor para servir de referência, o qual segue nesse:

Resumo da ficha modelo de avaliação eixo 4

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTÚDO					
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva			Disciplina: História		
Turma: 2º ano			Professor(es): Sandro Garcia		
Nome do(a) Aprendiz:			A1.	Het.	A2.
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Novas Tecnologias				
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...					
As tecnologias são ferramentas para facilitar uma determinada atividade, a agricultura familiar, historicamente					
usou implementos rudimentares como enxada e foice, a causa disso é a descapitalização desses agricultores que					
não têm dinheiro para comprar novos implementos, por isso somente os grandes produtores usam de novas tecnolo-					
gias. Mas não são as mesmas máquinas usadas pelos grandes a serem utilizadas pelos pequenos agricultores, outras					
ações como cisternas e barragens, irão suprir essas necessidades. Por isso passa a ser tarefa da escola contribuir para					
criar novos conhecimentos atendendo os anseios das comunidades, através de sujeitos que vivem nela, dessa					
forma, a escola e os habitantes desse lugar não vão ensinar assuntos vindo de outros lugares, mas					

produzirão seus
Próprios conhecimentos, para tratar de problemas seus.

Continuando com a presença de 15 estudantes, as avaliações prosseguiram de modo a cumprir todas as etapas propostas pela maneira de utilizar as fichas e as auto avaliações. Após a comparação com o resumo modelo entregue pelo professor, os estudantes fizeram a segunda nota de auto avaliação a A2, completando o ciclo de três notas, duas dos estudantes e uma do professor, como foi possível observar o resumo modelo, todos os pesquisados participaram a contento escrevendo o que eles acharão de mais essencial nas texto do eixo 4 sobre novas tecnologias, os dados dessa aula encontram-se no quadro a seguir:

Quadro de avaliação das aulas com o eixo 4

Quantidade de participante:	15
Média das notas A1 :	7,1
Média das notas Et. :	8,1
Média das notas A2 :	8,5
Tempo Médio para a exposição do professor:	30 min.
Tempo médio para a produção dos estudantes e auto avaliação A1 :	35 min.
Tempo médio para a correção do professor nota Et. :	25 min.
Tempo médio para a leitura do resumo modelo, e correção da nota junto ao texto produzido pelos estudantes, nota A2 :	15 min.
Tempo total da aula:	1h e 45 min.

Exemplar de ficha do eixo 4

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Disciplina: História	
Turma: 2º ano		Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz:		A1,8,0	Het,8,5
Data: 05/12/2018	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
As novas tecnologias são mais aplicadas para a população que tem dinheiro para comprar porém a agricultura camponesa ainda continua a trabalhar na terra sem foice, enxada e etc ou seja tradicionalmente de forma local.			

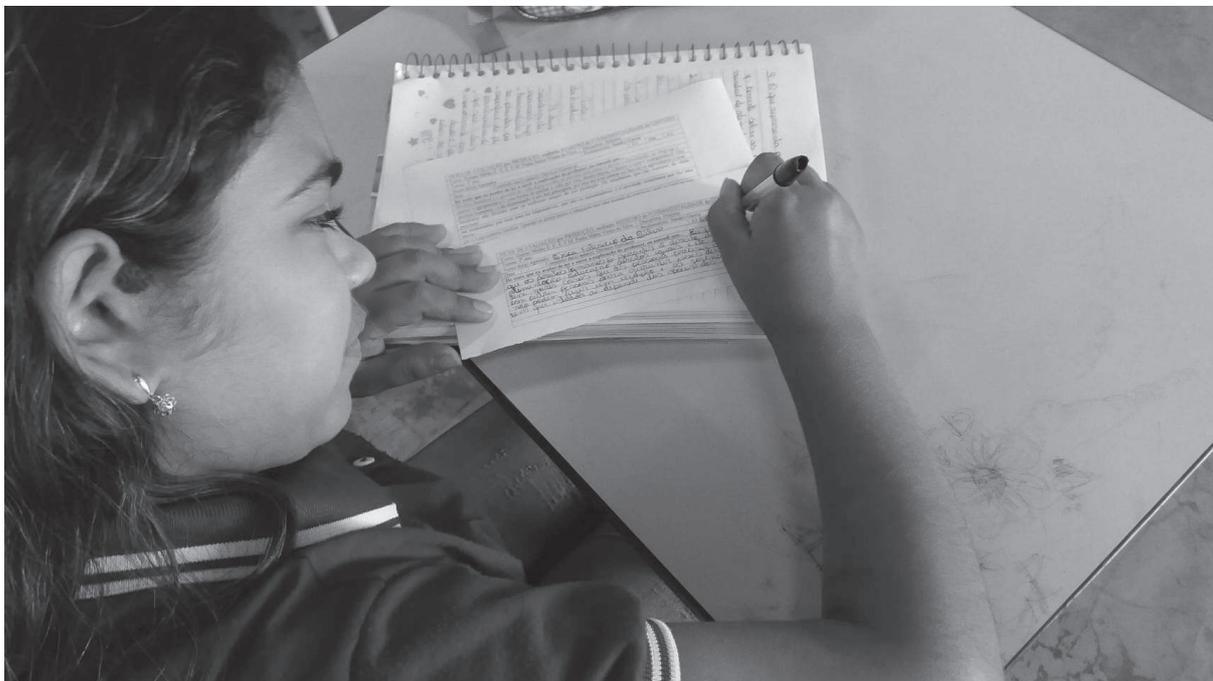
Ao discutir sobre as novidades tecnológicas, o texto apresentado retrata a concentração da matriz tecnológica nas mãos dos grandes proprietários que têm a mecanização, e as novidades em todas as áreas com relação a agropecuária, deixando para os agricultores familiares instrumentos muito antigo. Desse modo, o texto trabalhado evidencia a disparidade do consumo desses produtos, deixando a agricultura camponesa de fora da pesquisa para a elaboração de novos instrumentos para o trabalho no campo.

Nesse caso a ficha traz a oportunidade de discutir tecnologia como um elemento necessário para toda a sociedade, inclusive no Sítio Camará, e que os instrumentos nesse caso precisam ser pensados tendo em vista a realidade de cada atividade econômica e suas particularidades. Também foi nessa oportunidade que o aprendiz pode fazer reflexões sobre as tecnologias usadas na sua comunidade e como a produção dessa está distante das melhores condições existentes no Brasil.

Nessa aula o tempo previsto foi superado em 15 minutos, uma das explicações para isso foi uma falta de concentração da turma, por ser final de ano letivo, dia com temperatura elevada o que resultou em uma certa inquietação dos estudantes que se observa com o aumento de tempo na exposição do texto e na produção dos estudantes com a nota A1. Mesmo assim, o objetivo foi alcançado, pois no final da aula, os estudantes estavam menos agitados, os resultados das auto avaliações comprovam que houve um índice de honestidade foi a contento.

Com a apresentação, discussão e as ações de auto avaliação com a utilização da ficha com seus resumos, pode se dizer que esse novo método foi de excelente valia para discutir uma forma de dar aulas que valorize a produção por parte dos alunos. Por outro lado, ao trabalhar com os quatro eixos foi possível trazer para a sala de aula uma maneira efetiva e direta de discutir a realidade da

comunidade do Sítio Camará e adjacências, por outro lado, a partir dessa experiência é possível montar uma nova proposta de currículo que atenda às necessidades da escola e do pública a ser assistido. **(anexo. 4)**





Segundo dia eixo 4 (foto: acervo do autor)

Proposta para uma educação efetiva

Ao colocar em prática essa pesquisa, foi possível perceber que a educação pode ser perfeitamente colocada como promotora de uma produção local, e mais do que isso, com a práxis nas relações estudante-aprendizado com o intermédio do professor se pode mudar a concepção de educação, caminhando para uma proposta de currículo coerente com a realidade da escola. Ao utilizar o método que valoriza a produção, que foi o caso das fichas, percebe-se que o estudante se torna membro do processo de aprendizado, não apenas receptor de informações desconexas com sua realidade.

Esse processo leva a uma compreensão de mundo diferenciada, não só de educando que se torna um produtor de conhecimento, mas também do educador que assume o desafio de tornar o seu público parceiro na criação de conhecimentos.

Essa prática pode levar o estudante a compreender o processo de educação, podendo evoluir para a compreensão do funcionamento da sociedade, onde o sistema de produção e apropriação são presentes em todos os aspectos da organização social, formando assim pessoas com capacidade de tornar a sociedade um espaço de crescimento econômico, social e sustentável que gera um desenvolvimento humano.

Para tanto, é preciso propor um novo currículo, mas ter sempre cuidado para não torna-lo uma repetição de outras experiências, mas usar essas para propor algo que não atenda apenas aos aprendizados tecnológicos, mas que forma seres humanos e que valorize a produção e a cultura local. Por isso é importante que não se repita escolas integrais ou técnicas, por exemplo, que venham com modelos já pré-definidos, é preciso que se tenha cautela com propostas do gênero, pois uma proposta de currículo ideal passa por deixar a escola ser o que a comunidade local espera dela, e ao mesmo tempo, trazer um ensino que deixe esses estudantes nivelados com os demais.

Nesse sentido, garantir educação integral requer mais que simplesmente a ampliação da jornada escolar diária, exigindo dos sistemas de ensino e seus profissionais, da sociedade em geral e das diferentes esferas de governo não só o compromisso para que a educação seja de tempo integral, mas também um projeto pedagógico diferenciado, a formação de seus agentes, a infraestrutura e os meios para sua implantação. Assim, as orientações do Ministério da Educação para a educação integral apontam que ela será o resultado daquilo que for criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, educandos e das comunidades, que podem e devem contribuir para ampliar os tempos, as oportunidades e os espaços de formação das crianças, adolescentes e jovens, na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem. (MEC/SASE, 2014 p. 29)

Ao observar a citação desse documento do Ministério da Educação, pode ser percebido que uma escola de tempo integral, por exemplo, deve ter um currículo que compreenda os espaços físicos e de aprendizado através de uma proposta pedagógica que contemple essas questões. Essa definição da proposta de educação deve contar com a participação de professores, estudantes e da comunidade em que a escola está inserida, para que essa instituição passe a fazer parte efetiva da vivência das pessoas do lugar.

Por outro lado, é preciso que se tenha investimento consistente na infraestrutura do espaço físico, para que o ambiente seja propício para a educação e

para a convivência dos entes participantes da comunidade escolar. E em se tratando de uma escola de tempo integral, é preciso que esse espaço seja ainda mais amplo para comportar os quesitos de convivência, alimentação e higiene pessoal, tornando a escola assim responsável por uma educação de qualidade, pública e gratuita, tornando-se um ponto de referência para o desenvolvimento local e de convivência social e educacional.

Para que a escola seja diferenciada ela tem que estar integrada com a produção local e portanto com o trabalho e as demais atividades econômicas presentes na comunidade e na região, portanto essa escola pode ter características de um ensino técnico, mas que não sirva apenas para treinar mão de obra, que também forme cidadãos. Para isso é necessário que essa escola tenha formação técnica e humana para não repetir os erros de formar duas castas de pessoas, uma que domine intelectualmente e outra que trabalha em um esquema tecnicista e de repetições de tarefas pré-estabelecidas pelo sistema econômico predominante.

A educação profissional, no entanto, é historicamente demarcada pela divisão social do trabalho, que na prática sempre justificou a existência de duas redes de ensino médio, uma de educação geral, destinada a um pequeno grupo privilegiado, e outra profissional, para os trabalhadores. A sua origem remonta à separação entre a propriedade dos meios de produção e a propriedade do trabalho, ou seja, a lógica de que alguns pensam, planejam, e outros executam. (MEC/SASE, 2014 p. 37)

Uma maneira de enfrentar essa questão tem sido os experimentos da práxis educativo-coletiva, que tem por objetivo colocar o estudante para pensar e avaliar o ensino que ele está recebendo. O método de avaliação que essa pesquisa desenvolveu, se propõe a contribuir para desenvolver práticas educacionais com o intuito de tornar o estudante também produtor de conhecimento, e não apenas receptor daquilo que lhes é entregue pronto, na tarefa de escrever o que compreenderam de mais fundamental nas aulas que participam, bem como produzir a sua auto avaliação, leva os educando a compreenderem de fato como se dá o processo de aprendizagem.

Nessa concepção, a escola pública pode valorizar o trabalho e a produção, e ao mesmo tempo ensinar a pensar os modelos de sociedades e econômicos vigentes na atualidade, bem como propor novas formas de se relacionar com essas atividades. Para isso, a economia propedêutica (básica para que todos entendam),

poderá estabelecer uma forma holística de compreender o mundo, e propor novas formas de relação entre o público escolar e o ambiente comunitário.

Ao compreender o processo dessa maneira, entende-se que a educação é algo que serve para a vida e todas as suas áreas, compreendendo que o trabalhador não deve aprender somente aquilo que se refere as suas atividades diárias no chão da fábrica, no campo ou no comércio, mas deve servir para que todos os cidadãos trabalhem para a construção de uma sociedade para o bem-estar de todos. Para isso, deve-se eliminar as diferenças entre quem pensa e quem trabalha, ou seja, a elite econômica e política tem acesso a cursos universitários, enquanto os trabalhadores apenas à cursos técnicos.

Aumentar a oferta da educação para os trabalhadores é uma ação urgente, mas para que seja garantida sua qualidade faz-se necessário que essa oferta tenha por base os princípios e a compreensão de educação unitária e universal, destinada à superação da dualidade entre as culturas geral e técnica, garantindo o domínio dos conhecimentos científicos referentes às diferentes técnicas que caracterizam o processo do trabalho produtivo na atualidade, e não apenas a formação profissional *stricto sensu*. (MEC/SASE, 2014 p. 39)

Por trás de um currículo há uma política que orienta essa decisão, ou seja, linhas de pensamento de educação que acabam por colocar uma estrutura de ensino destinada a definir o que vai ser ministrado em sala de aula, os estudantes e professores, por via de regra, não têm domínio sobre essas questões. Uma educação de qualidade e democrática deve permitir que professores e estudantes possam pensar e propor diretrizes para a educação que participam de forma efetiva, do mesmo modo, o currículo deve reverberar as questões locais, como manifestações culturais e atividades econômicas.

O trabalhador não deve ser alienado no processo produtivo, a escola deve agir nas duas áreas, ensinado um ofício, e também ensinado a pensar, compreendendo que os componentes das classes menos favorecidos economicamente também devem contribuir para a produção intelectual. Portanto, a educação não deve ser dividida em uma para quem pensa e para quem trabalha, mas uma educação para todos, compreendendo que toda a sociedade deve contribuir com trabalho e com pensamentos no sentido de planejar construção de um país livre e desenvolvido.

Diante dessa realidade, a práxis educativo-coletiva pode ser uma resposta para solucionar essa questão, pois leva o estudante a refletir sobre os assuntos ministrados em sala de aula, pois de forma precisa, proporciona aos estudantes a oportunidade de produzir intelectualmente e assim contribuir principalmente com a escola e com a comunidade. Para que isso seja possível, uma prática como a que essa pesquisa se propôs, pois colocou-se na prática uma maneira de pensar sobre o que se expõe em sala de aula, e isso aconteceu de forma a tornar o estudante um crítico do assunto ao escrever sobre esse com suas palavras, dizendo o que de mais fundamental havia no que foi ensinado.

As fichas foram sem dúvida um instrumento de essencial importância na efetivação dessa maneira de fazer educação, pois permitiu ao professor oferecer ao estudante a oportunidade de se manifestar sobre o assunto em questão, e ao mesmo tempo de fazer a auto avaliação e saber sobre a avaliação do professor. Essa seria uma maneira de construir uma educação diferente da tecnicista, tornando o estudante que está se preparando para o mercado de trabalho um cidadão capaz de compreender os aspectos políticos que envolve a educação, o mercado de trabalho e a economia como um todo, tornando-se assim cidadãos críticos e participantes do processo.

No que se refere ao currículo, os textos produzidos pelo pesquisador demonstraram que o assunto dado em sala de aula pode sem dúvida ser trazido para a realidade da escola e da comunidade, entendendo que a própria escola pode propor um currículo diferenciado e comprometido com a realidade local. Por outro lado, esse currículo não pode se distanciar do conhecimento científico e de uma educação de qualidade, propondo de maneira didática que o conhecimento científico pode conviver com o conhecimento local e a formação de um cidadão crítico.

Como proposta pedagógica dessa pesquisa, o pesquisador, juntamente com a gestão da Escola, tendo como liderança a diretora de ocasião, professora Maria Ozana Batista de Freitas da Silva, um projeto de escola comunitária para a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Poeta Mário Vieira da Silva, essa proposta contém disciplinas que atendem a produção local, seria, portanto, uma escola técnica, mas com o diferencial de atender às necessidades locais. As aulas práticas aconteceriam nas propriedades dos agricultores familiares, que também são pais dos estudantes, tornando a escola uma instituição que leva novidades tecnológicas

para os agricultores familiares, ao tempo em que atende as necessidades econômicas da comunidade. **(anexo. 5)**

A proposta pedagógica que aqui se apresenta, pode cumprir o papel de tornar a escola uma aglutinadora de conhecimentos científicos e humanos, a presença da instituição nas propriedades rurais tira a escola da redoma do currículo engessado, e lava a educação para aqueles que precisam resolver problemas práticos. Dessa maneira a escola passa a ser uma promotora de educação e desenvolvimento humano, tornando a educação e a produção um elemento de aglutinação social para o crescimento da localidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho iniciou-se com uma reflexão sobre a educação e as opções econômicas às quais o Brasil esteve sujeito, e em muitas dessas escolhas o país e seu povo não teve protagonismo, isso porque a matriz educacional sempre atendeu a interesses externos. Para preparar a população na sujeição ao projeto econômico aqui desenvolvido, a educação não era nenhuma prioridade, pois com um regime escravocrata, se necessitava apenas de mão-de-obra pesada, e a ignorância dos trabalhadores era um adicional necessário para perpetuar tal sistema.

Também foi salientado que quando se promoveu a educação profissional no Brasil, essa foi destinada ao tecnicismo no qual os profissionais saiam da escola preparados para uma reprodução do sistema capitalista estabelecido, não passando de um componente do mesmo, sem questionar e sem contribuir com o processo produtivo. Considerando nesse contexto que a educação do campo nunca promoveu uma afirmação para as famílias camponesas, sua cultura e seu trabalho, e, acima de tudo, de seu modo de produzir carregado de cultura e simbolismos que contribuiu na construção da nacionalidade e da construção indenitária do país.

Atualmente a situação não é nada animadora, o analfabetismo continua rondando a existência do país, sendo esse um gargalo evidente para o desenvolvimento social e econômico, evidenciando que é preciso se tomar decisões efetivas na construção de uma educação que mude de forma profunda essa realidade. A região Nordeste é uma das mais afetadas por esse índice, o que coloca a pesquisa que ora se encerra no centro dessa discussão, tendo em vista que a escola na qual o trabalho se realizou localiza-se em uma comunidade rural do interior do Nordeste brasileiro.

A Região **Nordeste** apresentou a maior taxa de analfabetismo (**13,9%**), em torno de quatro vezes maior do que as taxas estimadas para as Regiões **Sudeste** e **Sul** (3,5 e 3,6%, respectivamente). Na Região **Norte** essa taxa foi **8,0 %** e no **Centro-Oeste**, **5,4%**. A taxa de analfabetismo para os **homens** de 15 anos ou mais de idade foi **7%** e para as **mulheres**, **6,6%**. Para as pessoas **pretas ou pardas** (**9,1%**), a taxa de analfabetismo foi mais que o dobro da observada entre as pessoas **brancas** (**3,9%**). (PNAD, 2018)

Os resultados dessa pesquisa demonstram o quanto é incisivo essa realidade para a região, sendo quatro vezes mais o analfabetismo nessa região do que em

outras mais ricas do país, fica evidente a desigualdade regional do Brasil. Tal desigualdade separa um país continental, entre alguns que têm oportunidades e outros que as não têm por falta de uma educação que possa melhorar o acesso dessas pessoas ao mercado de trabalho, ou até mesmo promover uma mudança de mentalidade para promover o desenvolvimento econômico de maneira empreendedora com responsabilidade social e com aspirações na economia solidária.

O analfabetismo presente na região Nordeste de maneira mais incidente do que no Sul e Sudeste demonstra a necessidade de se pensar uma educação diferenciada para esse público, sempre pensando que essa educação precisa promover uma promoção social para mudar a realidade dessa parte do país. Esse trabalho teve por objetivo propor uma nova maneira de se fazer educação, alicerçada na realidade das comunidades e na produção econômica e de conhecimento.

Dessa forma, a educação profissional se torna uma possibilidade de promoção dessa nova maneira de tratar a educação, mas tendo o cuidado de não tornar esse ensino um pacote pronto para ser aplicado nos estudantes. Esse ensino profissional deve atender às demandas da comunidade onde a escola e seus estudantes estão inseridos, para que não se repita a maneira tecnicista de formar profissionais, como foi possível identificar nesse trabalho, tendo em vista que não basta formar trabalhadores, mas é preciso educar cidadãos para a vida.

Na Educação Profissional, que qualifica para o mercado de trabalho em um tempo mais rápido, os percentuais foram baixos entre 2016 e 2018. Por exemplo, dos estudantes da graduação, 8,5% frequentavam a graduação tecnológica e dos estudantes de ensino médio, 6,2% frequentavam o curso técnico de nível médio. (PNAD, 2018)

Pela pesquisa aqui apresentada, percebe-se que entre 2016 e 2018 a educação profissional vem diminuindo entre os jovens, o que demonstra que essa maneira de educação vem se retraindo no país nesses últimos anos, o que significa dizer que as classes menos favorecidas que dependem desse ensino para terem uma melhoria de salário em um menor espaço de tempo estão desassistidas. Portanto, a educação profissional deve de maneira definitiva estar na pauta de luta das comunidades mais carentes, e para isso, é necessário que a educação milite na

possibilidade de que a educação deve ser uma bandeira de luta da classe trabalhadora.

Em sendo a educação profissional uma necessidade das pessoas que precisam trabalhar para sustentar a si e suas famílias, é preciso que os estudantes tomem para si a tarefa de propor uma grade curricular que atenda às suas necessidades como profissional e como cidadãos. Para isso os estudantes precisam ter oportunidade de pensar a educação como um patrimônio de todos, ao lado dos professores, que precisam compreender a realidade local e a necessidade das famílias que ali vivem.

Diante dessa necessidade, a presente pesquisa se propôs em um primeiro momento pôr em prática uma maneira de melhorar a compreensão dos estudantes em relação ao conteúdo ministrado em sala de aula. Para experimentar uma nova forma de fazer educação, a práxis educativo-coletiva se apresentou como uma alternativa para desenvolver uma nova maneira de tratar os estudantes e sua relação com o conteúdo a ser ensinado, e na prática, como a pesquisa demonstrou, as “fichas” de avaliação possibilitaram que os aprendizes produzissem, auto avaliassem e fossem avaliados, mudando a perspectiva de como a educação pode ser efetivada.

Uma das propostas da práxis educativo-coletiva, é a economia propedêutica, que aproxima as pessoas das questões econômicas, fazendo com que a realidade social seja explicada também pela simplificação da relação do ser humano com o trabalho e a sustentação de sua prole. Em um segundo momento esse trabalho propôs uma nova proposta pedagógica, na qual o ambiente escolar fosse voltado para os interesses dos estudantes e de sua comunidade, para isso o pesquisador elaborou a proposta, já anexada a esse trabalho, que faz de modo simplificado uma proposta curricular para uma escola técnica na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Poeta Mário Vieira da Silva do Sítio Camará, Matinhas-PB.

A discussão sobre os rumos que uma escola rural deveria tomar, levou o pesquisador, a direção e demais membros da comunidade escolar, juntamente com o orientador professor doutor Antônio Roberto Faustino da Costa através do Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores PPGFP, da Universidade Estadual da Paraíba UEPB, a produzir essa proposta. A ideia principal desse novo modelo de escola seria aproximar a instituição das pessoas que

estavam diretamente ligadas a elas, com alunos, pais, professores, funcionários e demais entes que formavam a comunidade.

Como ação prática ficou decidido apresentar a proposta ao Orçamento Democrático, instrumento do Governo do Estado da Paraíba usado em regiões do estado para ouvir as propostas dos vários seguimentos da sociedade civil. No dia 29 de abril de 2017, a comunidade escolar se mobilizou e se dirigiu até a cidade de esperança, região do Orçamento Democrático que abrange o município de Matinhas, e apresentou oficialmente a proposta ao Governo da Paraíba, essa, portanto, era uma proposta construída pela pesquisa juntamente com a instituição escolar do camará da UEPB, atendendo à filosofia de educação proposta nesse trabalho. **(anexo. 6)**

Considera-se então que o projeto de uma escola técnica na Escola Poeta Mário Vieira da Silva trata-se de uma proposta pedagógica resultante desta pesquisa, dando vasão à ideia de que se precisa produzir conhecimento e proporcionar uma educação que valorize aqueles que produzem, não só o conhecimento teórico, mas economicamente, como é o caso da agropecuária presente na localidade. Bem como a escola se torna mais do que uma reprodutora de conhecimento, e passa a proporcionar à seus usuários uma plataforma de produção de tecnologias que vão interferir nos resultados econômicos e sociais da comunidade, criando assim uma nova matriz tecnológica.

No dia 25/01/2019, o Diário Oficial do Governo do Estado da Paraíba publicou um ato do poder executivo datado de 24 de janeiro do mesmo ano, que definia novas escolas cidadãs integrais, tornando a Escola Estadual de ensino Fundamental Poeta Mário Vieira da Silva em Escola Cidadã Integral Estadual de Ensino Fundamental Poeta Mário Vieira da Silva **(anexo. 7)**. Em parte, foi uma vitória para a pesquisa e para a comunidade, já que tornar a escola integral seria um dos passos para torna-la uma Escola Cidadã Integral Técnica, mesmo não sendo com a mudança de currículo que foi proposta.

Segundo o a Lei 11.100 de 06/04/2018, e publicado no dia 12 do mesmo mês a ano, as Escolas Cidadãs Integrais funcionarão da seguinte maneira:

Art. 2º Participam das Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas – ECIS as seguintes modalidades de ensino:
I – Ensino Fundamental II Integral;

- II – Ensino Médio Integral;
- III – Ensino Médio Profissionalizante Integral;
- IV- Socioeducação (Educação de Jovens e Adultos Integral).

Atualmente a Escola está atuando como Ensino média integral, mas as mudanças estruturais para esse novo modelo de escola ainda não foram feitas, o que deixa a escola em uma situação bastante difícil, pois tem que acomodar mais de uma centena de alunos em um espaço que não foi criado para esse fim. Por outro lado, houve uma resistência inicial por parte da comunidade escolar, pois pais professores e estudantes não tiveram uma participação efetiva nessa mudança, e ficou parecendo que a escola simplesmente passou a ser integral, sem haver a defesa da necessidade e as vantagens desse modelo de ensino.

Por outro lado, houve resistências por parte de alguns professores por se sentirem prejudicados de alguma maneira, a comunidade não compreendeu ainda essas mudanças por falta de comunicação entre a Secretaria de Estado de Educação e os membros da instituição. Mesmo com esses percalços a escola está funcionando, e vem ganhando simpatia das pessoas, de forma gradual, que funciona com a seguinte proposta pedagógica:

A proposta pedagógica das escolas do programa tem por base a ampliação da jornada escolar e a formação integral e integrada do estudante, buscando contemplar os aspectos cognitivos e socioemocionais a partir da observância aos seguintes pilares: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser (Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas Estaduais 2019, pg. 103).

Nesta proposta se percebe que um dos itens mais enfáticos dessas diretrizes é expandir a carga horária ao tornar o ensino integral, trata também das questões socioemocionais através dos pilares. A gênese do projeto traz aspectos que podem permitir um melhor aproveitamento dos estudantes, não só pelo aumento da carga horária, mas também por essa nova filosofia de tratar em sala de aula questões como aprender a fazer, conviver e ser, trazendo bem presente o caráter cidadão da escola.

Já no ensino técnico a orientação das diretrizes ressalta que se deve “Ofertar Cursos técnicos com carga horária mínima estabelecida pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT, de acordo com os cursos e Eixos Tecnológicos”. Entende-se que o curso técnico deve ser reconhecido pelos órgãos competentes, mas o que

entra em desacordo com a proposta desta pesquisa, é o fato de que todo o modelo curricular já vem proposto, tanto pelo estado em suas diretrizes, como pelo Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, deixando a desejar, portanto, o quesito realidade local.

A proposta pedagógica desta pesquisa, já anexada a este trabalho, propunha que as disciplinas técnicas contemplassem as culturas agrícolas e as criações pecuárias presentes na comunidade, propostas não evidentes nas leis e diretrizes que foram expostas aqui. A impressão deixada pela implantação da ECI no Sítio Camará, no município de Matinhas-PB, mais parece um engessamento curricular das já tradicionais investidas do poder público na educação.

Cumprindo a tarefa de propor uma educação que valorize o local, tornando a escola um lugar de vivências camponesas e de produção de saberes tecnológicos, econômicos e tendo os provedores e suas famílias como instrumentos centrais dessa maneira de educar, acredita-se que essa pesquisa é uma contribuição para futuras investidas no intuito de flexibilizar o currículo em prol de quem necessita de uma educação transformadora.

REFERÊNCIAS

BASSO, Jaqueline Daniela; NETO, José Leite dos Santos; BEZERRA, Maria Cristina dos Santos (Orgs). **Pedagogia histórico-crítica e educação no campo**: história, desafios e perspectivas atuais. São Carlos, SP: Pedro & João Editores e Navegando, 2016. 305p.

BERGAMO, Pedro. **A realização da Proposta Pedagógica “Fasbiana” (PPF)**: primeira etapa: Acolhimento dos Ingressantes. Barreiras, BA: FASB/DAC/CONSER, 2015.

BERGAMO, Pedro. **A realização da proposta pedagógica “fasbiana” (PPF)**: segunda etapa: autoaplicação do objeto. Barreiras, BA: FASB/DAC/CONSER, 2016.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 20 dez 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Orientações curriculares nacionais do ensino médio**: ciências da natureza, matemática e suas tecnologias. Brasília, 2006. v. 2

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: Por uma educação do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

CARVALHO, Leandro. "Colonização do Brasil "; **Brasil Escola**. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/colonizacao-brasil.htm>>. Acesso em 19 de março de 2018.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

COUTINHO, Adelaide Ferreira .Aurora ano III número 5 - DEZEMBRO DE 2009
____ISSN: 1982-8004 www.marilia.unesp.br/aurora Acesso em: 16/09/2018.

CUNHA, Euclides. **Os Sertões**. São Paulo, Martin Claret, 2016

DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade/Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). – Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. - São Paulo : Atlas, 2002.

GOMES. Laurentino. **1822**: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudou D. Pedro a criar o Brasil, um país que tinha tudo para dar errado. Rio de Janeiro. Nova fronteira, 2010.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, uma marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a proclamação da República no Brasil. São Paulo. Globo, 2013.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 27ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2014.

IBGE, Comunicação Social, 29 de setembro de 2003. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxhtml.shtm>

LOPES, Sérgio Luiz. **Práticas educativas na educação do campo**: desafios e perspectivas na contemporaneidade. Boa Vista. Editora da UFRR, 2015.

MACIEL, Raimundo Claudio Gomes (Org.); PENHA, Débora de Lima Braga; CAVALCANTE FILHO, Pedro Gilberto; SOUZA, Dieime Lopes de; SILVA, Paulo Alves da; SANTOS, Francinei S. Lima dos. Revista de Economia Agrícola v. 54 (2007) - São Paulo Instituto de Economia Agrícola, 2007. (Série Ciência Apta).

MOLINA, Mônica Castagna. **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. – Brasília : Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. **O Processos de ocupação do espaço agrário da Paraíba**. UFPB/NDIHR Nº 24, Setembro de 1990.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**: Colônia. 1ª ed. São Paulo. Companhia das Letras, 2011.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo. Brasiliense. 2012

RAMOS, Graciliano. **Vidas Secas**. 134ª edição – Rio de Janeiro: Record, 2017.
RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil, 3ª ed. São Paulo. Global, 2015.

SANTOS, Arlete ramos dos (org.). **Educação do campo** / SILVA, Geovani de Jesus; SOUZA, Gilvan dos Santos. Ilhéus, BA: Editus, 2013.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 4ª edição. Campinas-SP. Autores Associados, 2013.

THIOLENT, Michel. Anotações críticas sobre a difusão de tecnologia da modernização. **Ciência & Tecnologia**, São Paulo, 1984. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/> acesso em: 11/10/2016.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação**: uma introdução metodológica. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

ANEXO 1

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 6,0 Het: 8,0 A2: 9,0
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... Na escola aprendemos conteúdos que passam pelo estudo - é no momento futuro, quando as famílias frequentam uma escola e para desenvolvermos, tendo que ser melhorada para ser uma pessoa melhor e, onde não ajudamos muito no momento da vida - da vida para ter sempre um tempo e pensar para coisas pequenas.	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 6,0 Het: 7,5 A2: 9,5
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... De uma forma, fica parecendo que se fossem os criados que cometa a frequentar uma escola, mas sabia de muita coisa sobre + vai aprender tudo que é museus.	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 6,0 Het: 9,0 A2: 8,0
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... Entendi que nos damos como povos que, somos os meliores e vamos aprendendo com o tempo a cada vez mais, e que sempre vamos ali para aprender, entendi também que ninguém é totalmente ignorante que sempre alguém sabe de alguma coisa diferente.	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 7,0 Het: 7,0 A2: 8,5
Data: 21/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... OS SABERES QUE APRENDEMOS NO CAMPO FICAM ATÉ MORREMOS POIS É DIFERENTES DOS CONHECIMENTOS QUE APRENDEM NA CIDADE, QUANDO SOMOS CRIANÇAS FREQUENTAMOS A ESCOLA PARA APRENDER O NECESSÁRIO PARA SER UMA MELHOR E UM BOM PROFISSIONAL E APRENDER COM AS EXPERIÊNCIAS DOS POVOS MAIS VELHOS.	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 7,0 Het: 7,0 A2: 9,0
Data: 11/20/18	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... Saberes dos Povos do Campo é falar sobre o campo e explicar para as outras pessoas para que elas ainda não sabe sobre isso.	

Povos do

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 6 Het: 9,0 A2: 9,5
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... por meio de nossos conhecimentos, fundados por nossos pais e familiares em casa por meio do trabalho e da convivência, que poderemos aprender outros conhecimentos, por meio da escola e por meio da imersão desse dos conhecimentos que formamos um conhecimento nosso que levamos para vida.	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 8,5 Het: 9,0 A2: 9,0
Data: 11/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... Todos os saberes que nós aprendemos na agricultura e muita diversidade das pessoas que vivem na cidade, e isso quanto aprendemos na escola e precisamos para ter uma vida bem digna e um trabalho muito e sempre seguir todos os ensinamentos dos grandes meus velhos.	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 7,0 Het: 9,0 A2: 10,0
Data: 11/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... O saber aprendemos desde que nascemos, mas que com o tempo vamos realmente aprendendo a conhecer e que podemos aprender na escola, mas por exemplo um agricultor ele vai saber tudo sobre a agricultura e se a pessoa da cidade por exemplo um médico realmente não vai saber o que é, ele precisa apenas ter o conhecimento.	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		Disciplina: História
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Professor(es): Sandro Garcia
Turma: 2º ano		A1: 8,5 Het: 8,5 A2: 8,5
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]		
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
<p>A maneira que aprendemos no campo é diferente das maneiras de idade, mas na escola aprendemos a maneira, aprendemos coisas que no campo não aprendemos, mas sem nada, aprendemos coisas, seja numa escola particular ou pública, aprendemos em casa mesmo, sem as coisas de tudo dependendo das condições etc.</p>		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		Disciplina: História
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Professor(es): Sandro Garcia
Turma: 2º ano		A1: 7 Het: 9,5 A2: 9,5
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]		
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
<p>Que é preciso saber um pouco de todas as disciplinas para que possam ajudar de alguma forma, que não importa se tem disciplinas diferentes, mas as outras mas todas devem saber pelo menos um pouco que seja relacionado ao campo. É a partir do que aprendemos que poderemos como trabalhar no campo.</p>		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		Disciplina: História
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Professor(es): Sandro Garcia
Turma: 2º ano		A1: 8,5 Het: 8,5 A2: 8,5
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]		
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
<p>Foi entendido que quando os pais colocam seus filhos na escola e os pais não aprenderem nada mais conhecimentos, pais quando vão para escola eles sabem de alguma coisa passada pelos pais, avós, pais, familiares e povos da comunidade, pois somos uma base e eu ir para escola vamos a procura de mais conhecimentos e ir além de um diploma para ser alguém na vida.</p>		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1.9 Het 8,0 A2. 30
Data 20/11/2019	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>Personas de campo são pessoas extremamente inteligentes, idemntalmente técnicas para plantar e sobreviver. Tem um conhecimento superior as pessoas da cidade, pelo simples fato</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1.75 Het 8,0 A2. 2,0
Data 20/11/2019	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>Ninguém chega em um campo sem trazer de casa, isso mesmo ser o conhecimento que vem de casa. O saber da parcela e brigaçador, para que possamos ser alguém que não se tem a estudar, seja em qualquer escola ou pública ou particular.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1.79 Het 9,5 A2. 8,5
Data 20/11/2019	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>na escola aprendemos as disciplina mas em casa e no campo aprendemos coisas diferentes tipo saber o tempo de plantar e da colheita.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1.81 Het 9,0 A2. 10,0
Data 20/11/2019	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>Saberes do campo tem haver com a realidade dos agricultores em que usam para engraxar em seu dia-a-dia. Tem no trabalho quanto em seu trabalho, eles pensam para se bem descontentes e que sabem para que serve de nome para apressar demais os meios, tem haver com o saber com o saber imediato com ninguém para fazer de nada, a mais tem haver com a morte, e a realidade vivenciada.</p>	

ANEXO 2

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1.9 Het.8,0 A2.30
Data: 20/11/2019	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>Pessoas de campo são pessoas extremamente inteligentes, idemntalvem técnicas para plantar e colheita. Tem um conhecimento superior as pessoas da cidade, pelo simples fato</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1.7,5 Het.8,0 A2.2,0
Data: 20/11/2019	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>Ninguém chega em um campo sem saber de nada, isto mesmo ser o conhecimento que vem de casa. O saber da família é passado para os filhos, para que possam ser alguém no mundo e ter orgulho na vida. Precisamos aprender a trabalhar, seja em qualquer escola ou pública ou particular.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1.7,9 Het.9,5 A2.8,5
Data: 20/11/2019	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>Na escola aprendemos as disciplinas, mas em casa e no campo aprendemos coisas diferentes tipo saba e tempo de plantar, de colheita.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1.5,8 Het.9,0 A2.10,0
Data: 20/11/2019	Conteúdo da(s) aula(s): Saberes dos Povos do Campo
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>Os valores do campo tem honra com a realidade dos agricultores em que usam para engraxar em seu dia-a-dia. Tem no trabalho quanto em suas atividades, eles passam para os filhos, para que possam ter o mesmo conhecimento que os pais tem. Tem honra com o saber e com o valor imaterial que ninguém pode tirar de você, a mais valia que a escola, e a realidade vivenciada.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História	
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1: 8,1 Hct: 8,0 A2: 9,0	
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
Entendi que os direitos humanos tem que ser iguais para todos e que todos tenham condições dignas de vida. Também os direitos que tem que ser igual para todos os seres huma-		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História	
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1: 8,0 Hct: 8,5 A2: 10,0	
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
Todos nós precisamos e temos direito de ter "Os direitos humanos" pois precisamos de alimentação, moradia, vestuário e etc. Também temos que ter igualdade entre os direitos com todos obtendo direitos iguais não explorados ou desqualificados. Além dos direitos humanos adquirimos uma melhor condição de vida com uma estrutura melhor sem interferir nem esquecer da natureza com o meio e promovendo as condições de vida.		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História	
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1: 8,0 Hct: 8,5 A2: 9,5	
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
Os direitos humanos com uma forma bem simples de ganhar os seus próprios sustentos para que os seres humanos tenha uma vida bem digna e uma boa educação para todos os cidadãos.		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História	
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1: 8,0 Hct: 8,0 A2: 9,5	
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
Direito humano mas não a garantia dos países direito a alimentação e acesso às produções. Agricultores produzem alimentos e vendem, e acaba mais lucrando com o que gostou, coisa que nos supermercados se torna muito mais caro.		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História		
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 8,11 Het: 8,0 A2: 9,0		
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
Entendi que os direitos humanos tem que ser iguais para todos e que todos tenham condições dignas de vida. Também os alimentos que tem que ser igual para todos os seres huma-			

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História		
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 7,0 Het: 8,5 A2: 10,0		
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
Todos nós precisamos e temos direito de ter "os direitos humanos" pois precisamos de alimentação, moradia, saúde e etc. Também temos que ter igualdade entre os direitos. Sem todos obtendo direitos iguais num planeta onde a desigualdade de. Xícron dos Direitos humanos admissíveis uma melhor condição de vida sem uma estrutura melhor sem interferência nem esquecer da preservação em ambientes e promovendo as condições de vida.			

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História		
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 8,0 Het: 8,5 A2: 9,5		
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
Os maiores direitos com uma forma bem simples de ganhar os seus próprios sustento para que os seres humanos tenha uma vida bem digna e uma boa educação para todos os cidadãos.			

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História		
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1: 8,0 Het: 8,0 A2: 9,5		
Data: 21/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Direitos Humanos		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
Direito humano mais ser a garantia dos povos, direito a alimentação e acesso os produtores. Produtores produzem alimentos e vendem, e acaba mais lucrando com o que custou, coisa que nos supermunicados se torna valioso demais			

ANEXO 3

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTÚDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1: 8,0 Hct: 8,0 A2: 8,0
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... <i>Eu entendi que a comunidade comunitária presen da agricultura fami- liar e a família que produz a propria agricultura e quando precisa mesmo que coleram trabalhadore mais, parte principal fica ainda com a família pois e preciso ter dinheiro para pagar despesas com Salario de professor, funcionarios e manutenção do prédio merenda para que possa frequentar-la</i>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTÚDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1: 8,0 Hct: 8,0 A2: 8,0
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... <i>Eu entendi que produção comunitaria e, todos trabalham juntos, como um grupo, sem depender uns dos outros, computadores, um ajudando o outro, cada um com seu dinheiro, mas esse dinheiro não se e para eles, mas sim para o mercado de trabalho, impostos, escolas, hospitais etc, para pagar os impostos e despesas do estado, hospitais mercado de trabalho.</i>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTÚDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1: 5,0 Hct: 8,0 A2: 10,0
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... <i>A produção comunitaria e uma em que não e no um agricultor ou uma família que produz mais num lugar a comunidade com integrantes plantando em algumas variedades sendo assim policultivo. A agricultura familiar e onde ocorre um trabalho em conjunto em que todos as familiares fazem sua parte.</i>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTÚDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]	A1: 7,5 Hct: 8,0 A2: 10,0
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que... <i>Benemere e economizar tudo aquilo que que gastamos, por exemplo: o gasto de energia, água etc para que não seja um gasto muito, com a produção de tudo isso para pagar escola, hospitais etc.</i>	

Curso: Ensino Médio E. E. E. F. M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História	Professor(es): Sandro Garcia
Turma: 2º ano	A1.70	Het. 80 A2.100
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]		
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
<p>Produção é algo que produz qualquer coisa como plantações de alimentos e criação de animais que isso se chama agricultura. E comunitária é esse tipo de comunidade produz o mesmo produto como na cidade de Marinhá.</p>		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		
Curso: Ensino Médio E. E. E. F. M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História	Professor(es): Sandro Garcia
Turma: 2º ano	A1.6	Het. 80 A2.80
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]		
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
<p>Como a economia se tornou-se uma coisa onde pessoas a giram de acordo com o interesse de ganhar cada dia mais, sem pensar nas consequências.</p>		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		
Curso: Ensino Médio E. E. E. F. M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História	Professor(es): Sandro Garcia
Turma: 2º ano	A1.95	Het. 85 A2.80
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]		
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
<p>Eu entendi que existem vários produtores, a de lavagem e de roupa, e que sempre tem imposto para pagar, que a economia é uma coisa que que sempre tem que pagar imposto que não tem nada nem mesmo nesse tipo de família em outros casos.</p>		

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO		
Curso: Ensino Médio E. E. E. F. M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História	Professor(es): Sandro Garcia
Turma: 2º ano	A1.95	Het. 70 A2.100
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]		
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária	
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...		
<p>Tem que plantar, regar para que não perca a semente e tem que cuidar muito bem as plantações tipo: milho, feijão, morango, laranja e etc...</p>		

Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia	A1.70	Het. 80	A2. 100
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]				
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária			
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...				
<p>Produção é algo que produz qualquer coisa como plantações de alimentos e criação de animais que isso se chama agropecuária. É comunitária é que tipo a comunidade produz o mesmo produto como na cidade de Marinhão.</p>				

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO				
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História			
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		A1.6	Het. 8,0 A2. 8,0
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]				
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária			
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...				
<p>Como a economia se tornou-se uma coisa onde pessoas a giram de acordo com o interesse de ganhar cada dia mais, sem pensar nas consequências.</p>				

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO				
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História			
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		A1.80	Het. 8,5 A2. 80
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]				
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária			
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...				
<p>Eu entendi que existem vários produtores, a de lavagem ou de roupa, e que sempre tem imposto para pagar, que o dinheiro é uma coisa que se ganha, tem que pagar imposto por isso mesmo nesse tipo família, em outros casos.</p>				

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO				
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História			
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		A1.95	Het. 7,0 A2. 10,0
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]				
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária			
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...				
<p>Tem que plantar, regar para que não possa morrer e tem que cuidar muito bem as plantações. Tipo: milho, feijão, macaca, bononi- na, batatinha e etc!</p>				

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]	Al. 80 Het. 9,0 A2. 10,0
Data: 20/11/2018	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>uma produção em é feita com a ajuda da sua família, onde ocorre a exploração da terra para produzir seus produtos. Geralmente é produzido em pequenas propriedades e a venda é feita de modo direto aos consumidores ou no feirinha.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]	Al. 7,0 Het. 8,0 A2. 9,0
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>a Produção Comunitária é uma produção que envolve não só uma pessoa mas um grupo de pessoas que trabalham em uma comunidade para fazer obras de produção para que possam ajudar a sociedade, para ser uma produção comunitária.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [Redacted]	Al. 7,5 Het. 8,0 A2. 8,5
Data: 20/11/18	Conteúdo da(s) aula(s): Produção Comunitária
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>Que a produção é uma maneira de explorar a terra e a própria família, e a produção em pequenas propriedades e a venda geralmente é feita através de atravessadores e na venda na Feira, e também pagam impostos onde é revertido para os serviços do governo no Brasil.</p>	

ANEXO 4

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.79 Het.75 A2.90
Data: 06/12/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
As tecnologia da escola tem mais evoluído mais, e tá cada vez jogando mais a vida cada uma pessoa tá usando celular cada dia tá usando também as novas com mais funções e isso facilita muito.	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.80 Het.80 A2.85
Data: 06/12/2018	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
As novas tecnologias surgiram para facilitar a vida das pessoas nas suas atividades diárias.	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.70 Het.75 A2.70
Data: 06/12/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
As novas tecnologia estão evoluindo para ajudar as áreas de áreas principalmente agricultura	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.70 Het.80 A2.70
Data: 6/12/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
O texto fala das novas tecnologias os meios de transportes de ônibus, para o mundo de hoje. Tecnologias e também a produção de um problema	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTEÚDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.6 Het. 9.0 A2.9
Data: 06/12/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>que antes não existia enxada, foice, arado de tração animal, eles usavam pedras. É um dos maiores problemas era a falta de estudos, a falta de dinheiro pois as empresas precisavam de compradores que dessem muito lucros.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTEÚDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.6 Het. 9.0 A2.9
Data: 06/12/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>As novas tecnologias, estão se espalhando cada vez mais, muitas famílias estão sempre trabalhando para adquirir e melhorar produtos para o consumo.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTEÚDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.5.0 Het. 9.0 A2.10.0
Data: 06/12/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>As novas tecnologias tem ajudado muito na agricultura, são as máquinas e os meios para os recursos tecnológicos e trabalho manual, através delas é possível produzir e colher muito mais rápido. Tem influenciado muito no campo agrícola, mais também, não são todos que podem adquirir essas máquinas, devido a falta de dinheiro dos agricultores não tem e mais somam um grande investimento na agricultura comercial.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTEÚDO	
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.5.0 Het. 9.0 A2.10.0
Data: 06/12/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...	
<p>A tecnologia são ferramentas para facilitar diferentes atividades, e a tecnologia está cada vez maior e com isso a agricultura e tecnologia de um produto mais certo ele é e o maior problema disso é a falta de estudo para implantar a atividade econômica.</p>	

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Disciplina: História	
Turma: 2º ano		Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]		A1.8,0	Het.8,0 A29,0
Data: 06/10/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
<p>Eu entendi que a cada um que se passa por tecnologia tem o seu lado e a agricultura também mas o bom é que sempre no mesmo tempo enquanto o mundo se consome problemas por culturas.</p>			

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Disciplina: História	
Turma: 2º ano		Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]		A1.6	Het.7,5 A2.5,0
Data: 06/10/2018	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
<p>O texto nos mostra como as tecnologias em ferramentas e técnicas para melhorar a agricultura, nos ajuda possibilita entender de uma melhor maneira, e como ajuda na evolução evolução de animais.</p>			

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Disciplina: História	
Turma: 2º ano		Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]		A1.8,7	Het.9,0 A29,5
Data: / /	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
<p>Os produtores com uma renda maior tem como compra os equipamentos da tecnologia que está sendo utilizada, e os produtores que não possuem não tem condições de adquirir os meios para sua produção e é principalmente usada a mão de obra humana.</p>			

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva		Disciplina: História	
Turma: 2º ano		Professor(es): Sandro Garcia	
Nome do(a) Aprendiz: [redacted]		A1.8,0	Het.8,5 A2.8,5
Data: 05/12/2018	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
<p>As novas tecnologias são mais aplicadas para a população que tem dinheiro para comprar porém a agricultura camponesa ainda continua a trabalhar na terra com feição, encada e etc de seja basicamente de forma local.</p>			

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História		
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.76 Het.8d A2.99		
Data: 6/12/2018	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
Que as tecnologias são para melhorar e facilitar a vida das pessoas.			

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História		
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.8d Het.85 A2.90		
Data: 6/12/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
Que o produtor pequeno não tem dinheiro para comprar máquinas para ajudar na produção e um serviço de mão de obra humana. Já um produtor grande tem dinheiro para adquirir maquinário de ponta para sua produção e não precisa de muito mão de obra pois ele opera qual as máquinas.			

FICHA DE AVALIAÇÃO por PRODUÇÃO, mediante REGISTRO de FUNDAMENTALIDADE do CONTUDO			
Curso: Ensino Médio E. E. E. F.M. Poeta Mário Vieira da Silva	Disciplina: História		
Turma: 2º ano	Professor(es): Sandro Garcia		
Nome do(a) Aprendiz: [REDACTED]	A1.7f Het.7f A2.80		
Data: 6/12/18	Conteúdo da(s) aula(s): NOVAS TECNOLOGIAS		
Do texto que eu acabei de ler e ouvir a explicação do professor, eu entendi que...			
As tecnologias são uma boa ferramenta para ajudar os trabalhos das pessoas, e também que as pessoas estão sempre melhorando essa tecnologia.			

ANEXO 5

Escola Estadual de Ensino Fundamental Poeta Mário Vieira da Silva

Sítio Camará, Matinhas PB, CEP 58.128-000

**Projeto para a implantação do Ensino Médio Profissionalizante em
Citricultura, Agricultura Familiar e Agroecologia em caráter integral**

Matinhas, 29 de abril de 2017

1. Introdução

A Escola Estadual de Ensino Fundamental Poeta Mário Vieira da Silva que está localizada no Sítio Camará no município de Matinhas no estado da Paraíba, à 150 km da capital João Pessoa, Esta conta com 236 estudantes. Essa é uma das poucas escolas estaduais de ensino fundamental presente na zona rural do estado, e está inserida no Arranjo Produtivo Local da laranja.

Apesar de ser um município pequeno com 4.321 habitantes, segundo o IBGE no senso de 2010, é o maior produtor de tangerinas do Nordeste brasileiro, e tem aproximadamente 80% de sua população vivendo no campo. Essa escola tem a totalidade de seus alunos como membro de famílias de agricultores que trabalham em regime de mão-de-obra familiar, residentes nessa e em comunidades circunvizinhas.

Considerando o que diz (SOUSA (Org.), p. 237, 2016) sobre a necessidade dos inarredáveis limites das projeções do pensar e dos artifícios do agir, entende-se que a escola deve se comprometer com uma educação onde os educadores estejam sintonizados com a realidade dos educandos e de suas famílias. Pensar então, como a escola pode contribuir para uma ação efetiva na vida dessas famílias, através da forma de agir.

Para tanto, propõe-se que a instituição escolar tenha como base de sua atuação comunitária a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos que vivem naquele local. Para isso a Escola Poeta Mário Vieira da Silva poderá a partir desse projeto criar uma sequência didática, com temas transversais sobre as atividades econômicas, formas de comercialização, tecnologias que melhorem os ganhos (excedentes), para que as famílias (prole) se apropriem de um aumento do resultado financeiro, que acarretará na melhoria de vida dos indivíduos envolvidos.

Por outro lado, as comunidades rurais estão em um sistema de produção não atualizado historicamente em relação ao capitalismo do agronegócio a agricultura familiar em várias partes do Brasil, inclusive no município de Matinhas, não está atualizada tecnologicamente com o sistema capitalista e modernizador que rege a economia,

Com a modernização pretende-se mudar a mentalidade tradicional das populações rurais do terceiro mundo através de uma combinação de efeitos dos meios de comunicação de massa e da influência interpessoal de agentes de desenvolvimento, inclusive aqueles que são funcionários de organismos de países metropolitanos. (THIOLENT, 1984, p. 28)

De acordo com essa colocação, comunidades como as do meio rural de Matinhas, vem desde a década de 1960 passando por esse processo de modernização que tem um pesado poder ideológico difundido pela mídia de forma massiva (THIOLENT, 1984, P. 31). Para reagir a isso, a escola deve estar ciente dessa investida dos países ricos em implantar um modelo produtivo que sirva seus interesses e não aos dos povos locais, e para tanto, essa instituição precisa estar amplamente ciente de seu papel mobilizador.

A comunidade que queira se posicionar na condição de promotora de indivíduos emancipados, tem por objetivo agir de forma coletiva para melhorar a sua qualidade de vida, aumentando assim a dignidade das pessoas que nela vivem, para tanto esse projeto pretende propor através de uma ação e reflexão com relação a produção geral de excedente, uma forma de melhorar o processo educacional visando uma nova ação dos docentes no que se refere a inserção das famílias de agricultores familiares como membros autônomos dos sistema produtivo.

Trata-se de mudança no sentido de que sua necessidade se torne convincente por força de um determinado e próprio objeto de ensino, esse a ser seguido por docentes e operados por instituições cujos os dirigentes previnam confusão entre religiosidade e magia, de forma que, apoiados na incontinuidade por entre as respectivas idealizações, promovam o desenvolvimento humano e material. (SOUSA (Org.), p. 237, 2016)

Quando a instituição possibilita o desenvolvimento humano, o educando passa a ser o fim de todo o processo, sendo essa uma escola rural, a educação deve envolver tecnologias para a melhoria da produção das famílias envolvidas, promovendo de forma sustentável a produção de excedente para sustentar os membros da comunidade e suas respectivas proles.

Nesse sentido, compreende-se que essa escola está preparada, por sua conjuntura social e local, para receber um ensino médio profissionalizante. Essa proposta se tornaria real a partir da reforma do ensino médio aprovada pelo Governo Federal, essa escola atenderia as necessidades locais do arranjo produtivo da laranja, que envolve vários municípios do Brejo e Agreste paraibano, com destaque para Matinhas.

2. Justificativa

Matinhas é reconhecida nacionalmente pela produção de tangerinas, dentro dessa realidade muitos projetos e ações foram colocados em prática, tais como uma cooperativa (COOPERTANGE), e para essa entidade foram destinado recursos públicos para a criação de

uma casa de beneficiamentos, mas devido a falta d organização dos associados, esse local nunca funcionou, e o maquinário esta em franca depreciação.

Também foi feita um estufa para a produção de mudas certificadas, mas essa nunca foi usada até um vendaval destruir suas instalações. Por outro lado os citricultores que são também agricultores familiares têm muita dificuldade em aceitar tecnologias, mesmo agroecológicas, que venham melhorar a produção de citros. Bem como, a maior parte desses plantam tangerinas na condição de monocultura, o que dificulta o bom andamento econômico da unidade de produção.

Por isso entende-se que uma escola voltada para a formação dos filhos desses agricultores seria a forma mais eficaz para trabalhar noções econômicas e sociais como o cooperativismo, e o uso de técnicas alternativas para a agricultura familiar com ênfase na agroecologia. Desse modo, o ensino técnico junto ao ensino médio cumpririam a tarefa de mudar a realidade local daquela comunidade, e de todo o arranjo produtivo da laranja, bem como, demais agricultores familiares da região.

Objetivos

Geral:

Tornar a escola Poeta Mário Vieira da Silva, em uma escola de ensino médio profissionalizante, com ênfase na citricultura, agricultura familiar e na agroecologia.

Específicos:

- » Tornar a escola um espaço que proporcione através de oficinas, palestras aulas de campo e visitas nas unidades familiares de produção, um observatório que irá proporcionar a interação entre a realidade da comunidade, no que se refere à atividade agropecuária, e as aulas teóricas no ambiente escolar;

- » Usar o espaço escolar para promover através da pesquisa participativa, uma ação reflexiva na intensão de mudar a realidade da comunidade no intuito de torna-la independente através da atividade de atores sociais emancipados;

- » Analisar o impacto das condições econômicas, exercida pelo modo de produção vigente na comunidade, e elaborar ações que torne o crescimento econômico em ganhos sociais em benefício das pessoas;

» Contextualizar a práxis educativo-coletiva com a realidade escolar, possibilitando uma ação seguida de reflexão dos temas a serem abordados, sempre em consonância com aquilo que pode efetivamente proporcionar melhorias de vida às pessoas envolvidas.

Esboço de grade curricular

Atendendo as necessidades de um ensino integral, pois teriam que cumprir a carga horária do ensino médio e técnico, durante um turno se ministrariam aulas no ensino médio, mas sempre como temas transversais relacionados a agricultura e a outras questões locais, compostos de: Língua Portuguesa, Língua Inglesa, Matemática, Geografia, História, Biologia, Física, Química e Educação física.

Em outro turno, aulas teóricas e práticas sobre temas da agricultura familiar, como ênfase para a citricultura, diversificação da produção, usando de técnicas alternativas ligadas a agroecologia, suinocultura, avicultura, meliponicultura e piscicultura. Além de práticas conservacionistas do solo como compostágens, minhocários, biofertilizantes e culturas agrícolas para a cobertura e recuperação de solos degradados.

Considerações finais

Desse modo, a escola estaria se comprometendo com o seu público, a comunidade escolar, ao valorizar as vocações econômicas locais, através de um ensino que priorize a ação, nas unidades familiares de produção e na própria escola, e a reflexão através das aulas teóricas.

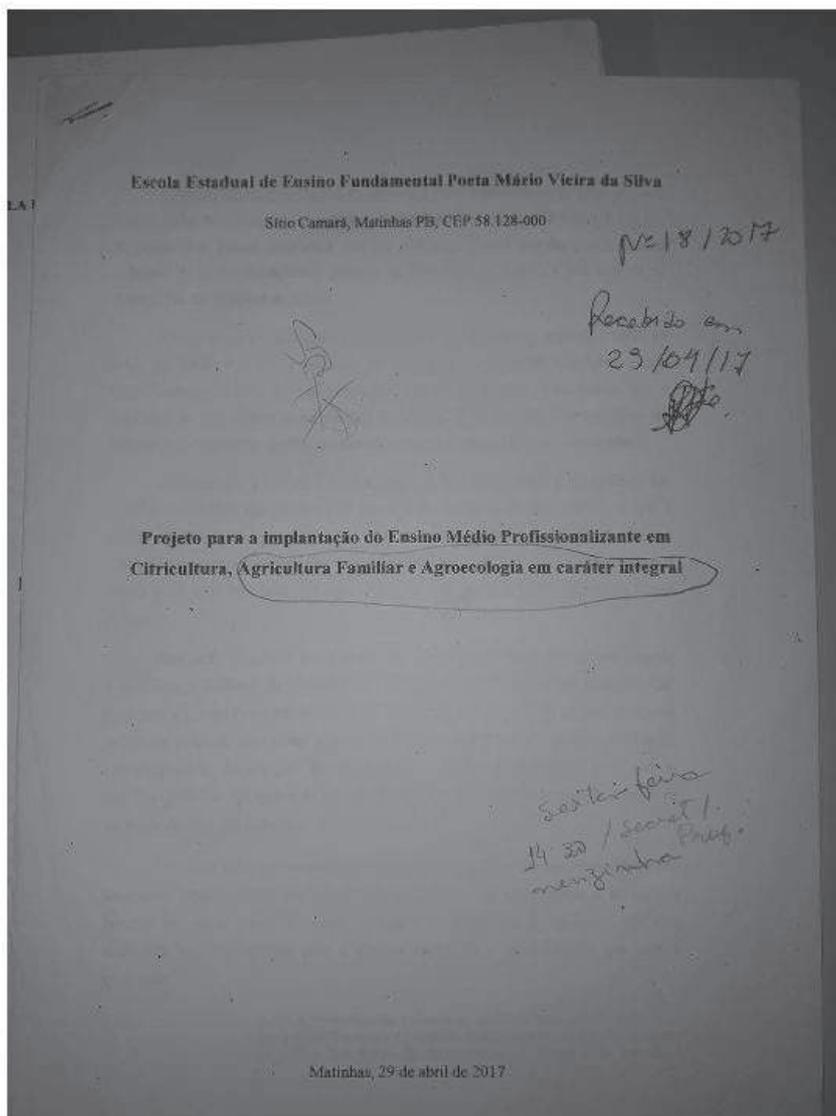
Essa escola cumpriria um papel social e de formação que pode mudar a realidade local, formando uma geração de agricultores familiares capazes de valorizarem seu local, sua cultura e sua atividade de subsistência, e ao mesmo tempo, gerando renda para sua família e contribuindo com a economia local.

Referências

COSTA, Antônio Roberto Faustino da; BERGAMO, Pedro; LUCENA, Roberto Marden. A utopia em questão: desalheamento educacional à objetividade. In: SOUSA, Cidival Morais de (Org.). **Um convite à utopia**. [Livro eletrônico]./- Campina Grande, PB: EDUEPB, 2016. Disponível em: <http://www.uepb.edu.br/ebooks>

THIOLENT, Michel. **Anotações críticas sobre a difusão de tecnologia da modernização.** Ciência & Tecnologia, São Paulo, 1984. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/> acesso em: 11/10/2016.

ANEXO 6



ANEXO 7

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DECRETO N° 38.941 DE 24 DE JANEIRO DE 2019.

Altera o art. 1° do Decreto n° 38.672, de 27 de setembro de 2018, que convoca a 9ª Conferência Estadual de Saúde da Paraíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso IV, da Constituição do Estado da Paraíba.

DECRETA:

Art. 1° O art. 1° do Decreto n° 38.672, de 27 de setembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° Fica convocada a 9ª Conferência Estadual de Saúde da Paraíba, a realizar-se nos dias 04, 05 e 06 de junho de 2019, em João Pessoa - PB, com o tema " Democracia e Saúde: Saúde como Direito, Consolidação e Financiamento do SUS".

Art. 2° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, em João Pessoa, 24 de janeiro de 2019; 131ª da Proclamação da República.

JOÃO AQUELDO LINS FILHO
Governador

DECRETO N° 38.942 DE 24 DE JANEIRO DE 2019.

Altera o Decreto n° 33.884, de 03 de maio de 2013.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86, inciso VI, da Constituição do Estado, tendo em vista a necessidade de correção e aprimoramento do Decreto 33.884, de 03 de maio de 2013.

DECRETA:

Art. 1° Ao artigo 1° do Decreto 33.884, de 3 de maio de 2013, será incluído o parágrafo único, passando a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1°

Parágrafo único. Nos casos que se tratar de programas de serviços essenciais à educação, como transporte escolar, a formulação, operacionalização e execução do repasse seguirá as regras de um instrumento normativo específico, deferido pela Controladoria Geral do Estado."

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, em João Pessoa, 24 de janeiro de 2019; 131ª da Proclamação da República.

JOÃO AQUELDO LINS FILHO
Governador

DECRETO N° 38.943 DE 24 DE JANEIRO DE 2019.

Declara de Utilidade Pública para fins de desapropriação, o imóvel que menciona e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, Inciso IV, da Constituição do Estado e tendo em vista o Artigo 5 alínea "I" e o Artigo 6° do Decreto-Lei Federal n° 3.365 de 21 de junho de 1941, com suas posteriores modificações.

DECRETA:

Art. 1° Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, uma área de terra de 450,00m², sem benfeitorias, localizada no Município de Galante, a margem esquerda da Rodovia PB-100, trecho Galante/Fagundes-PB, confrontando-se pelo lado direito com terras do Sr. Hércules Alexandre Dorand; lado esquerdo com terras do Sr. José Ronaldo Maia Correia; frente com a Rodovia PB-100 e fundos com terras pertencente as herdeiras Ana Lígia Soares Amorim, Maria Goretti de Andrade, Clara Maria Soares Amorim e Isabel Cristina Soares Amorim, localizada no Município de Galante Galante Fagundes/PB.

Art. 2° O imóvel a que se refere o artigo anterior destina-se à execução da obra de construção do alargamento da ponte sobre o Rio Surubi na Rodovia PB-100, Trecho: Galante/Fagundes- PB.

Art. 3° É de natureza urgente a desapropriação de que trata este Decreto, para efeito de imediata imissão na posse do imóvel descrito, de conformidade com o disposto no artigo 15 do Decreto -Lei n° 3.365/41.

Art. 4° Ficam a Procuradoria Geral do Estado, através da Procuradoria do Domínio, e o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Paraíba - DER-PB, por sua Assessoria Jurídica, autorizados a promover, em conjunto ou isoladamente, a desapropriação do imóvel por meios amigáveis ou judiciais.

Art. 5° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, em João Pessoa, 24 de janeiro de 2019 ; 131ª da Proclamação da República.

JOÃO AQUELDO LINS FILHO
Governador

DECRETO N°38.944 DE 24 DE JANEIRO DE 2019.

Define as novas Escolas Cidades Integradas e Escolas Cidades Integradas Técnicas, com a nova denominação, porte e simbologia dos cargos do corpo diretivo.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAIBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, incisos IV e VI, da Constituição do Estado, e em conformidade com a Lei n° 11.100, de 06 de abril de 2018, que cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidades Integradas - ECI, Escolas Cidades Integradas Técnicas - ECIT e Escolas Cidades Integradas Socioeducativas - ECIS e a Lei n° 11.268, de 29 de dezembro de 2018, que dispõe sobre o corpo diretivo das Escolas Cidades Integradas, Escolas Cidades Integradas Técnicas e Escolas Cidades Integradas Socioeducativas,

DECRETA:

Art. 1° As escolas da rede pública estadual, constantes no anexo único do presente Decreto, terão o Corpo Diretivo alterado, passando a funcionar de acordo com o art. 1° da Lei n° 11.101, de 06 de abril de 2018, e art. 11.268, de 29 de dezembro de 2018.

Art. 2° A denominação da escola, o porte e a estrutura de cargos comissionados, com respectiva simbologia, a que se refere o art. 1° deste Decreto, também ficam definidos na forma do Anexo Único.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA, em João Pessoa, de janeiro de 2019; 131ª da Proclamação da República.

JOÃO AQUELDO LINS FILHO
Governador

Table with 7 columns: Nº, Descrição, Valor, Valor, Valor, Valor, Valor. It lists various educational institutions and their associated costs.